

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



SEGURANÇA PESSOAL E SEGURANÇA INTERNA

Autor: Carlos Alberto Sousa Magalhães

Orientador: Superintendente Luís Manuel André Elias

Lisboa, novembro de 2018

Carlos Alberto Sousa Magalhães

Comissário da PSP

Segurança Pessoal e Segurança Interna

Orientador

Professor Doutor Luís Manuel André Elias



Epígrafe

Pelo sonho é que vamos,
comovidos e mudos.

(Sebastião da Gama)

Os meus olhos são uns olhos.
E é com esses olhos uns
que eu vejo no mundo escolhos
onde outros, com outros olhos,
não vêem escolhos nenhuns.

(António Gedeão)

Dedicatória

À minha família.

Ao meu Pai, *in memoriam*.

Agradecimentos

Dedico esta secção a todos os que, de alguma forma, contribuíram, para a realização desta dissertação.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Manuel André Elias, uma fonte inesgotável de conhecimento. A sua dedicação e disponibilidade foram sem qualquer sombra de dúvida um fator preponderante para a conclusão bem-sucedida desta investigação. Muito obrigado, meu orientador, meu amigo.

Ao General Doutor António Ramalho Eanes, ao Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva ao Engenheiro António Manuel de Oliveira Guterres, ao Dr. Pedro Manuel Mamede Passos Coelho, à Professora Doutora Constança Urbano de Sousa, pelas entrevistas que nos concederam, pela disponibilidade que demonstraram e pela generosidade que nos proporcionaram. Bem hajam!

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, casa de saberes e de conhecimento policial, aos seus docentes o meu agradecimento pela partilha e pela ajuda no caminho que nos ajudaram a trilhar.

Aos meus colegas de curso pelo apoio incondicional.

À Unidade Especial de Polícia e ao Corpo de Segurança Pessoal, minha casa de sempre, a enorme gratidão pela forma como me têm permitido servir a causa pública dentro na nossa Polícia de Segurança Pública.

Índice

Epígrafe	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Índice	v
Índice de figuras	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
Résumé.....	x
Lista de Siglas e Abreviaturas	xi
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
Introdução	1
1.1 Problema de Investigação	3
1.2 Pergunta de Partida	4
1.3 Objetivos de Investigação	5
1.4 Metodologia	5
1.5 Estado da Arte.....	6
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL	12
CAPÍTULO III - AS AMEAÇAS E OS PROTEGIDOS	21
3.1 As ameaças na União Europeia.....	24
3.2 As ameaças em Portugal	28
3.3 O risco na segurança pessoal	34
3.4 Os ativos na segurança pessoal	36
3.4.1 As perceções da ameaça – pelos ativos.....	38
3.5 O sentimento securitário nacional.....	40
CAPÍTULO IV - A SEGURANÇA PESSOAL ENQUANTO ATIVIDADE	46
4.1 Sonho e realidade.....	46
4.2 Enquadramento internacional	47
4.3 Enquadramento nacional.....	49
4.4 A conceptualização do termo.....	50
4.5 Os intervenientes.....	52
4.5.1 O perpetrador.....	53

4.5.2 O protetor	55
4.5.3 O protegido.....	57
4.6 O modelo securitário.....	60
4.6.1 Locais de proteção.....	61
4.6.2 A capacitação técnica	61
4.6.3 Dispositivo técnico - táticos	63
4.6.3.1 Coordenação securitária	63
4.6.3.2 Conceito e medidas a adotar.....	64
4.6.3.3 Afetação de meios humanos.....	65
4.6.3.4 Estados de vigilância.....	68
4.7 A implementação do serviço da segurança pessoal	73
4.7.1 A fase de preparação – protegidos não residentes.....	74
4.7.2 A fase de preparação – protegidos residentes	75
4.7.3 A fase de execução – protegidos não residentes	75
4.7.4 A fase de execução – protegidos residentes	76
4.7.4.1 A iniciação.....	77
4.7.4.2 A consolidação	79
4.7.5 A fase de cessação – protegidos não residentes	84
4.7.6 A fase de cessação – protegidos residentes	84
CAPÍTULO V - COOPERAÇÃO TÉCNICO - POLICIAL	86
CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	95
Bibliografia.....	100
Anexo A – Entrevista ao Dr. Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.....	110
Anexo B – Entrevista à Professora Doutora Constança Urbano de Sousa.....	112
Anexo C – Entrevista ao Engenheiro António Manuel de Oliveira Guterres	114
Anexo D – Entrevista ao General Doutor António Ramalho Eanes.....	116
Anexo E – Entrevista ao Professor Doutor Anibal Cavaco Silva.....	121
Anexo F – Organograma do <i>Department of State</i>	124
Anexo G – Organograma do <i>Department of Homeland Security</i>	125
Anexo H – Organograma da Policia Nacional de Espanha	126
Anexo I – Organograma da Police Nationale de França.....	127
Anexo J – Cooperação Técnico Policial.....	128

Índice de figuras

Figura 1: Escala de Avaliação de Ameaças	30
Figura 2: Elementos Constitutivos das Ameaças	32
Figura 3: Domínios e Riscos	36
Figura 4: Categorias das Entidades	37
Figura 5: Estados de Alerta	68

Resumo

A história da humanidade está marcada pela violência entre os homens. Os líderes das sociedades enquanto representantes de um poder instituído - político ou religioso - foram sempre destinatários de ameaças de natureza difusa transformando-se amiúde em alvos das mesmas.

Os atentados realizados contra esses dirigentes potenciaram a existência de conflitos armados, modificaram regimes políticos e instalaram um clima de medo e de insegurança em diversas sociedades europeias e mundiais, para além de depauperarem os fundamentos dos Estados modernos.

As forças policiais, de natureza civilista, foram encarregues da segurança pessoal dos líderes políticos nacionais, internacionais e de outros cidadãos quando sujeitos a uma ameaça relevante.

Portugal atualmente é um país com índices de insegurança muito baixos e com uma atividade terrorista praticamente inexistente e sem relatos de ataques concretizados contra altas entidades nacionais ou estrangeiras, mas nem sempre assim foi.

O mundo em que vivemos, globalizado e complexo com uma criminalidade organizada, transnacional e profissionalizada e com incontáveis terroristas “sem rosto” – cidadãos anónimos, instiga-nos para continuarmos a proteger os representantes eleitos pelo povo como um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade, daí a importância da segurança pessoal como um instrumento garantístico.

Palavras-chave: Segurança Interna; Alta Entidade; Protegido; Segurança Pessoal; Atentados.

Abstract

The history of humanity is marked by violence among men. The leaders of societies as representatives of institutional power – either political or religious - have always been the recipients of threats of a diffuse nature, themselves often becoming targets.

The attacks against these leaders have increased the existence of armed conflicts, have changed political regimes and created a climate of fear and insecurity among several European and world societies, as well as diminishing the foundations of modern states.

Police forces, of a civilian nature, have been given the responsibility of the close protection of national, international and other political leaders when subjected to a relevant threat.

Portugal is presently a country with very low levels of insecurity and with almost no terrorist activity and no reports of attacks against high national or foreign organizations, though this hasn't always been the case.

The globalised and complex world we live in, with well-organized and transnational crime and countless "faceless" terrorists - anonymous citizens, encourages us to continue to protect elected representatives as one of the fundamental pillars of society, hence the importance of the close protection as a guarantee instrument.

Keywords: Homeland Security, Principal, Protectee, Close Protection, Attacks.

Résumé

L'histoire de l'humanité est marquée par la violence entre les hommes. Les chefs de sociétés représentant le pouvoir institutionnel soit politique ou religieux ont toujours été les récipiends d'une nature diffuse, eux-mêmes devenant souvent des cibles.

Les attaques contre ces chefs ont augmenté l'existence des conflits armés, ont changé des régimes politiques et créé un climat de peur et d'insécurité à travers les sociétés européennes et mondiales tout en diminuant les fondations des sociétés modernes.

Les forces de police, de nature civile, ont ainsi été attribuées la protection rapprochée des chefs nationaux, internationaux selon qu'ils ont été soumis à une certaine menace.

Le Portugal est pour le moment un pays avec un faible taux d'insécurité sans presque aucune activité terroriste et presque sans un rapport contre de hautes organisations nationales ou étrangères bien que cela n'ait pas toujours été le cas.

Le monde global et complexe dans lequel nous vivons avec un crime organisé et transnational très bien organisé et une multitude de terroristes sans visage; les citoyens anonymes nous encourage de continuer à protéger les représentants élus comme étant l'un des piliers fondamentaux de la société, d'où l'importance de la protection rapprochée comme étant un instrument de garantie

Mots clés: Sécurité Intérieure, Grande Entité, Protégée, Protection Rapprochée, Attentats.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AEA – Alta Entidade Ameaçada

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

APPS – Association of Personal Protection Service

CID – Cidadão Ameaçado

COSI – Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna

CPP – Código de Processo Penal

CSP – Corpo de Segurança pessoal

DGS – Direção Geral de Segurança

ENPPF – European Network for Protection of Public Figures

FP / 25 – Forças Populares 25 de Abril

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GNR – Guarda Nacional Republicana

HIPREC – Caracterização do Protegido

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

IS – Internacional Socialista

ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

LSI – Lei de Segurança Interna

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

OLP – Organização de Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCCCOFSS – Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança

PEP – Protegidos pelo Estado Português

PSP – Polícia de Segurança Pública

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEGP – Segurança Pessoal

SI - Segurança Interna

SIS – Sistema de Informações de Segurança

SSI – Sistema de Segurança Interna

UE – União Europeia

UEP – Unidade Especial de Polícia

UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

“O início não é apenas metade
do todo, mas prolonga-se em direção ao fim ”.
(Políbio)

Introdução

A presente Dissertação insere-se no curso de Mestrado em Ciências Policiais e Segurança Interna ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

Pretendemos desenvolver um estudo sobre o contributo da segurança pessoal (SEGP) aos protegidos pelo Estado Português (PEP), sejam altas entidades ameaçadas (AEA) ou outros cidadãos (CID), prestada pelo Corpo de Segurança Pessoal (CSP) da Polícia de Segurança Pública (PSP).

O estudo da temática em apreço afigura-se-nos relevante na medida em que, quer no contexto nacional, quer na dimensão europeia e mundial, a esmagadora maioria dos países ou organizações dispõem deste “produto de segurança” destinada não só a proteger os dignitários nacionais, mas também a evitar que entidades estrangeiras em visita possam ser vítimas de ações violentas contra a sua imagem, integridade física ou contra a sua vida.

Nesta senda é nosso objetivo abordar as problemáticas em torno da conceptualização do termo Segurança¹ sabendo-se de antemão que é um “conceito contestado” (Brandão,

¹ What Is Security? Emma Rothschild, Daedalus, Vol. 124, nº. 3, The Quest for World Order (summer, 1995), pp. 53-98 Published by: The MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences.

2004:37; Buzan & Hansen, 2009:10) e em debate permanente² bem como o objeto da segurança pessoal como modalidade securitária de natureza dirigida.

Pretendemos ainda estudar alguns dos atentados ocorridos durante o século XX em Portugal desde o tempo da Monarquia com as mortes do Rei D. Carlos I e D. Luís Filipe e durante a primeira República com o assassinato do Presidente Sidónio Pais. Abordaremos também a tentativa de assassinato do Presidente do Conselho António Salazar e outro tipo de ações criminógenas dirigidas a figuras estrangeiras em trânsito no território nacional, umas na forma tentada outras na forma consumada.

É ainda nosso objetivo integrar neste “produto de segurança” uma visão mais ampla ao discorrermos sobre legislação internacional, nomeadamente a que consagra o estatuto de pessoa internacionalmente protegida bem como ao nível europeu reconhecer a importância da Rede Europeia de Proteção de Figuras Públicas, *European Network for the Protection of Public Figures* (ENPPF) e da Rede Mundial, a Associação de Serviços de Proteção Pessoal, *Association of Personal Protection Services* (APPS) na dinâmica da segurança pessoal materializada pela PSP.

No plano internacional o enquadramento da “Estratégia Europeia em Matéria de Segurança de 2003”³ numa visão externa Europeia e a visão preconizada em 2010 com a adoção da estratégia de segurança interna “ Rumo a um Modelo Europeu de Segurança”⁴ também será matéria do nosso estudo, na exata medida em que pretendemos verificar se tais ameaças podem ser dirigidas aos Chefes de Estado e de Governo da Europa.

No plano nacional estudaremos o contributo dos serviços de informações na produção de relatórios de inteligência de avaliação da ameaça e os níveis de risco que impendem sobre

² Redefining Security, Richard H. Ullman, *International Security*, Vol. 8, No. 1 (summer, 1983), pp. 129-153, Published by: The MIT Press.

³ Uma Europa Segura num Mundo Melhor. Estratégia Europeia em Matéria de Segurança. Aprovada no Conselho Europeu em Bruxelas a 12 de dezembro de 2003.

⁴ Estratégia Europeia de Segurança Interna. Documento adotado Conselho (Justiça e Assuntos Internos) na reunião de 25 e 26 de fevereiro de 2010 e aprovado no Conselho Europeu de 25 e 26 de março de 2010.

cada AEA e CID procurando desta forma antecipar ou mitigar as oportunidades de concretização de ações violentas.

Será igualmente objeto de estudo o Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS) que contempla um conjunto de medidas, de protocolos de atuação e de estruturas de apoio para perante o quadro de ameaças e riscos à segurança interna fazer face a situações que requeiram o empenhamento combinado e de atuação concertada de meios das diferentes Forças e Serviços de Segurança (FSS).

1.1 Problema de Investigação

Nas palavras de Almeida & Freire “uma investigação inicia-se sempre pela definição de um problema” (Almeida & Freire, 1997:37-38). É nosso entendimento assim, que qualquer projeto científico só começa após esta identificação. Após se interiorizar o problema como pedra angular sobre a qual qualquer investigação científica se edificará. É a mesma linha sustentada por Ramos & Naranjo quando defendem que “em toda a investigação independentemente de qualquer conceção paradigmática que se adote, a sua categoria básica principal será o problema científico já que este determina o resto das categorias” (Ramos & Naranjo, 2014:71). Mas se a definição do problema é o início do processo, muitas etapas se seguirão. Será como nas palavras de Quivy & Campenhoudt “um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (Quivy & Campenhoudt, 2005: 31).

A problemática que nos propomos estudar prende-se com a necessidade constante que os Estados e/ou as Organizações Internacionais têm em proteger os dignitários nacionais e congéneres estrangeiros dentro dos limites do seu espaço geográfico, garantindo que os mesmos possam desempenhar o seu magistério sem qualquer tipo de violência.

A PSP enquanto polícia integral⁵ acompanhando a evolução da sociedade e readaptando-se às ameaças atuais, deve consolidar a sua atuação para o cumprimento eficaz e eficiente da sua missão de “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”⁶ nos termos da Constituição e da Lei.

Após a restauração do regime democrático em 1974 a atividade de segurança pessoal em Portugal antes a cargo da Direção Geral de Segurança (DGS)⁷ passou a ser assegurada pela PSP. No entanto e já com a existência de equipas de polícias especializados nesta temática os atentados em solo nacional durante mais de uma década, convulsionaram a sociedade Portuguesa. A morte em 15 de fevereiro de 1986 do ex. Diretor Geral dos Serviços Prisionais, Gaspar Castelo Branco no decorrer do denominado processo Forças Populares 25 de Abril (FP-25) foi um dos últimos atos contra um alto funcionário do Estado. Outras AEA como os Juízes Martinho da Cruz e Adelino Salvado e Procuradores como Cândida Almeida mesmo ameaçados publicamente, nunca foram vítimas de tais atos.

1.2 Pergunta de Partida

De acordo com Quivy & Campenhoudt na formulação da pergunta de partida deverá ser tida em conta a sua “clareza, exequibilidade e pertinência” (Quivy & Campenhoudt, 2005:35-38) de forma a permitir a concretização de um trabalho composto por elementos que respondam ao problema.

A nossa investigação procura assim dar resposta à seguinte questão de partida:

⁵ Oliveira refere-se à PSP como uma Polícia integral com as valências de segurança e prevenção, de manutenção de ordem pública e de investigação criminal e acrescenta, com a capacidade de responder com atos de polícia, de forma progressiva, aos vários níveis de ameaça (Oliveira, 2012:16). Elias, considera que “a designação, não é utilizada apenas em modelos de Polícia monistas. As Polícias integrais são aquelas que têm um quadro holístico de competências legais, de valências e de capacidades” (Elias, 2018:87).

⁶ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 272, nº. 1.

⁷ Cfr. Decreto - lei n.º 368/72 de 30 de setembro que plasma a organização da Direção Geral de Segurança (DGS), criada pelo Decreto -lei n.º 49401 de 24 de Novembro de 1969.

Qual o contributo da segurança pessoal prestada pela PSP para a Segurança Interna do nosso país?

1.3 Objetivos de Investigação

No que concerne aos objetivos de investigação esta dissertação propõe-se:

- i. Contribuir para uma reflexão sobre a segurança pessoal no atual quadro da segurança interna;
- ii. Contribuir para uma definição conceptual do termo segurança pessoal e contextualizá-la no sistema de segurança interna;
- iii. Contribuir para a sistematização de doutrina neste domínio de competências da PSP;
- iv. Avançar com contributos para o desenvolvimento de um manual sobre esta matéria;
- v. Refletir sobre o impacto das novas ameaças às AEA e aos CID.

1.4 Metodologia

Sarmiento advoga que “a investigação é crucial para o desenvolvimento dos povos e das nações, pelo que a investigação deve ser concretizada com o recurso a métodos específicos, consoante o objeto de estudo” (Sarmiento, 2013:3). Na mesma linha, Ramos & Naranjo, consideram que “o método é a organização interna do processo investigativo é uma reconfiguração sucessiva de procedimentos que envolvem diversas técnicas e instrumentos” (Ramos & Naranjo, 2014:99).

Atendendo à temática exposta, optamos numa primeira fase do trabalho por proceder à pesquisa em documentos e fontes diversas (legislação, trabalhos científicos, artigos e notas pessoais) bem como à revisão sistemática de literatura especializada e relevante, especialmente a estrangeira, tarefa que se revela fundamental para uma estruturada e densificada abordagem do tema em investigação. Esta fase é descrita como a “rutura” e nas

palavras de Quivy & Campenhoudt, a mesma consiste no “primeiro ato constitutivo do procedimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 2005:26). Numa segunda fase, optamos por efetuar trabalho de campo, utilizando o método inquisitivo efetuado através de entrevistas semidirectivas no sentido de, como afirma Pocinho, “não ser uma entrevista inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Pocinho, 2014:97) junto de personalidades que tenham exercido ou ainda exerçam cargos que lhes permitiram serem os “destinatários” de segurança pessoal. Entrevistas que permitiram tanto quanto possível ao entrevistado “poder falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (Pocinho, 2014:97) para obtermos um conjunto de informações através de discursos individuais que se tornaram “cruciais para a recolha de dados descritivos, permitindo observar e consolidar determinadas conclusões” (Sarmiento, 2013:30-31).

Fazendo um percurso pelo trabalho que nos propusemos apresentar, referimos que a estrutura da dissertação está dividida em seis capítulos: capítulo I a introdução, o capítulo II sobre o enquadramento teórico conceptual da segurança, o capítulo III sobre as ameaças e os protegidos, o capítulo IV sobre a segurança pessoal como atividade, o capítulo V sobre a cooperação técnico-policial a nível internacional, o capítulo VI a conclusão e recomendações para trabalhos futuros. A segmentação dos capítulos não obedece a uma lógica de compartimentos estanques, mas aposta no inter-relacionamento entre os mesmos.

1.5 Estado da Arte

A história da humanidade é marcadamente caracterizada pela violência entre os homens. Está subjacente à condição humana. Segundo Laqueur “o assassinato político aparece nos primeiros anais da humanidade, incluindo a Bíblia. As histórias de Judith e Holofernes, de Jael e Sisara os heróis e vilões do Velho Testamento, deram inspiração a pintores bem como

aos teólogos e filósofos durante eras”. Ainda segundo o mesmo, “Sêneca escreveu que nenhum sacrifício era tão agradável aos Deuses quanto o sangue de um tirano e Cícero declarava que os tiranos atraíram sempre um fim violento” (Laqueur,1999:10). No entanto estes tiranos eram amiúde os líderes das estruturas hierárquicas das sociedades onde se inseriam e foi assim naturalmente assumido que o líder, devia ser alvo de especial proteção contra ameaças que atentassem contra a sua integridade física ou mesmo contra a sua vida.

A história universal está repleta de exemplos onde líderes políticos ou religiosos enquanto representantes de um poder instituído, foram vítimas de ações violentas, iniciando não só mudança de regimes políticos, como sendo o exórdio ou contribuindo para conflitos armados à escala global. O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro junto com a sua mulher a Duquesa Sophie, foi considerado como um episódio decretório para o início da Primeira Guerra Mundial.

Portugal vivenciou durante o século XX uma série de atentados terroristas dirigidos não só a Chefes de Estado e de Governo nacionais, mas também a outros dignitários que se encontravam em solo nacional alterando assim o regular funcionamento da sociedade. A morte do Rei D. Carlos I e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe em 1908, a morte do Presidente Sidónio Pais em 1918 bem como a morte de Issam Sartawi, representante da Organização de Libertação da Palestina de (OLP) no Algarve em 1983 são prova suficiente do exposto.

A segurança pessoal nas palavras de Oatman “consiste na salvaguarda das pessoas ameaçadas devido às posições que detêm no mundo dos negócios ou pelos cargos públicos que ocupam” (Oatman, 2006:2). Esta definição clássica da atividade porquanto remete para a vertente funcional e para a ameaça o ónus da afetação de serviços de segurança pessoal. No entanto, existem outras visões mais românticas ou romanciadas da atividade que levaram Hipp, a considerar que Hollywood enquanto centro de criação cinematográfica e criador de

“sonhos” tem contribuído para tal ao associar os elementos da segurança pessoal à parte glamorosa, de heróis dos tempos modernos que sempre salvarão alguém no último momento com uma atuação arrojada, mas digna da sétima arte (Hipp, 2012:5). Visão idílica criada pela sétima arte, é no entanto refutada por O’Connor, quando considera que no “mundo real as situações rotineiras e fastidiosas são as mais frequentes” (O’Connor, 1996:7). Por outro lado, Brown perspectiva a segurança pessoal em função da caracterização do protegido, aquilo que chamou de *“The Seven P’s of Principal Profiling, onde discorre sobre People; Places; Personality; Prejudices; Personal History; Political and Religious Beliefs and Private Life and Lifestyle”* (Brown, 2007:54) e considera mesmo que só pode iniciar-se qualquer missão quando os serviços competentes estiverem na posse desta caracterização. Esta visão revela-nos de imediato a importância de a montante conhecermos bem o “nosso” protegido no sentido de quer tática, quer tecnicamente podermos adequar os melhores procedimentos securitários para com o mesmo, visão sustentada por O’Connor, que afirma que o sucesso securitário se deve grandemente à participação e colaboração da AEA “aqueles que têm a honra de protegerem um chefe de estado ou governo, são tão eficazes quanto ele, ou ela, o permitem” (O’Connor, 1996:8)⁸.

Portugal após a revolução de Abril de 1974, iniciou uma fase de reorganização geral da sua estrutura como país a nível político, económico, social e cultural. Na sequência da mudança de regime político, o país foi governado - com natureza transitória - por seis governos provisórios todos eles de curta duração, fruto da grande instabilidade política que se viveu até à aprovação da nova Constituição da República que ocorreu em abril de 1976. E foi precisamente após a aprovação desta “pedra angular” do novo regime jurídico-constitucional, que ocorreram dois factos relevantes a nível político; a eleição do General

⁸ Tradução livre do autor.

Ramalho Eanes como Presidente da República e a tomada de posse do primeiro governo constitucional liderado por Mário Soares.

No entanto e durante este dois anos - abril de 1974 e julho de 1976 - a segurança pessoal desta nova classe dirigente não podia ser assegurada pela antiga DGS⁹ e essa missão passou a ser desempenhada PSP.

A rutura doutrinária com as práticas securitárias anteriores - que o novo regime democrático não só aconselhava como impunha - levou à realização de um primeiro curso específico de formação de formadores de segurança pessoal, ministrado no Regimento de Caçadores Para-quedistas em Tancos por oficiais do Exército Britânico em novembro e dezembro de 1974 onde polícias e militares foram formados. A PSP enviou dois polícias para frequentarem a mesma¹⁰ tendo a designação de *Bodyguard*¹¹ passado a ser utilizada no meio policial. No início de 1975, esses formadores ministraram o primeiro curso de segurança pessoal em território nacional onde oito polícias - do Comando Distrital da PSP de Lisboa - integrados num conjunto de militares dos diversos ramos das forças armadas, se especializam na área e passaram de imediato a proteger alguns embaixadores estrangeiros acreditados em Portugal.

As necessidades securitárias da época, levaram à realização de subsequentes cursos, catapultando rapidamente a PSP como a única fornecedora deste “produto de segurança”, ainda que numa fase inicial tal implicasse a partilha com militares da segurança de algumas altas entidades.

⁹ Extinta de imediato – Cfr. Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas – Diário do Governo, I série, n.º 112 de 14 de maio de 1974.

¹⁰ Formandos: 1º. Subchefe Borges de Azevedo e o Guarda Luís do Espírito Santo. Cfr. Ordem de Serviço n.º 231 de 09 novembro de 1974 do CG / PSP.

¹¹ Expressão utilizada pelos Formadores Britânicos em 1974. Atualmente a denominação utilizada em Portugal é a de Técnico de Segurança Pessoal (TSP) sendo também referidas a nível internacional expressões como: Close Protection Officer (CPO); Executive Protection Officer (EPO); Personal Protection Specialist (PPS); Personal Protection Professional (PPP) ou Personal Protection Officer (PPO).

A abertura de Portugal ao Mundo neste período de reestruturação do regime, permitiu a visita do território nacional por inúmeras entidades estrangeiras¹² que necessitavam de segurança pessoal, o que implicou um esforço enorme de um pequeno efectivo policial em assegurar tal desiderato. Destarte, em 1977 é criado um grupo especial de proteção de entidades governamentais e estrangeiras com sede no comando da Polícia de Lisboa¹³ que se tornou no embrião para que em 1979 fosse criada a Divisão de Segurança¹⁴ de Lisboa. Constituída por três secções, nomeadamente; instalações oficiais, instalações diplomáticas e segurança pessoal foi assim confiada a esta nova divisão, a segurança dos representantes eleitos e das altas entidades estrangeiras de visita a Portugal.

A secção de segurança pessoal, pela especificidade do seu trabalho, rapidamente se projetou para uma dimensão de atuação nacional. Organicamente era apenas uma secção de uma divisão de um comando de Polícia de Lisboa, mas o âmbito da missão extrapolava e muito, quer os seus limites geográficos do comando de Lisboa, quer os limites geográficos nacionais da PSP.

Face a este anacronismo e sobreposição de funções, o legislador criou em 1994 o Corpo de Segurança Pessoal¹⁵ integrado na altura no Comando das Forças Especiais a quem passou a competir em exclusividade;

- a) Garantir a segurança pessoal de membros de órgãos de soberania.
- b) Garantir a segurança de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante.

As consecutivas alterações da Lei de Funcionamento da PSP, levaram a que em 1999, fosse o mesmo corpo consagrado como unidade especial autónoma, na direta dependência

¹² A título de exemplo; Dr. Agostinho Neto em abril de 1975, a cosmonauta Soviética Valentina Terechkova e o Secretário do PAIGC, Aristides Pereira ambos em junho de 1975.

¹³ Cfr. Ordem de Serviço n.º 157 de 13 de julho de 1977 do Comando de Lisboa.

¹⁴ Cfr. Portaria n.º 613/79 de 24 de novembro.

¹⁵ Cfr. Decreto-lei n.º 321/94 de 29 de dezembro.

do Diretor Nacional PSP¹⁶ e possibilitou que se encontre hoje, se encontre integrado na Unidade Especial de Polícia.¹⁷

¹⁶ Cfr. Lei n.º 5/99 de 27 de janeiro.

¹⁷ Cfr. Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL

“O primeiro sentimento do Homem foi o da existência,
o seu primeiro cuidado, o da conservação”.
(Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778)

Na origem, o Homem foi criado para viver rodeado dos seus pares pois ninguém isoladamente poderia sobreviver às adversidades da natureza e à ausência do seu semelhante. O conceito de unidade foi assim desde sempre a base da sobrevivência humana.

A visão bíblica outorga-nos essa noção de unidade quando reforça a capacidade de resiliência sempre que os seres humanos se agruparam em comunidades “se um só é oprimido, dois já conseguem resistir a isso; o cordel dobrado em três não se parte facilmente”¹⁸. A vivência em comunidade era assim necessária para cumprir o desiderato da sobrevivência humana. O semelhante do homem que devia ser visto como *homo sacra res homini*,¹⁹ foi a *contrario sensu* identificado como o seu maior adversário: *homo homini lupus est*.²⁰ Clemente considera mesmo que “o pior inimigo do Homem é o próprio Homem (...), é o único animal capaz de matar dolosamente” (Clemente, 1998:22).

A unidade da organização social destas primeiras comunidades foi nas palavras de Cameron “o bando, o clã ou a tribo, consistindo as mesmas em torno de meia dúzia de famílias” (Cameron, 2000:42) numa época onde a mobilidade era necessária não só na busca de alimento como na procura de espaços de segurança. Com a fixação das primeiras civilizações num determinado território o estabelecimento de relações pessoais e mesmo sociais tornou-se um facto normal, numa altura em que a vida era “desagradável, brutal e curta”, (Thomas Hobbes, cit. in Cameron, 2000:42).

¹⁸ Cfr. Antigo Testamento, Livro de Eclesiastes, 4.12. pp.1041.

¹⁹ O homem visto como sagrado para o homem. Tradução livre do autor.

²⁰ O homem visto como lobo do seu semelhante. Tradução livre do autor.

Desde o início nessas sociedades primitivas, existiu uma hierarquização muito vincada. Nas palavras de Rémond, “os homens são apanhados num conjunto de relações sociais que derivam do seu habitat, da sua condição profissional, da natureza da sua atividade e também das concepções inspiradoras da sociedade” (Rémond, 1994:35). As necessidades funcionais das sociedades impuseram assim uma estratificação por competências “a divisão da sociedade em três níveis fundamentais: os *oratores*, os *laboratores* e os *bellatores*” (Cardini, 1989: 57-78).

“ Quando Descartes morreu em Estocolmo no inverno de 1650, tinha completado recentemente um texto para um ballet chamado o Nascimento da Paz”.
(Adam, 1910: 543-544)

A celebração de tal evento ocorreria na Suécia no seguimento da assinatura do Tratado de Vestefália e no que se esperava ser o início de uma paz duradoura na Europa após tão prolongado conflito.

A ideia da segurança tem estado no centro do discurso político europeu desde as crises do século dezoito e a expressão “*Surête*” assumiu um enorme significado durante a Revolução Francesa, com a sua inscrição na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nas palavras de Dias, o conceito de segurança só se “consolida, necessariamente e a par da concepção da liberdade, a partir da Revolução Francesa, cujos postulados da Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão apontam para a afirmação e consagração formal dos direitos e liberdades do homem” (Dias, 2011:63). As novas correntes que assolavam a Europa eram defensoras que todos os indivíduos deveriam ter uma liberdade sem qualquer condicionalismo securitário, deviam ser capazes de tomar quantas decisões quisessem, “*without fear or favor about as many aspects of her or his life* ” (Shklar, 1989:21)

e que lhes permitisse ter nas suas mãos o seu destino. Sem medo e sem medo do medo que nas palavras de Condorcet, (cit. in Rothschild, 1995:63) eram os inimigos da política liberal.

Elias, sustenta que “ao longo dos séculos foi-se adensando a noção de que a segurança não é algo estático, mas sim algo dinâmico, polimorfo e que se deve adaptar à conjuntura sociopolítica e económica, bem como ao contexto histórico, geográfico e cultural” (Elias, 2011:25) e é nesta senda que consideramos oportuno trazer à colação outros grandes acontecimentos que contribuíram para o cimentar de um processo “político” em detrimento de uma visão mais musculada da resolução dos conflitos internacionais. O congresso de Viena 1815,²¹ o tratado de Versailles de 1919²² e a conferência de S. Francisco em 1945, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) - recebeu a sua certidão de nascimento - todos contribuíram para que os processos de Paz, fossem conseguidos e que a vertente belicista fosse passada para segundo plano embora “ a guerra não é apenas um ato político, mas também um elemento, uma continuação das relações políticas, um prosseguimento desta por outros meios é a própria política que troca a pena pela espada”²³.

O conceito polissémico da segurança tem sido quer a sua maior vantagem - dada a abrangência que encerra, interna e externa, pública e privada, nacional e supranacional - quer a sua maior dificuldade quando se pretende definir ou clarificar. Definir a segurança é nas palavras de Dias “entrar no domínio dos significantes flutuantes ou seja para uma área de interesse de estudo caracterizado pela dificuldade em atribuir significado a esses significantes, (...) a delimitação conceptual de segurança afigura-se complexa, dada a mutação que lhe é subjacente e a multiplicidade de enfoques e compressões que ela comporta” (Dias, 2012:59-70) por outro lado a clarificação do mesmo conceito só é relevante

²¹ Onde é redesenhado o mapa político da Europa no pós guerras napoleónicas.

²² Tratado de Paz assinado no pós I Guerra Mundial.

²³ Clausewitz, C. Von, A Guerra, citado por Maltez, Adelino em Descodificando a Falsa ideia Clara de Segurança Nacional, in, O Poder Político e a Segurança,(2012), Eduardo Pereira Correia e Raquel Duque (coord.), Fonte da Palavra.

na medida em que precede a identificação de necessidades securitárias, pois se não definimos ou clarificamos um conceito, como podemos justificar a sua necessidade? A complexidade de definição do conceito encontra paralelo em Williams, quando considera que na visão de alguns autores o conceito da segurança é como a beleza “um conceito subjetivo e elástico que significa exatamente o que o sujeito diz que significa, nem mais nem menos” (Williams, 2008:1) visão inserida na mesma linha de Gallie quando refere que “*security is often referred to as an essentially contested concept one for which, by definition, there can be no consensus as to its meaning*” (Gallie, 1956:167-198). É um conceito ancorado num postulado inextricável em definição e redefinição constantes, “impulsionado principalmente por questões económicas e ambientais - 1970 e 1980 - e por questões de identidade e criminalidade transnacional - 1990, que gerou um conjunto diversificado de opiniões e que torna clara a falta de consenso que existe em torno do conceito de segurança” (Fernandes, L. 2005:135).

A segurança na abrangência do termo pode ser abordada sobre várias perspectivas; uma delas, é pela ausência de algo que perturbe ou afete um estado de calma existente, é de acordo com Zedner, um “estado objetivo traduzido pela ausência de ameaças” (Zedner, 2009), Clemente reforça a ideia ao defender que a “segurança define-se como o estado de tranquilidade resultante da ausência de um perigo ou pelo menos da percepção real do risco” (Clemente, 2009:93) é o mesmo valorizar de “ausência” conferido por Wolfers, quando a caracteriza pela “ausência de ameaças a valores adquiridos” (Wolfers 1952:485)²⁴, a segurança vista com uma negatividade de presença (Baldwin, 1997)²⁵.

Mas a segurança também pode ser encarada como um estado subjetivo que se baseia na ausência de sentimentos de insegurança. A criminalidade constitui uma causa importante subjacente ao sentimento de insegurança (Leitão, 2000: Oliveira, 2006). Como uma

²⁴ Tradução livre do autor.

²⁵ *Idem*.

necessidade e um bem, seja ela de alcance individual ou coletivo. Necessidade quando encarada como pedra basilar da existência do próprio Estado pois como refere Fernandes, A, nenhum pode cuidar de assegurar os “valores e os padrões culturais ou assegurar a manutenção da ordem, sem primeiro cuidar da sua preservação” (Fernandes, A. 2005:30-31). Vista como um bem ou um ativo entre outros - como a justiça, a educação, a cultura - e que a sociedade elegeu como necessários ou desejáveis para a sua sobrevivência e “que visa assegurar a previsibilidade, a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater ameaças e riscos geradas pela desordem e imprevisibilidade” (Teixeira, 2006:33). No entanto identificada como um ativo societário, a segurança tem sido assumidamente referenciada como um conceito negligenciado na exata medida em que se por um lado tem sido invocada para suspender liberdades, garantias e declarar guerra, por outro lado e em comparação com outros valores, “não recebeu a mesma atenção dispensada à justiça, à liberdade, à igualdade, à representação e ao poder” (Digeser, cit. in Baldwin, 1997:9)²⁶.

As dinâmicas sociais e políticas ocorridas no pós queda do muro de Berlim e parafraseando Brandão traduziram-se para a “Alemanha na sua unificação, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas o seu desmembramento, a emancipação para os países do leste europeu, para a Europa com o seu reencontrar e para o emergir de apenas uma superpotência no mundo” (Brandão, 2004:1). Mas o desmembramento daquele que foi denominado de Império do Mal²⁷ possibilitou a introdução de novas visões e perspectivas para debate em torno da segurança. Falamos pois de conceitos como “*Security of Individuals*” ou “*Human Security*” onde o ser humano adquiriu uma nova centralidade. Foi este o novo enfoque expresso pelo ex-secretário Geral das Nações Unidas quando considerava que “o Estado é agora amplamente visto como estando ao serviço do seu povo e não o contrário”

²⁶ Tradução livre do autor.

²⁷ O clichê político sobre a URSS. Expressão utilizada pelo Presidente Ronald Reagan num discurso em 8 março de 1983, na Flórida.

(Annan, 1999)²⁸. Mas este desmembramento e a posterior criação de novos Estados alterando o equilíbrio de poderes, mudou também o xadrez que se tinha instalado durante a Guerra Fria e o termo segurança - para além desta nova centralidade - passou a incorporar uma extensão conceptual nova. Parafraseando Rothschild, o conceito da segurança “adquire uma abrangência supranacional e extrapola fronteiras. O estado isolado já não pode ser autónomo na sua intervenção” (Rothschild, 1995:55) passou a existir uma responsabilização política em diversas dimensões, a internacional, a nacional, a regional bem como uma responsabilização de associações não-governamentais e mesmo da opinião pública. A ONU já tinha assumido como tema principal do seu programa de desenvolvimento em 1994²⁹ uma visão de transição; “da segurança nuclear para a segurança humana” (p:22)³⁰. Uma segurança humana que não se fundava nas armas, mas sim, na vida e na dignidade da pessoa humana. Uma segurança humana que visava pois proteger os indivíduos não apenas contra os seus inimigos externos, mas que consagrava como novas ameaças a pobreza, a fome, a doença, a criminalidade, as catástrofes naturais, as violações dos direitos humanos, a arbitrariedade, a violência sexual, a imigração, as deslocações internas, o tráfico de pessoas e o desemprego.

Em Portugal, o escopo da segurança, esteve sempre condicionado pelo regime político que perdurou durante mais de quatro décadas. A segurança existente durante o Estado Novo, sem a correspondente liberdade pessoal, era apenas a possível numa época em que em pleno século XX, Portugal pouco mais era que um regime ditatorial em que a própria Polícia era instrumentalizada para a vigilância e ação a favor do Regime. Elias, considera que em situações desta natureza “A Polícia, é violadora de direitos, estando essencialmente ao serviço do Estado em detrimento dos cidadãos” (Elias, 2018:23). Spínola, defendia que a

²⁸ Tradução livre do autor.

²⁹ Human Development Report 1994; Published for United Nations Programme, 1994, New York- Oxford University Press.

³⁰ Tradução livre do autor.

“vida na sua origem é um pacto de permuta em que o indivíduo dá e recebe e que prescinde de certos direitos e abdica de algumas liberdades em troca de mais segurança” (Spínola, 1974:22) mas mesmo nos Estados autoritários ou totalitários reduzir-se a liberdade em prol da segurança é não ser-se titular de nenhum, é prescindir dos dois ao mesmo tempo.

A Assembleia Constituinte resultante das eleições realizadas em abril de 1975 investida do objetivo da elaboração de uma nova Constituição - que rompesse com a existente desde 1933- submeteu para aprovação um novo texto constitucional em abril de 1976. Desde então e nas palavras de Pereira, este novo enquadramento jurídico “integrou a segurança com alguma timidez e em doses homeopáticas (...) a segurança não era sequer mencionada no elenco das tarefas fundamentais do Estado e só era referida, quase incidentalmente no artigo dedicado à polícia” (Pereira, 2012:12-13) o que não deixa de ser paradoxal, pois como refere Lopes, “a segurança está também diretamente ligada ao desenvolvimento económico e social das sociedades, pois nenhum progresso é possível num contexto de permanente insegurança” (Lopes, 2006:5). No entanto o corte político e social que a revolução impôs com o surgimento da democracia, permitiu que surgissem “novos envolvimento sociais, culturais e económicos” (Saraiva, 2007) sendo que a sociedade dirigiu as maiores preocupações para a resolução imediata de questões de natureza económica e social, como o combate ao desemprego à inflação e aos despedimentos coletivos. Foi esse o entendimento do legislador que subvalorizou assim a importância da segurança interna quer na estabilização do país, quer no desenvolvimento de uma sociedade mais evoluída.³¹ Essa visão redutora do papel da segurança na sociedade não deixa de ser contraditória quando Valente consagra a mesma “como tarefa fundamental do Estado na construção de uma sociedade democrática (...) ao mesmo tempo que a Polícia - instrumento essencial a qualquer sociedade democrática - já tinha deixado de ser um instrumento do poder instituído e passado a ser uma necessidade e

³¹ Atente-se que só a partir de 1982, após a primeira revisão constitucional, foi extinto o Conselho da Revolução órgão eminentemente de natureza militar e criado o Tribunal Constitucional.

bem vital dos seres humanos” (Valente, 2012:103-116). E é essa “obrigação primordial do Estado que se integra na política geral do país, cometida pela Constituição ao Governo” (Pereira, 2012:12-20). Oliveira considera que “ nos últimos trinta anos, as políticas direcionadas para a segurança e para a Polícia, não podem ser perspectivadas como verdadeiras políticas públicas de segurança, porque são caracterizadas pelo seu gradualismo, descontinuidade e centralidade, pela natureza segmentada, micro e normativa, faltando-lhe uma visão e uma estratégia global” (Oliveira, 2006:285), visão corroborada por Elias que adiciona uma visão “fragmentada e casuística” que está na base de uma perspectiva micro da realidade e da ausência de uma visão e de uma estratégia global (Elias, 2011:140) e que o legislador não tem querido ou podido afirmar. Uma estratégia global que faça das políticas públicas de segurança um instrumento de desenvolvimento nacional.

O mundo contemporâneo foi encurtado pela globalização galopante, pela mobilidade de pessoas, bens, capitais e também por novas e diferentes ameaças que perturbam a ordem social estabelecida. Os “Estados já não podem decidir de forma autónoma e isolada sobre as políticas e os meios com que podem atingir a sua segurança” (Elias, 2013: 09-29). Um mundo com vastos espaços políticos partilhados com uma criminalidade transnacional, com um exacerbar de extremismos, com fluxos migratórios nunca vistos, impôs e continua a impor “ uma visão à escala regional ou mundial para além de fronteiras geográficas de cada país” (Elias, 2013: 09-29).

A segurança é nos dias de hoje um ativo importante para as pessoas, empresas, organizações e para as sociedades enquanto espaço comum de partilha, mas é um ativo inserido num vasto conjunto impedindo a mesma de ser um fim em si mesmo. Não é uma entidade abstrata mas um instrumento que permite operacionalizar de forma interdisciplinar objetivos que a sociedade e o poder político identificam como vitais para o País, “a segurança vista como provisão de um bem público essencial, que precede e é condição prévia de todas

as outras funções de Estado” (Peneda, 2012:201-203). O Estado democrático deve encarar assim a “segurança como um valor necessidade individual e coletivo, como um estado conceptual do ser humano, como um sentimento real ou cognitivo (...), dirigida por uma causa para um fim: vivência harmoniosa em comunidade” (Valente, 2012:106-115).

Uma das formas mais diretas de determinar o valor da segurança e parafrasear Baldwin (1997:17) é questionarmos como seria a vida sem a mesma? Partilhamos da visão de Thomas Hobbes (1651; 96-97) quando considera que “a vida seria solitária, pobre, desagradável, brutal e curta”³².

³² Tradução livre do autor.

CAPÍTULO III - AS AMEAÇAS E OS PROTEGIDOS

“Toda a Inteligência é informação,
mas nem toda a informação é inteligência ”.
(Lowenthal, 2008)

A atividade da segurança interna advém de princípios consagrados na Constituição e na Lei. O Estado, subordina-se à mesma³³ e assume como uma das suas tarefas fundamentais o “garantir os direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos”³⁴, garantindo a todos o direito à liberdade e à segurança³⁵ e elenca ao mesmo tempo quais as entidades produtoras de mesma, as Polícias³⁶.

A segurança interna é nos termos da Lei³⁷ considerada como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

A PSP como produtora de segurança, tem plasmado na sua Lei de Organização e Funcionamento³⁸ “a responsabilidade de garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante”. O escopo da Lei é muito

³³ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 3, n.º 2.

³⁴ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 9, al) b).

³⁵ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 27, n.º 1.

³⁶ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 272.

³⁷ Cfr. Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto com as devidas alterações, Rect n.º. 66-A/2008 de 28 de outubro, atualizada pela Lei n.º 59/2015 de 24 de junho, atualizada pelo Decreto - lei n.º 49/2017 de 24 de maio.

³⁸ Cfr. Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto.

abrangente e é nosso entendimento uma maior densificação de alguns conceitos para uma melhor clareza desta temática, nomeadamente quanto à designação “membros dos órgãos de soberania e de alta entidade”. No que respeita aos órgãos de soberania o texto constitucional indica-nos claramente quem são³⁹:

- i. O Presidente da República; como representante da República Portuguesa;⁴⁰
- ii. A Assembleia da República; como representativa de todos os Portugueses;⁴¹
- iii. O Governo; como órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública.⁴²
- iv. Os Tribunais; como os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.⁴³

Por outro lado a Lei das Precedências do Protocolo de Estado Português,⁴⁴ auxilia-nos no conceito de altas entidades públicas e na correspondente hierarquização protocolar⁴⁵ identificando cinquenta e oito qualidades diferentes de altas entidades, ao mesmo tempo que confere às altas entidades estrangeiras e internacionais a equivalência protocolar dos seus pares nacionais.⁴⁶ Embora, na nossa opinião, fosse relevante uma atualização das precedências protocolares face à realidade sociopolítica e institucional atual. Consideramos ainda enriquecedor aprofundar o termo alta entidade - dado que será mencionado ao longo deste trabalho - nomeadamente na sua visão mais global, a da Assembleia Geral das Nações Unidas de 14 de Dezembro de 1973⁴⁷ que plasma a ideia de “Pessoa Internacionalmente Protegida”:

³⁹ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 110.

⁴⁰ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 120.

⁴¹ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 147.

⁴² Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 182.

⁴³ Cfr. Constituição da República Portuguesa, art.º 202.

⁴⁴ Cfr. Lei n.º 40/2006 de 25 de Agosto.

⁴⁵ Cfr. art.º 7, da mesma Lei.

⁴⁶ Cfr. art.º 34, *idem*.

⁴⁷ Os Estados Membro de então acordaram na assinatura da Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes cometidos contra Pessoas Internacionalmente Protegidas - Ratificada pela Resolução da Assembleia da Republica n.º 20/94 de 13 de janeiro.

- a) Um Chefe de Estado, incluindo qualquer membro de um órgão colegial a exercer funções de Chefe de Estado ao abrigo da Constituição desse Estado, um Chefe de Governo ou um Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como os membros da sua família que o acompanharem, sempre que estejam num país estrangeiro;
- b) Qualquer representante ou funcionário de um Estado, ou funcionário ou agente de uma organização internacional que, num determinado momento e local, seja alvo de um crime, ou que ocorra um crime tendo como alvo as suas instalações oficiais, a sua residência privada ou os seus meios de transporte, é garantida, de acordo com as leis internacionais a proteção especial à sua pessoa, liberdade ou dignidade, bem como aos membros do seu agregado familiar.

A Rede Europeia de Proteção de Entidades Oficiais⁴⁸ contribui para esta densificação de conceitos e consagra assim no seu art.º 2º, o que se entende por “personalidades oficiais”;

“Qualquer pessoa que independentemente de exercer ou não um cargo público, beneficie de um serviço de proteção em conformidade com a legislação nacional de um Estado Membro ou por força da regulamentação de uma organização ou instituição internacional ou supranacional.”

Definido que está o conceito daqueles que são os destinatários das medidas de segurança pessoal, foi necessário aos Estados e aos seus legisladores, consagrarem com força de Lei, punições contra todos os que atentem contra a integridade física ou a vida desses protegidos. O Código Penal Português,⁴⁹ no título V – Crimes contra o Estado - consagra de forma específica punições para quem atente “contra a vida, a integridade física ou a liberdade do Presidente da República⁵⁰ no art.º 327º, com a correspondente pena de prisão de 5 a 15

⁴⁸ Criada por decisão do Conselho de 28 de Novembro de 2002 (2002/956/JAI), alterada pela decisão de 04 de junho de 2009 (2009/796/JAI).

⁴⁹ Com a última alteração dada pela Lei n.º 16/2018 de 27 de março.

⁵⁰ No âmbito da moldura penal e especificamente a que contempla o atentado contra a vida do Chefe de Estado Português, consideramo-la como manifestamente insuficiente, isto se atendermos que a legislação espanhola consagra no art.º 485 a pena de *prisión permanente revisable*, para quem atente contra a vida do rei, um chefe

anos”, (se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal). Prevê ainda no art.º 322, a pena de prisão de 1 a 8 anos para quem, “atentar contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoa que goze de proteção internacional, encontrando-se o ofendido em Portugal no desempenho de funções oficiais”.

Até ao momento procedemos à identificação dos órgãos de soberania nacionais. Identificamos as altas entidades nacionais e a respectiva equiparação dos dignitários estrangeiros. Abordamos a definição conceptual de pessoa internacionalmente protegida e de personalidade oficial. Torna-se assim coerente lançar as seguintes questões:

- i. Competirá à PSP garantir a segurança pessoal de todos os titulares nacionais dos órgãos de soberania?
- ii. Deverá também garantir a segurança pessoal de todas as altas entidades nacionais?
- iii. E quanto às entidades estrangeiras ou internacionais que se deslocam a Portugal, - sabendo-se que atualmente e segundo as Nações Unidas existem mais de 190 países no Mundo – também tal deverá ser assegurado?

Estas questões procuraremos responder mais adiante.

3.1 As ameaças na União Europeia

Em dezembro de 2003, a União Europeia adotou a Estratégia Europeia de Segurança, no que diz respeito à sua dimensão externa.⁵¹ Foi desde a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) a adoção de um documento que verdadeiramente contribuísse para o reforço da segurança na União para além do espaço geográfico da mesma. Dois anos antes, os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos da América, mostraram ao mundo

estrangeiro ou pessoa internacionalmente protegida e que um atentado contra a vida do Presidente Americano, fica desde logo inserido nos chamados *Capital Offenses Crimes*, puníveis com prisão perpétua ou pena de morte.

⁵¹ Disponível em: <https://europa.eu/globalstrategy/en/european-security-strategy-secure-europe-better-world> . Acedido em 14 de maio de 2018.

a sua fragilidade em termos securitários e criaram um alerta para estas novas ameaças no espaço europeu, fruto da extinção gradual do controlo de fronteiras entre Estados-membros e as novas formas de atuação por parte dos terroristas. Estes acontecimentos demonstraram à Europa a sua completa impreparação para fazer face a este tipo de fenómenos, posteriormente reforçados com os ataques em 11 de março de 2004, em Madrid e os de 5 de julho de 2005 em Londres.

As principais ameaças plasmadas no documento são na sua essência as mesmas que a Europa enfrenta nos dias de hoje. O terrorismo transnacional, “ligado ao extremismo religioso de caráter violento” (Elias, 2018:209) sustentado em ataques de “cariz artesanal com meios pouco sofisticados e em geral com fraca preparação e planeamento” (Torres, 2018:14) e “instilando um clima de terror e de insegurança que afeta não só os seus alvos primários, as suas vítimas imediatas, como também, por efeito psicológicos seus alvos potenciais (a audiência), coagindo assim, de forma indireta, por ação ou omissão, governos, organizações ou indivíduos nas suas decisões, e influenciando a opinião pública” (Matos, 2016:250). A proliferação de armas de destruição maciça “com um cenário assustador de aquisição de armas por parte de grupos terroristas” (Elias, 2018:209) e, “sobretudo de as poderem usar, é um pesadelo para as forças de segurança e de defesa de todo o mundo” (Paiva, 2012:191-192). Os conflitos regionais que podem conduzir ao extremismo, ao terrorismo e ao fracasso dos Estados “são largamente atribuíveis ao homem e não ao acaso” (Rotherg, 2004:25)⁵² e oferecem além disso “oportunidades à criminalidade organizada” (Elias, 2018:209). Os governos falhados “debilitando as instituições” (Elias, 2018:209) e por fim o narcotráfico e o crime organizado, como inimigos permanentes das sociedades atuais. Mas esta estratégia - ainda em vigor - que pretendia atacar os problemas a montante “já não

⁵² Tradução livre do autor.

responde aos desafios de um ambiente geopolítico em acelerada mutação, num mundo mais conectado, mas também mais contestado e mais complexo" (Lopes. A, 2016).

Em Fevereiro de 2010 durante a presidência semestral espanhola da UE, o Conselho completou a visão externa com a adoção da estratégia de segurança interna “ Rumo a um modelo europeu de segurança”.⁵³As principais ameaças e desafios comuns identificados mantêm-se na atualidade; o terrorismo, a criminalidade grave e organizada, a cibercriminalidade, a criminalidade transfronteiriça, mas também as catástrofes naturais e as catástrofes provocadas pelo homem, tais como “ os incêndios florestais, as insuficiências energéticas e as falhas graves a nível das tecnologias de informação e comunicação” Elias, 2018:210) causam desafios europeus à segurança.

A agenda de 2015⁵⁴ preconiza uma resposta forte da EU para aquelas que são as prioridades imediatas de intervenção; A luta contra o terrorismo, contra a radicalização do terrorismo, contra o seu recrutamento e financiamento. A Prevenção e luta contra a criminalidade organizada com base na EU contra a cibercriminalidade e o reforço da cibersegurança. Todas estas áreas de intervenção constam das conclusões do Conselho sobre a Estratégia Renovada de Segurança Interna da UE para 2015-2020⁵⁵. Para cumprir tal desiderato, foi solicitado aos Estados-membros melhorassem e aprofundassem:

1. A troca e a acessibilidade das informações, em especial garantindo a interoperabilidade dos diferentes sistemas de informação e incentivando a escolha mais adequada do canal de intercâmbio das informações pertinentes, dentro do quadro jurídico existente;
2. O reforço da cooperação operacional;

⁵³ Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/media/30754/qc3010313ptc.pdf> . Acedido em 14 de maio de 2018.

⁵⁴ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (Com (2015) 185 final, de 5 de maio de 2015).

⁵⁵ Doc 9798/15, de 10 de junho de 2015, JAI 442 COSI 67.

3. A prevenção e a investigação de atos criminosos, com especial incidência na criminalidade financeira organizada e no confisco dos produtos do crime, e de ataques terroristas, incluindo a prevenção da radicalização e a salvaguarda dos valores através da promoção da tolerância, da não discriminação, das liberdades fundamentais e da solidariedade em toda a União Europeia;
4. As possibilidades de formação, financiamento, investigação e inovação, desenvolvendo em particular uma política de segurança industrial autónoma, nomeadamente em domínios como o controlo das fronteiras, a interoperabilidade de equipamentos de segurança e a ação policial;
5. A promoção e a disponibilidade de utilização de tecnologias fiáveis e seguras de informação e comunicação, a fim de melhorar a cibersegurança na UE.

As estratégias da UE no sentido de melhorar quer a interoperabilidade entre os Estados-membros e forças policiais, quer garantindo os recursos financeiros para tal, será sempre um passo acertado no sentido de tornar a Europa mais segura. No entanto há que ter sempre presente que o que mudou de forma substancial foi por um lado a escolha dos alvos para os ataques terroristas, que passaram a contemplar cidadãos comuns e anónimos e alguns grupos específicos de profissionais representantes do poder estatal como polícias e militares, quer os novos métodos utilizados, alguns de “cariz artesanal, com meios pouco sofisticados e em geral com fraca preparação e planeamento” (Torres, 2018:14) que passaram a incluir simples objetos de uso diário – desde utensílios de cozinha a veículos automóveis ligeiros ou pesados – tudo associado a uma escolha de locais de ação indiscriminados mas com grandes concentrações de pessoas, em eventos de cariz cultural ou em áreas de veraneio “levados a efeito frequentemente por um único indivíduo que congemma tudo na sua esfera pessoal” (Torres, 2018:14). Esta nova prática de violência difusa e sem objetivos específicos - para

além de causar terror - associada a uma transmissão mundial que as redes sociais possibilitam - tornaram-se numa das maiores ameaças no espaço europeu da atualidade.

A ideia central a ter presente na hodiernidade é que os riscos e os perigos já não estão confinados a um espaço ou a um território, mas adquiriram uma transnacionalidade efetiva que as antigas fronteiras físicas são incapazes de parar, “os riscos globais, representam neste sentido um sinal de alarme face ao fracasso dos Estados-nação no mundo globalizado” (Beck, 2007: 124).

3.2 As ameaças em Portugal

Nas palavras de Fernandes, a “segurança interna, enquanto atividade, não pode ser prosseguida sem inteligência ou numa perspectiva tradicional sem informações” (Fernandes, L. 2014:11) sendo considerada como um dos pilares a par da prevenção, da ordem pública, da investigação criminal e da cooperação internacional. As informações são - nos Estados modernos - um instrumento fundamental para a atividade policial diária. Esta inteligência (*Intelligence*) que pode adquirir uma dupla vertente; operacional e tática, permite prospetivar e aplicar em ações concretas meios materiais e dispositivos humanos numa visão holística.

O Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS) ⁵⁶ consagra que a “atividade de informações de segurança interna compreende o conjunto de ações destinadas a promover, de forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão de informações que garantam a realização dos objetivos do Sistema de Segurança Interna” (p:17). Sendo que em Portugal, o organismo competente para a produção de informações de forma a cumprir tal desiderato é o Serviço de Informações de Segurança (SIS) tendo-lhe o legislador atribuído a exclusividade em tal matéria ao consagrá-lo como “o único organismo incumbido da produção de informações

⁵⁶ Documento classificado, aprovado pela deliberação n.º 230/2006 de 18 de maio do Conselho de Ministros.

destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”⁵⁷. É assim ao SIS que compete no âmbito do nosso trabalho, determinar o grau de ameaça que impendem sobre o protegido, o que não impede (antes aconselha) a avaliação e gestão do risco por parte da PSP, no quadro da segurança pessoal a altas entidades e pessoas alvo de ameaça relevante (magistrados, testemunhas, etc.), como adiante abordaremos.

A ameaça, na visão de Couto, é definida como “a força ou acontecimento que pode degradar o potencial existente ou alterar um determinado *status quo*” (Couto,1988). Fernandes, estabelece em complemento desse acontecimento, um enquadramento situacional, dado que esta - ameaça - não permanece indefinidamente “a ameaça existe num determinado quadro situacional” (Fernandes, L. 2004:461-481) e consagra uma relação antagónica que se corporiza quando pelo menos um adversário tem a intenção de alterar o *status quo* a seu favor dispondo de poder para aplicar alguma forma de coação sobre o outro (Fernandes, L. 2004:461-481). Mas as ameaças para serem credíveis não se podem cingir às intenções - que só por si são essencialmente de natureza subjetiva, de “difícil objetivação e dependentes de múltiplos fatores”, têm de ser acompanhadas pelas possibilidades de materialização - possibilidades entendidas como “manifestações materiais dos recursos e tecnologia disponível” (Fernandes, L. 2014:19).

Numa visão direcionada para a segurança pessoal, as ameaças dirigidas aos PEP, sejam entidades nacionais ou internacionais, podem ser representadas por escalas padronizadas, que permitam identificar a graduação da mesma. Portugal adotou uma recomendação do Conselho⁵⁸ sobre a criação de uma escala comum de avaliação da ameaça para personalidades oficiais em visita à União Europeia, sendo que nessa recomendação foi

⁵⁷ Cfr. Lei n.º 50/2014 de 13 Agosto, republicada pela Lei n.º 9/2017 de 19 de fevereiro.

⁵⁸ Recomendação do Conselho (2001/C 356/01) de 6 de dezembro de 2001.

solicitado aos Estados Membros que adotassem uma escala de avaliação simples e prática (...), com base em números e/ou letras.

Figura 1: Escala de Avaliação de Ameaças

N.	IDENTIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DA AMEAÇA
1	Imediato	Informações específicas revelando a iminência de um ataque ao VIP especificado.
2	Elevado	Informações específicas ou atividades terroristas recentes indicando que o VIP poderá constituir um alvo de primeira prioridade para um grupo terrorista.
3	Significativo	Informações genéricas recentes, cujo contexto político ou de segurança indique que o VIP poderá constituir um alvo prioritário para um grupo terrorista.
4	Moderado	Não há informações específicas ou genéricas de uma ameaça especial, existindo contudo uma ameaça potencial, tendo em conta os fatores associados ao VIP ou ao país que representa.
5	Reduzido	Não há elementos que justifiquem a previsão de um ato terrorista.
Z	(zulu)	Poderá ser utilizada para assinalar a existência de uma ameaça real de atos hostis contra o VIP sem pôr em causa a sua vida (lançamento de objetos, empurrões, etc.)

Fonte: Elaboração própria - Adaptado da Recomendação do Conselho

Esta ferramenta - escala padronizada - permite-nos assim saber qual a ameaça que impende sobre o nosso “protegido” e apenas isso nada mais. Não nos dá informação complementar que consideramos como essencial para podermos ter um quadro situacional mais global. Partilhamos assim da visão de Torres quando considera que esta escala “não está isenta de críticas, tendo em conta que, por um lado, quase ignora as componentes; capacidade e intenções e centra-se praticamente no alvo e na oportunidade da ação hostil” (Torres, 2015:36). É nosso entendimento assim, avocar outras variáveis para além da escala supra mencionada, nomeadamente para se saber qual o grau de risco que a entidade poderá enfrentar:

- i. Quais são os desejos ou as expectativas que se traduzem em intenções das fontes da ameaça face ao nosso protegido?
- ii. Os desejos ou expectativas destes atores hostis baseiam-se em motivações políticas, ideológicas, de ativismo ou de simples protesto?

Esta componente - intenções - que “podem servir de motor ou de freio de ação” (Couto, 1998:307) é particularmente “subjetiva de difícil objetivação e dependente de múltiplos e diversos fatores” (Fernandes, L. 2014:19). É extremamente “volitiva e por definição a mais difícil de descortinar” (Torres, 2018:15).

- iii. Quem as pode operacionalizar?
- iv. E com que recursos?

Tratar-se-á de um indivíduo isolado ou a operacionalização será feita por um grupo ou por uma organização de grupos afiliados ou por grupos inspirados? E disporá de recursos de natureza tecnológica, humana, financeira ou operacional? Será que esse eventual potencial materializará uma capacidade real de impor danos ao nosso ativo?

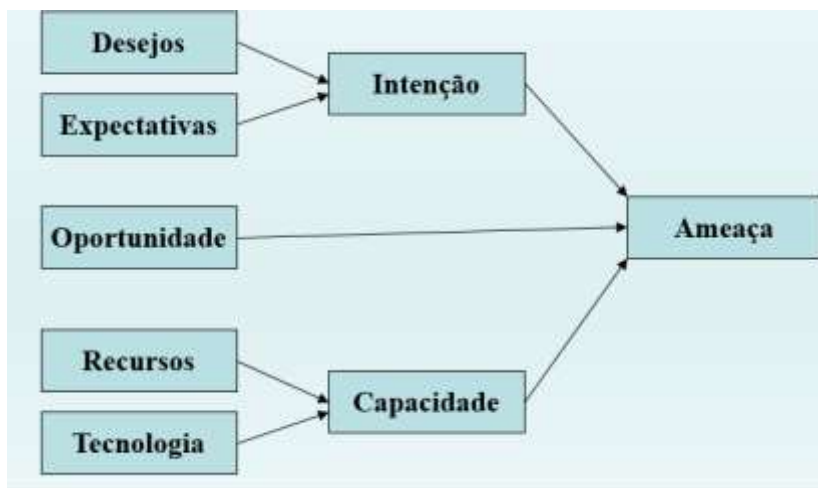
- v. Como será dirigida a ação?

Consistirá num ataque com recurso a engenhos explosivos improvisados, com recurso a viatura armadilhada, bombista suicida, bomba sonora, utilização de veículos aéreos não tripulados ou com recurso a agentes infiltrados?

- vi. Que oportunidades estão reunidas ou que podem ocorrer e que permitam às fontes da ameaça atingir os objetivos delineados?

Existem rotinas enraizadas no nosso protegido que permitem estabelecer um padrão de previsão de ataque? Que histórico de ataques existe face ao mesmo? A figura infra, condensa na nossa visão e de forma resumida os elementos constitutivos da ameaça que podem ser dirigidas ao nosso ativo.

Figura 2: Elementos Constitutivos das Ameaças



Fonte: José Matos Torres (2015)

Depois de termos aferido - ainda que de uma forma pouco densificada - a visão de quem quer praticar este tipo de ações, façamos agora um exercício análogo mas dirigido a quem tem a missão de proteger uma entidade. Um conceito a ser estudado de imediato é o da vulnerabilidade, identificado ou assumido como fraqueza de quem tem por missão proteger. Haimes define-as como “a manifestação de estados (físico, técnico, organizacional, cultural) que podem ser explorados para afetar um sistema” (Haimes, 2004)⁵⁹ mas apenas “se atacados por um adversário” (Wills, 2007:598)⁶⁰. São fragilidades “nossas” que se exploradas por quem tem as intenções e as capacidades, potenciam fatores de risco acrescidos para os nossos ativos. Estas nossas fraquezas podem agrupar-se globalmente em vulnerabilidades da natureza física, tecnológica ou operacional.

Face ao exposto importa assim aferir se todas as vulnerabilidades devem ser levadas em linha de conta numa visão securitária? O nosso entendimento é que não. Consideramos que

⁵⁹ Tradução livre do autor.

⁶⁰ *Idem*.

devem ser apenas aquelas que tenham que ver com as ameaças específicas e analisadas, partilhando assim da visão de Torres quando considera que se valida apenas “as vulnerabilidades que estejam relacionadas com as ameaças pré-selecionadas em termos de número de fraquezas do sistema de segurança que estão na sua origem e grau de dificuldade em serem exploradas” (Torres, 2015:43).

Na hodiernidade, a ameaça terrorista de matriz islamista a nível global e de acordo com Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2017⁶¹, “mantém-se num nível elevado apesar das derrotas sofridas pelo Grupo Estado Islâmico (GEI), nos territórios onde estava implementado (...). Na Europa persiste uma ameaça múltipla, protagonizada por indivíduos radicalizados em território europeu e por combatentes na Síria e no Iraque que regressam aos seus países de origem, alguns dos quais continuam a mostrar a motivação e as capacidades para perpetrarem atos violentos” (RASI, 2017:67). O continente europeu foi em 2017 alvo de vinte e cinco ataques terroristas que ocorreram em sete diferentes países. Alemanha, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido e Suécia. “Estes dados evidenciam, de modo inequívoco, que o grau de ameaça terrorista na Europa permanece elevado, impulsionado por fatores que tornam esta ameaça ainda mais difusa e complexa, face à diversidade dos agentes, à simplicidade organizativa e imprevisibilidade das ações” (RASI, 2017:69).

A nível nacional a ameaça terrorista é considerada como moderada “contudo não existe imunidade no que ao terrorismo diz respeito, pelo que o nosso país enfrenta riscos potenciais semelhantes àqueles que impendem sobre o conjunto dos países europeus” (RASI, 2017:70). Importa assim sinalizar que as principais ameaças que se colocam a nível interno para além do regresso à europa dos combatentes estrangeiros que se encontram na Síria e dos “extremismos políticos que grassam por todo o espaço europeu de quem a extrema-direita

⁶¹ Relatório Anual de Segurança Interna congrega os dados referentes à criminalidade participada por oito órgãos de Polícia Criminal (OPC): GNR, PSP, PJ, SEF, PM, ASAE AT, e PJM.

nacional tem feito um esforço de aproximação - com um reforço da propaganda *online* a multiplicação de iniciativas com alguma visibilidade como concertos, conferências, apresentações de livros e protestos simbólicos participadas por militantes de diferentes quadrantes” (RASI, 2017:70) - encontramos a delinquência e a criminalidade de grupos violentos e organizados - amiúde associados a zonas urbanas sensíveis - a utilização do nosso território como plataforma de estruturas criminosas transnacionais envolvidas em mercados criminais tão distintos como o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de armas de fogo, o contrabando ou a contrafação” (RASI, 2017:72) e a espionagem, que desenvolvida por métodos tradicionais e através de “ciberataques com o intuito de aceder a informação classificada e sensível de natureza política, militar económica ou científico - tecnológica, representa uma ameaça real e concreta contra a segurança e os interesses nacionais representa cada vez mais uma séria ameaça aos interesses nacionais”(RASI, 2017:73).

Na atividade policial em termos globais e na segurança pessoal em particular, a PSP confronta-se diariamente com uma panóplia de alvos potenciais que podem ser escolhidos para ações criminógenas. Partilhamos assim a visão de Fernandes, quando entende que “a mera determinação do grau de ameaça para proteger os bens, não é suficiente” (Fernandes, L. 2014: 21), existem outras ferramentas que não só podem como devem complementar tal ajuda no processo de decisão.

Falamos das análises de risco.

3.3 O risco na segurança pessoal

Nas palavras de Torres “o risco consiste na probabilidade de uma determinada ameaça explorar uma vulnerabilidade potencial do sistema resultando um determinado impacto num ativo crítico para a missão e objetivos de uma entidade, instituição ou nação” (Torres,

2009:50), no entanto é preciso “reconhecer a impossibilidade de eliminação completa do mesmo, tal como é fundamental determinar o nível de risco que é aceitável” (Fernandes, L., 2014:23) tendo sempre presente que “*the experience of security usually rests upon a balance of trust and acceptable risk*” (Giddens, 1996:36).

Nesta senda, a PSP como entidade produtora de inteligência, adotou a chamada gestão de risco como ferramenta de trabalho de apoio à sua atividade estratégica, operacional ou tática, introduzindo assim nos seus planos operacionais muito mais que a mera determinação do grau de ameaça. A gestão do risco na atividade policial, como processo analítico e sistemático, incorpora assim não só o grau de ameaça, das intenções e das capacidades, como leva em linha de conta as vulnerabilidades existentes e a probabilidade de ocorrência do incidente. A produção destes relatórios é crucial pois, possibilita que o *enfoque* seja assim feito em riscos potenciais e realistas em detrimento do chavão “protegê-lo de tudo e de todos”. Possibilita a construção de cenários plausíveis de ocorrência e dentro destes a escolha dos mais importantes, permitindo aos polícias através de simulações, treiná-los. Possibilita ainda ao comandante tático a escolha e a implementação das medidas securitárias de natureza preventiva, bem como de natureza reativa que a missão exige.

Quais serão assim os principais riscos que se colocam às entidades que são destinatárias de segurança pessoal em Portugal? Sinalizamos na nossa visão, cinco domínios como mais susceptíveis de materialização dos riscos e as ações a eles associadas.

Figura 3: Domínios e Riscos

DOMÍNIOS	RISCOS
Terrorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ataque com qualquer tipo de arma branca; ▪ Ataque com armas de fogo, de mão ou de ombro; ▪ Ataque com viaturas auto, ligeiras ou pesadas; ▪ Ataque com Engenho Explosivo Improvisado; ▪ Ataque com viatura armadilhada; ▪ Ataque químico-biológico direto; ▪ Ataque químico-biológico indireto (envenenamentos);⁶² ▪ Utilização de bomba sonora; ▪ Utilização de veículo aéreos não tripulados (drones).
Ordem Pública	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajuntamentos inopinados de pessoas; ▪ Bloqueio de vias de comunicação; ▪ Ativismo de natureza política, ecológico, defesa dos animais, outros).
Protocolar e Imagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arremesso de objetos (vegetais, sapatos, ovos, outros); ▪ Protestos em cerimónias públicas; ▪ Protestos com entidades não residentes presentes.
Ciberameaças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ataques a sistemas informáticos; ▪ Escutas de reuniões; ▪ Espionagem; ▪ Interceção ou barramento de chamadas telefónicas.
Incerteza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ataque não expectável.

Fonte: Elaboração própria

3.4 Os ativos na segurança pessoal

⁶² O presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, teve o rosto desfigurado devido a um envenenamento por uma dioxina TCDD - extremamente tóxica - na época da “Revolução Laranja”. O presidente considerou que foi envenenado durante um jantar em 5 de setembro de 2004 em plena campanha eleitoral. Ao contrário do que era esperado, o veneno apenas o incapacitou durante a campanha e deixou seu rosto inchado e marcado. A substância tóxica atacou o fígado, o pâncreas e a pele, provocando lesões cutâneas por todo o corpo.

Os ativos na segurança pessoal são as altas entidades nacionais ou estrangeiras e os cidadãos comuns quando sujeitos a ameaça. Para efeitos do nosso estudo vamos apenas considerar duas diferenças: os protegidos residentes e os não residentes em território nacional. Densificaremos estes conceitos no capítulo IV do presente trabalho. Quanto à qualidade protocolar dos protegidos, o quadro infra representa o enquadramento dos mesmos.

Figura 4: Categoria das Entidades

CATEGORIA	ENTIDADES
1	Presidentes da República Chefes de Estado estrangeiros.
2	Presidentes da Assembleia da República. Primeiro-ministro e homólogos estrangeiros.
3	Membros do Governo e homólogos estrangeiros.
4	Altas Entidades do Estado e seus homólogos e equiparados estrangeiros. Embaixadores estrangeiros acreditados em Portugal e ex-titulares.
5	Entidades e cidadãos, nacionais ou estrangeiros com ameaça.

Fonte: Elaboração própria - Adaptado do PCCCOFSS

A análise deste quadro, permite-nos desde já responder a algumas questões que havíamos colocado anteriormente. Deverá a PSP garantir a segurança pessoal de todos os titulares nacionais dos órgãos de soberania? No que respeita ao titular do órgão de soberania Presidente da República - que é de natureza unipessoal - o PCCCOFSS não deixa dúvida alguma quanto à sua atribuição (PCCCOFSS:58-60). O mesmo documento integra ainda as figuras do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-ministro como beneficiários da medida (PCCCOFSS:58). Aos restantes titulares de pastas ministeriais o plano é mais restritivo e dos atuais dezoito titulares de pastas⁶³ (incluindo o Primeiro-ministro) apenas o

⁶³ Composição do XXI executivo, Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/composicao> Acedido em 15 de maio de 2018.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro das Finanças, o Ministro da Defesa Nacional, e os Ministros da Administração Interna e da Justiça têm segurança pessoal (PCCCOFSS:61). Quanto ao último órgão de soberania, os tribunais, o plano é omissivo e não contempla a sua consagração textual. No entanto a PSP garante ainda a segurança pessoal dos presidentes dos tribunais superiores; o Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Administrativo. A outra questão arguida, se a PSP deve garantir a segurança pessoal de todas as altas entidades nacionais, a nossa visão é que as que constam no art.º 7, da Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português⁶⁴ apenas serão alvo da medida, não pela deferência protocolar a que tem direito, mas sim atribuição de um determinado grau de ameaça e subsequente análise de risco. Em relação às entidades estrangeiras ou internacionais que se deslocam a Portugal, aplica-se o mencionado supra em regime de equiparação.

3.4.1 As perceções da ameaça – pelos ativos

Os relatórios técnicos que avaliam a ameaça e o risco sobre os protegidos, são ferramentas essenciais para a afetação de meios humanos e materiais, mas de que forma é que os nossos ativos percecionam as ameaças que recaíam sobre si? E de que forma equacionaram - enquanto titulares de cargos governativos - a probabilidade de serem alvo de uma atitude hostil ou mesmo de um atentado? E numa visão integrada (social, política e económica) qual seria no seu entendimento o impacto para o Estado do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

Na entrevista a Passos Coelho (2018)⁶⁵ o mesmo afirmou que nunca se sentiu como alvo de um atentado apesar de ter governado num período difícil. Quanto ao impacto para o

⁶⁴ Lei n.º 40/2006 de 25 de agosto.

⁶⁵ Cfr. Entrevista de Pedro Passos Coelho, concedida a Magalhães, em 30 de janeiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo A.

Estado do desaparecimento de um alto dignitário, considerou não saber qual seria, mencionando mesmo o desaparecimento do ex-Primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro em 1980 para questionar como seria Portugal hoje se ele tivesse continuado como chefe do Governo. Quem também nunca se sentiu como alvo de um eventual atentado foi Constança de Sousa (2018)⁶⁶ ao afirmar de forma perentória que não! Que, apesar de ter sido aconselhada a reforçar a sua segurança, nunca achou tal necessário. Quanto ao impacto para o Estado do desaparecimento de um alto dignitário considerou que seria enorme, visão essa, também partilhada por António Guterres (2018)⁶⁷ quando menciona que tal seria muito grave para o país. Quanto ao facto de poder ter sido vítima de um atentado, António Guterres rejeitou liminarmente a ideia, mencionando por outro lado, algumas situações de risco que experienciou como Primeiro-ministro. Ramalho Eanes (2018)⁶⁸ considera que em relação ao facto de poder ter sido vítima de um atentado pelas funções que desempenhou e no tempo de perturbação em que as exerceu - especialmente no primeiro mandato - admitiu como possível qualquer manifestação hostil, ou mesmo de um eventual atentado. Quanto ao impacto para o Estado do desaparecimento de um alto dignitário, considerou que uma situação dessas teria manifestas consequências obviamente negativas, na confiança dos cidadãos, nas instituições de segurança e mesmo no Estado, que pareceria incapaz de garantir a segurança e o funcionamento democrático (garantir a paz, fazer com que os diferentes conflitos, que percorrem a sociedade, sejam dirimidos pela justiça ou pelas eleições). Uma tal situação teria também uma influência negativa na confiança internacional do país, e afetaria, pelo menos temporariamente, o investimento externo. A visão de Cavaco Silva

⁶⁶ Cfr. Entrevista de Constança Urbano de Sousa, concedida a Magalhães, em 07 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo B.

⁶⁷ Cfr. Entrevista de António Guterres, concedida a Magalhães, em 19 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo C.

⁶⁸ Cfr. Entrevista de Ramalho Eanes, concedida a Magalhães, em 03 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo D.

(2018)⁶⁹ face ao facto de poder ser alvo de um atentado, é bastante mais assertiva ao referir que tal não fazia parte das suas preocupações em virtude de toda a confiança que depositava na sua segurança. Quanto ao impacto para o Estado do desaparecimento de um alto dignitário, considerou que tal seria um choque muito forte e que difundiria na sociedade Portuguesa um sentimento de insegurança e que abalaria um dos pilares em que assenta a vida normal dos países.

3.5 O sentimento securitário nacional

Portugal encontra-se atualmente classificado como o quarto país mais seguro do Mundo⁷⁰ e sem terrorismo a nível interno. Este ranking permite apresentar-se a nível internacional como um destino credível no aspeto securitário com todas as vantagens associadas nomeadamente ao turismo. Atividade onde Portugal tem batido recordes de visitantes que optam por locais mais seguros em detrimento de países alvo de práticas terroristas designadamente dos países do Norte de África e do Médio Oriente. No entanto este estado ou perceção de segurança nem sempre foi assim fruto de uma instabilidade securitária muito grande sentida na Europa em finais do século XIX. As correntes anarquistas⁷¹ que defendiam a ação direta viam nesta “o principal método de luta, visando destruir a sociedade capitalista e o Estado” (Henriques, Medeiros, Regalado, Rosa, Bandeira, 2008:65), manifestações de massa, greves, boicotes, sabotagens, assassinato de proprietários de fábricas ou atentados contra os governantes eram recorrentes⁷².

⁶⁹ Cfr. Entrevista de Cavaco Silva, concedida a Magalhães, em 16 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo E.

⁷⁰ Classificação dada pelo Índice da Paz Global (Global Peace Index) de 2018 do Institute for Economics and Peace, que já se encontra na sua 12ª. Edição.

⁷¹ Estas correntes adotavam distintos métodos de luta, desde a transformação da sociedade por meios pacíficos, da ação direta não violenta e a desobediência civil. Havia no entanto os que apregoavam a violência e o terrorismo.

⁷² Em 11 de maio de 1878 em Berlim o funileiro Emil Heinrich atentou contra a vida do Imperador da Alemanha Wilhelm, mas fracassou. Em outubro de 1878, em Madrid, o tanoeiro Juan Oliver Moncasi, atentou contra a vida do rei Afonso XII. Na Suíça, o anarquista italiano Luigi Luccheni, assassinou em 1898 a imperatriz

Também em Portugal as mortes do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe que ocorreram no dia 1 de fevereiro de 1908 perpetradas por Manuel Buiça e Alfredo Costa, além de terem contribuído decisivamente para o fim do Regime Monárquico, permitiram nas palavras de Samara & Tavares que “de repente, a Europa descobria que as suas cabeças coroadas podiam ser assassinadas em plena luz do dia e que os acontecimentos andavam mais depressa do que era possível apanhá-los, talvez fosse a isto que chamavam tempos modernos” Samara & Tavares (2008:134). As ameaças dirigidas ao monarca eram constantes⁷³, a assinatura do decreto régio que permitia ao Primeiro-ministro João Franco desencadear ações violentas sobre quem ousasse contra a política e ou o regime vigente terá contribuído para tal epílogo quando foi o próprio soberano a reconhecê-lo: “assino a minha sentença de morte, mas os senhores assim o quiseram” (Ramos, 2006:313). Em todo este trágico acontecimento existe uma questão que consideramos premente arguir: face ao estado de exaltação que se vivia em Lisboa na altura o porquê da escolha de um landau⁷⁴ em detrimento de uma carruagem fechada ou mesmo de um automóvel para realizar a viagem entre o Terreiro do Paço e Palácio das Necessidades? Terá sido este um erro do Rei⁷⁵.

Em pleno regime republicano ocorreu a morte do Presidente da República Sidónio Pais na noite de 14 de Dezembro de 1918 quando se dirigia para a estação do Rossio no intuito de se deslocar para a cidade do Porto de Comboio. Nesse fatídico dia e nas palavras de Telo, o “Presidente por volta da meia-noite tinha chegado à estação dos comboios, mesmo alertado

Elizabeth, esposa do Imperador Francisco José I da Áustria. Outro anarquista Gaetano Bresci, matou em 1900 o rei da Itália, Umberto I.

⁷³ (...) Nós queremos e esperamos, como castigo de criminosos autênticos e como necessidade de desenvolvimento, de progresso, de grandeza moral do nosso povo, que o Sr. D. Carlos seja o último ladrão da dinastia de Bragança (...). Manifesto dos estudantes republicanos ao país, de 4 de Dezembro de 1906.

⁷⁴ Carruagem de quatro rodas, que tem no interior dois bancos frente a frente, dispostos paralelamente aos eixos e cuja capota se pode baixar.

⁷⁵ “Por ordem de Sua Majestade é que a família real vai em carruagem aberta” - Alfredo Augusto José de Albuquerque, foi membro da Guarda Real da Rainha D. Amélia, estribeiro-mor da Casa Real, comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2, antigo Regimento de Cavalaria Lanceiros 2, D’EL Rei. Primeiro diretor do Museu Nacional dos Coches, serviu como coronel às ordens do rei D. Carlos I e foi coronel honorário do rei D. Manuel II.

para os perigos que corria, não hesita e decidiu viajar. Na estação de comboios do Rossio, José Júlio da Costa empurrou dois policiais que ali se encontravam e disparou 2 tiros no peito do Presidente que chegou sem vida ao hospital de S. José” (Telo, 2011:65). A Morte do Presidente Sidónio Pais ocorreu dias depois de uma tentativa falhada contra o mesmo, aquando da visita ao comando central da defesa de Lisboa, altura em que um jovem de 18 anos lhe apontou uma pistola ao peito e carregou 3 vezes no gatilho sem que as munições tivessem deflagrado. Não foi este ato suficiente para alertar o Presidente dos perigos que corria? E os avisos de Solari Alegro de que havia atentados preparados contra si na deslocação à cidade do Porto porque não foram atendidos? Terá o Presidente subestimado as ameaças que lhe eram dirigidas como uma década antes D. Carlos I terá feito? Ainda durante a Primeira República, Portugal voltou a ver ser assassinado um seu alto dirigente nacional, António Granjo, Primeiro-ministro que na altura governou apenas 49 dias foi morto em 19 de Outubro de 1921 a tiro e à baioneta no interior do quartel da Armada na Rua do Arsenal em Lisboa, acontecimento que ficou conhecida como a noite sangrenta⁷⁶.

Mas estas ações criminosas estender-se-iam durante o Estado Novo e António de Oliveira Salazar Presidente do Conselho, foi vítima de um atentado à bomba em Lisboa no dia 4 de Julho de 1937. Na versão de Madeira, seriam 10h20, nas Avenidas Novas em Lisboa, mais concretamente na Avenida Barbosa du Bocage quando a viatura oficial, tinha parado à frente da casa de Josué Francisco Trocado. O Presidente do Conselho iria assistir à missa na capela privativa da residência do seu amigo pessoal e sem que tenha havido tempo para mais nada, “uma enorme explosão atoa os ares esventrando a rua” (Madeira, 2013:23) a cratera que se abriu na estrada não deixou dúvida nenhuma, alguém tinha tentado matar o Presidente do Conselho. Salazar saiu da viatura ileso.

⁷⁶ Designação pela qual ficou conhecida a revolta radical de marinheiros e arsenalistas, que ocorreu em Lisboa em outubro de 1921.

Com a chegada da democracia e na consolidação do regime, Portugal não ficaria isento da vaga europeia de ações criminosas e violentas de cariz terrorista que se faziam sentir noutros países e alguns desses atos ocorreram em território nacional.

Um dos alvos foi o ex. Embaixador de Israel em Portugal, Ephraim Eldar, que no dia 13 de novembro de 1979 vítima de um atentado terrorista perpetrado por um comando armado da Organização de Libertação da Palestina (OLP). O diplomata apesar de ligeiramente ferido, sobreviveu ao atentado o elemento da segurança pessoal Portuguesa, morreu no local. O Guarda Ildefonso Pereira, tinha cumprido o seu dever ao protegê-lo.

Na noite de 4 de dezembro de 1980, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa juntamente com o Primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro deslocaram-se para a cidade do Porto a bordo de um pequeno avião Cessna. Pouco depois de levantar, o mesmo incendiou-se e caiu numa área habitada perto do aeroporto de Lisboa. Todos os ocupantes morreram num total de sete. As circunstâncias em que ocorreu a queda do aparelho e as consequências de tal, levaram à constituição de inúmeras comissões parlamentares de inquérito na Assembleia da República, a última comissão considerou que a queda do avião se deveu a um atentado⁷⁷.

Mas estas ações violentas não tiveram apenas como destinatários alvos de natureza política e assim em 12 de Maio de 1982, na Cova da Iria no Santuário de Fátima em direto para todo o mundo, o padre espanhol Juan Maria Fernández Krohn atentou contra a vida do Papa João Paulo II, usando para o efeito uma arma branca. O atacante tinha nas mãos uma baioneta de uma espingarda Mauser com que ainda tentou atingir o Sacerdote polaco. João Paulo II, não foi atingido devido à pronta intervenção dos elementos da segurança pessoal.

No ano seguinte mais concretamente no dia 10 de abril de 1983, ocorreu na região do Algarve um atentado dirigido contra um dignitário estrangeiro de visita ao território

⁷⁷ Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf>? Acedido em 15 de julho de 2018.

nacional. Issam Sartawi, representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP), nos trabalhos do XVI Congresso da Internacional Socialista (IS) que decorreu em Albufeira, foi abatido a tiro por terroristas ligados à organização extremista palestina de Abu Nidal. Este conferencista não tinha destacado para a sua segurança nenhum dispositivo policial, contrariamente a outros participantes nos trabalhos que dispuseram de equipas de segurança pessoal e a quem nada aconteceu.

O atentado perpetrado a 15 de Fevereiro de 1986, contra o ex. Diretor Geral dos Serviços Prisionais, Gaspar Castelo Branco levado a efeito por operacionais das Forças Populares 25 de Abril (FP/25) encerrou uma série de atentados em território nacional. A morte do ex. Diretor Geral ocorreu num dia em que Castelo Branco, depois de já ter dispensado a sua segurança pessoal, o que era habitual fazer⁷⁸, saiu sozinho de casa para ir fazer compras. Foi abatido numa rua da zona da Lapa em Lisboa onde vivia.

Os atentados supramencionados e parafraseando Torres, encontram-se já algo “distantes na memória coletiva”, mas as ameaças nas sociedades hodiernas ou “sociedades cosmopolitas globais na contemporaneidade” (Giddens, 200:29) estão bem espelhadas nos atentados que tem ocorrido recentemente. Os ataques perpetrados em locais turísticos, em salas de espetáculos em ruas ou avenidas têm procurado atingir de forma espontânea e inopinada grandes concentrações de pessoas, sem alvos definidos (mas maioritariamente interfaces de transportes públicos, aeroportos, zonas turísticas – os designados soft targets), gerando um efeito de imprevisibilidade constante. O regresso à Europa de ex.- combatentes radicalizados que estiveram presentes em conflitos armados recentes e que são possuidores

⁷⁸ Nas palavras de Celestino Amaral, jornalista do Jornal Expresso, (conferir edição de 22 de Fevereiro de 1986), o Diretor dos Serviços Prisionais era um homem de hábitos quotidianos, de itinerários de casa para o serviço e foi com relutância que terá admitido o seu serviço de segurança. Era ainda hábito dispensar os seus guardas durante o fim-de-semana e mesmo à noite.

de *know-how* operacional, significa só por si um acréscimo de perigo dirigido não só aos cidadãos incógnitos mas também aos líderes políticos, aos Chefes de Governo e de Estado.

Portugal nas últimas décadas tem estado imune a ações desta natureza dirigidas não só contra AEA nacionais ou dignitários estrangeiros em visita ao território. Talvez seja a intervenção de uma entidade superior responsável pela situação como bem refere Torres, “o nosso país parece gozar da garantia quase divina” (Torres, 2018:18) – eventualmente de Nossa Senhora de Fátima - de que, apesar de termos de estar atentos e ir fazendo algo por isso nada de relevante ocorrerá no futuro. É claro que isto nada mais é do que um *wishful thinking* de que o passado não volte a repetir-se (Torres, 2018:18). Se equacionarmos os potenciais impactos político, económico-financeiro e mesmo psicológico (consubstanciado nos sentimentos de insegurança dos cidadãos) de um atentado sobre uma AEA, poderemos racionalizar ainda melhor a importância e o largo espectro de ameaças e riscos que impende sobre os dispositivos de segurança (e em concreto da valência de segurança pessoal) em grandes eventos políticos e, sobretudo, nas deslocações quotidianas oficiais e particulares das AEA.

CAPÍTULO IV - A SEGURANÇA PESSOAL ENQUANTO ATIVIDADE

“ Se quiseses que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas,
jamais devemos perder de vista os seguintes fatores:
a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina”

Sun Tzu

4.1 Sonho e realidade

A atividade de segurança pessoal tem sido frequentemente romanceada, (Fetzer, 1998); (Jackson, 2003); (Meter, 2010); (Marton, 2010); (Rane, 2010) apenas para mencionar alguns escritores e também retratada numa visão Hollywoodesca em que envolta em ações mais ou menos arrojadas, o protagonista prevalece sobre tudo e sobre todos e existe quase sempre com um final feliz. Um filme perfeito.⁷⁹

Portugal não é exceção ao fenómeno e alguma comunicação social nacional concomitantemente tem contribuído para esta visão, com a produção de peças jornalísticas e títulos dignos de qualquer película da sétima arte; “ Os Homens do Presidente”;⁸⁰ “Mãos ao Ar”⁸¹ “ E se Cavaco fosse o Alvo?”⁸². Nestas peças jornalística, escritas como verdadeiros axiomas, são propalados pelos seus autores os planos de reação por parte dos elementos da segurança, os trajetos de evacuação do protegido e inclusivamente o equipamento que os polícias responsáveis pela segurança pessoal têm na sua posse no momento do atentado.

⁷⁹ Cfr. *In The Line of Fire* (1993), com Clint Eastwood; *The Bodyguard* (1993), com Kevin Costner e mais recentemente a mini série britânica *Bodyguard* (2018) realizada pela BBC com Richard Madden.

⁸⁰ Cfr. Jornal Independente edição de 11 de agosto de 1989.

⁸¹ Cfr. Jornal Tal & Qual edição de 23 de março de 1989.

⁸² Cfr. Revista Sábado edição de 7 de fevereiro de 2008.

Onde começa e acaba o sonho? Onde se vive e se trabalha na realidade na segurança pessoal? A ideia de “sonho” associada à excitação de um filme da sétima arte e às constantes viagens com estadias em classe executiva é errônea. O’ Connor considera mesmo que “no mundo real esta atividade tem momentos altos, baixos e momentos cheios de uma rotina frustrante”(O’Connor,1996:7)⁸³. Na mesma linha de pensamento, Macnamara afirma que a segurança pessoal não tem “*glamour*” nem é tão apelativa como se possa pensar e considera que a mesma chega a ser “*exhausting, and frustrating*” (Macnamara,2012:5) visão partilhada por Aitch, quando a denomina de “*The Illusion of Competence*” para todos aqueles que a apenas a veem como uma atividade excitante e classifica-a como “aborrecida, inativa, cheia de muitas horas passadas no interior de veículo automóveis, em hotéis e na via pública. Fazendo assim os candidatos a esta missão ponderar a mesma como uma atividade pouco excitante” (Aitch,2012:40)⁸⁴.

Deixemos cair o mito de Hollywood, acordemos do sonho, identifiquemos e caracterizemos este “produto de segurança”.

4.2 Enquadramento internacional

A segurança pessoal de altas entidades ameaçadas nas democracias consolidadas, é garantida por forças policiais de natureza civilista variando apenas a forma como é operacionalizada tendo em conta a estrutura política, social e mesmo cultural do Estado onde é prestada.

Os Estados Unidos da América, na sua pluralidade securitária ao nível de agências e forças de segurança têm neste domínio específico um sistema protetivo que assenta em dois grandes fornecedores de segurança pessoal: os serviços prestados pelo *Diplomatic Security*

⁸³ Tradução livre do autor.

⁸⁴ *Idem*.

Integrado do *Department of State* que garante a segurança pessoal próprio Secretário de Estado não só em solo americano mas também no estrangeiro assumindo ainda a proteção de outros dignitários estrangeiros que visitem os Estados Unidos, desde que enquadrados ao nível de ministros, embaixadores ou membros de famílias reais que não o soberano (Cfr Anexo F). Num outro patamar existem os *Secret Service*, integrados no *Department of Homeland Security* que protegem o Presidente em exercício, o Vice-presidente e os ex. Presidentes, garantindo ainda a proteção dos chefes de estado e de governo estrangeiros que visitem o território Americano (Cfr Anexo G).

Na Europa os sistemas de segurança interna mantêm as polícias de natureza civilista encarregues de tal missão tendo como exemplo o caso da Espanha e da França, com estruturas organizacionais muito semelhantes entre si. Integrada na *Jefatura Central Seguridad Ciudadana Y Coordinación*, a *Comisaría General de Seguridad Ciudadana*, por intermédio da *Unidad Central de Protección* da Polícia Nacional, garante a segurança pessoal das altas entidades nacionais e estrangeiras que se desloquem a Espanha, assumindo ainda a segurança pessoal dos membros da Casa Real quer em solo espanhol quer em qualquer país para onde os membros da Coroa se desloquem em regime de cooperação. Dispõe de um serviço central e de destacamentos na Presidência do Governo, no Congresso e no Senado Espanhol (Cfr Anexo H). Situação semelhante verifica-se em França onde o *Service de La Protection de la Police Nationale*⁸⁵ com um dispositivo permanente, garante a segurança do Presidente da República não só em França mas a todos os países onde o Presidente Francês se desloque em regime de cooperação. Dispõe ainda de uma subdireção que assegura a proteção dos restantes membros do governo e das restantes pessoas ameaçadas, sejam nacionais ou estrangeiras. Conta ainda com destacamentos na Córsega e em Estrasburgo (Cfr Anexo I).

⁸⁵ Serviço de Proteção – Polícia Nacional, tradução livre do autor.

4.3 Enquadramento nacional

A atividade segurança pessoal em Portugal insere-se no princípio de atuação preventiva da Polícia que decorre da Constituição. O art.º 272 n.º. 3º, é bem explícito sobre a matéria, (...) “prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado”.

Uma atuação plasmada na Lei orgânica da PSP quando consagra a “prevenção da criminalidade em geral”⁸⁶ e que segundo Lucas, concorre em paralelo com a reação e a repressão dos perigos. É uma tríplice visão esta, prevenção, reação e repressão dos perigos (Lucas, 2005:12-13). Para Oliveira, a prevenção é o “conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações e sobretudo quando ocorram antes da prática do ato delinquente” (Oliveira, 2006:79). Gomes, por seu lado, considera que na prevenção criminal, deve ser empregue o conceito do “Triângulo do Crime”, que é caracterizado pela presença de três fatores, um infrator, um alvo e um ambiente favorável (Gomes, 2007).

A materialização desta atividade securitária sustenta-se assim por um lado na vertente legal da atuação da PSP - constitucionalmente prevista - nas medidas de polícia e especiais de polícia consagradas respectivamente no art.º (s) 28º e 29º da LSI, bem como as medidas cautelares e de polícia nomeadamente as constantes no art.º 250º e seguintes do Código de Processo Penal. Por outro lado e no domínio técnico tático, este conhecimento fundamenta-se na escola Britânica sobre segurança pessoal quando oficiais do exército de Sua Majestade ministram em 1974 o primeiro curso em Portugal. Por fim ancora-se numa doutrina que se foi consolidando em mais de quarenta anos de experiência *on the job* em Portugal e no estrangeiro quer na segurança pessoal de inúmeras entidades, quer na participação de grandes eventos. Assim e desde a década de 70 do século XX, que em território nacional apenas a PSP garante esta atividade, bem como assegura com caráter de exclusividade a

⁸⁶ Cfr. art.º 3, n.º 1 al) c da Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto.

cooperação técnico-policial com membros da rede europeia e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), matéria que abordaremos mais especificamente no capítulo V referente à Cooperação Técnico Policial.

Dispondo de um serviço central situado nos arredores de Lisboa, em Belas, o Corpo de Segurança Pessoal, conta com dispositivos integrados nas forças destacadas da UEP no Porto, em Faro e nas ilhas dos Açores e da Madeira, e está ainda presente no destacamento de segurança pessoal da Presidência da República e do serviço de segurança do Primeiro - ministro.

4.4 A conceptualização do termo

A segurança pessoal, de acordo com o Manual da Rede Europeia de Proteção de Figuras Públicas⁸⁷ é entendida como “a atividade de proteger pessoas cuja proteção é necessária ou justificada”. Trata-se, no nosso entendimento, de uma definição muito genérica dado não indicar quais os destinatários dessa atividade - restringindo-se ao conceito de pessoas - nem o porquê da mesma para além de a considerar como necessária ou justificada. É a mesma visão partilhada por Hipp quando entende que a segurança pessoal existe para assegurar que o “ativo para o qual se está destacado não é atingido, destruído ou comprometido” (Hipp, 2012:11) não fazendo também qualquer distinção, nem diferenciação entre o mero cidadão e aquele que tem direito a precedências protocolares.

Em linha diferente, o Manual de Segurança de Grandes Eventos, da *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (UNICRI) de 2005 refere-se à segurança pessoal como *Dignitary Protection and Personal Protection* definindo-a como: “ Conjunto de medidas preventivas e preparatórias orientadas para garantir a segurança de pessoas. O

⁸⁷ Handbook of the European Network for the Protection of Public Figures, classificado como documento reservado em 10 de Junho de 2013, com o n.º de registo 10478/13/ ENFOPOL 173, do Conselho da União Europeia.

principal objetivo é prevenir ameaças a pessoas ou grupos específicos, como por exemplo Dignitários e VIPs.” Consideramos tratar-se de uma noção mais específica, mais concreta ao definir os destinatários chegando mesmo a categoriza-los em termos protocolares, mas limita o escopo de intervenção às medidas de natureza preventivas e preparatórias - inseridas apenas no princípio da precaução de perigos - não contemplando a reação e a repressão dos mesmos.

Uma visão mais clássica defende Carrilho, ao entender que a segurança pessoal “são o conjunto de medidas ativas e passivas destinadas a salvaguardar a integridade física de uma pessoa na sua vida oficial e/ou particular, levadas a efeito por pessoal especialmente preparado e vocacionado, em estreita colaboração com o seu protegido” (Carrilho 2007:619). Clássica no conceito de apenas “salvaguardar da integridade física de uma pessoa”, mas também redutora ao não enquadrar a atividade num conceito mais multidisciplinar em termos securitários com outros atores policiais indiciando que a atividade apenas é levada a efeito por polícias da segurança pessoal. Limitadora ao restringi-la a um conjunto de medidas ativas e passiva e ao não contemplar a salvaguarda da imagem ou consagração protocolar da alta entidade ameaçada.

Uma visão mais abrangente é tida por Lamanno ao considerar que para além da proteção física, é esperado que o protetor “providencie um ambiente seguro da entidade na sua integridade, no seu carácter, na sua reputação e que contribua para a melhoria de qualidade de vida” (Lamano, 2000:91). É um conceito novo que extrapola a visão mais limitativa desta atividade de apenas aplicar uma proteção física a um protegido e com a qual nos revemos integralmente.

A segurança pessoal é assim e, na nossa perspetiva, dentro da política de segurança pública materializada pela PSP, a missão mais iminentemente “focalizada e egoísta” que existe. Focalizada sem ser elitista, porque é destinada apenas a um conjunto muito específico

de ativos designados pelas autoridades como tal (AEA ou CID); egoísta pois dentro deste estrito universo, cada polícia protetor, apenas se preocupa com o “seu ativo, o seu protegido”. Não contempla sequer uma preocupação ainda que por simpatia para um outro ou mesmo um familiar do nosso “ativo”, é só o ele que interessa, pois se se preocupar com outrem pode estar a comprometer a sua missão. O que não significa que num dispositivo macro, o dispositivo policial de segurança pessoal, não troque informações e que não dê *inputs* designadamente aos comandantes de policiamento em grandes eventos políticos, culturais, religiosos.

Não entendemos que esta caracterização viole o espírito de uma política pública de segurança de natureza geral e abstrata, pois se o fim de qualquer política é o garantir que a sociedade se sinta segura, a segurança pessoal contribui para tal desiderato ao assegurar que os seus representantes eleitos, bem como outros cidadãos e dignitários de outros países e organizações que se deslocam a Portugal sejam protegidos.

Designamos pois como segurança pessoal, a atividade policial, de natureza integrada e multidisciplinar, desenvolvida pelo CSP, de carácter temporário ou contínuo com vista a no plano preventivo e reativo, salvaguardar a proteção dos membros dos órgãos de soberania, de altas entidades nacionais ou estrangeiras ou outros cidadãos, na sequência da atribuição de grau de ameaça, na sua integridade física, na sua reputação ou condição protocolar e contribuir para a sua qualidade de vida, numa base compromissória entre protetores e protegidos.

4.5 Os intervenientes

Para que exista a atividade de segurança pessoal forçosamente tem de se consagrar uma tríplice de atores: quem quer fazer mal a alguém - o perpetrador; aquele sobre quem o mal

supostamente vai recair - o protegido e aquele que tem a função de impedir ou minimizar, tal intenção - o protetor.

4.5.1 O perpetrador

Aquele que ao abrigo de qualquer motivação pretende em determinado momento atingir a (AEA ou CID) na sua integridade física, na sua vida, na sua imagem, reputação ou precedência protocolar (caso exista) por qualquer meio - convencional ou improvisado - de forma isolada ou em conluio com outros. Aquele que no seu processo de decisão e parafraseando Fernandes, L. (2004), terá de resolver um dilema: escolher um alvo de maior ganho (valor) associado e enfrentar uma maior resistência à sua ação ou escolher um com menor potencial de proteção mas também de menor valor.

Revisitemos os atentados já por nós vistos anteriormente.

O regicídio foi cometido por Manuel Buiça um ex-professor do ensino secundário e por Alfredo Costa um ex-caixeiro-viajante, ambos carbonários e que já tinham participado na Intentona de janeiro de 1908⁸⁸. Por outro lado, foi José Júlio da Costa, oriundo de uma família de proprietários alentejanos, quem matou o Presidente Sidónio em 1918, e António Granjo Primeiro-ministro, foi assassinado por um conjunto de marinheiros e soldados da GNR, no Arsenal da Armada em 1921. Foram supostamente anarquistas quem em 1937 atentaram à bomba contra a vida de António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, no caso do ex. Diretor Geral dos Serviços Prisionais Gaspar Castelo Branco, foram operacionais ligados às FP-25 de Abril quem o assassinou a tiro.

Dos exemplos expressos, resulta uma - eventual - linha de conduta entre todos: foram as discordâncias ou insatisfações da ação política interna levada a efeito pelas entidades que estiveram na origem das ações criminosas.

⁸⁸ Tentativa de golpe de estado que ocorreu em Lisboa visando a implantação da República.

As motivações de natureza política mas de âmbito internacional, também estiveram presentes nas mortes a tiro de Issam Sartawi, em Montechoro (1983), por um comando extremista da organização Abu Nidal e no atentado no dia 13 de novembro de 1979 num ataque contra o Embaixador de Israel em Portugal, Ephraim Eldar. Neste domínio não é do nosso conhecimento que nacionais estivessem associados a estas ações. Foram perpetradas por estrangeiros que se deslocaram ao nosso território para materializar as mesmas. Portugal apenas serviu de *plateau* para passar uma mensagem internacional.

Mas as motivações e os autores que estiveram presentes neste tipo de atentados não foram apenas de natureza política. As motivações de natureza religiosa também inspiraram outras ações com diferentes protagonistas. Foi o caso do padre espanhol Juan Maria Fernández Krohn que tentou apunhalar o Papa João Paulo II em Fátima, em 1982. Entrevistado pela jornalista Rosário Salgueiro, da RTP e questionado porque tentou matar o Papa ⁸⁹ na reportagem realizada em Bruxelas em abril de 2010 respondeu:

“Eu tinha convicções muito profundas dado ser ultra conservador e não gostava muito da viragem progressista de João Paulo II. Eu nunca o reconheci como Sumo Pontífice. (...). Inspirei-me no atentado a Anwar Sadat e não esperava sair de Fátima com vida, seria uma espécie de imolação religiosa”.

Desta entrevista sobressaem as motivações religiosas como principal catalisador do atentado, as mesmas que terão impelido Ali Agca a disparar três tiros contra João Paulo II um ano antes, na praça de S^o. Pedro no Vaticano atingindo o sumo pontífice.

Até ao momento referenciamos os autores como oriundos de diversas origens sociais. Fizemos referência a estruturas organizadas nacionais e internacionais e indicámos diferentes motivações que serviram de catalisadores para estes atentados. Todas estas ações

⁸⁹ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/juan-fernandez-krohn/#sthash.yqvPOSYK.dpbs>. Acedido em 05 de maio de 2018.

incidiram sobre pessoas não na qualidade de cidadãos, mas essencialmente por causa do cargo que nesse momento desempenhavam, por causa de um poder em que estavam investidas. Foram essas pessoas vítimas de ataques seletivos e cirúrgicos por representarem símbolos da autoridade do Estado e da Igreja, o que nos dirige para uma questão pertinente:

Existe algum arquétipo de perpetrador para este tipo de atos violentos?

Não temos conhecimento de estudos científicos que suportem a questão arguida, consideramos assim como uma mais-valia o estudo da temática em trabalhos subsequentes. A nossa visão é que nas sociedades hodiernas “qualquer ato violento inesperado por um único elemento, sem qualquer aviso prévio, apoio ou instrução exterior, atuando com um *modus operandi* vulgar desde o ataque com um explosivo artesanal, arma de fogo, uma faca, ou atropelamento” (Torres, 2018:14) pode intentar contra a vida de uma AEA ou de um CID com ou sem segurança pessoal. Mesmo os sinais de alerta ou de aviso precoce como “alguns dos indícios mais comuns (...) a indumentária, o aspeto físico, a conduta social e a devoção e prática religiosa rígidas, deixaram de servir como referencial para a identificação de indivíduos potencialmente radicalizados e perigosos” (Elias, 2018:231).

4.5.2 O protetor

Polícia habilitado com a especialização técnica de segurança pessoal e que tem como missão evitar ou mitigar a materialização de uma ameaça dirigida à (AEA ou CID) e reagir face à mesma. É ele o responsável pela aplicação de contramedidas de natureza securitária, impondo ao perpetrador “a escolha de outros alvos cujo potencial de proteção represente uma menor resistência à sua ação” (Fernandes, L. 2004:461-481) e que consiga pelo trabalho preventivo que realizar dissuadir qualquer perpetrador de sequer tentar a sua materialização. É um polícia possuidor de uma formação especializada ministrada na PSP que tem a duração

de 690 horas divididas em cinco áreas temáticas⁹⁰ e que foi submetido em fase de concurso a um longo processo de seleção. Processo esse em que se afere se o elemento é possuidor de boas capacidades sensoriais e psicomotoras. Se tem uma boa acuidade visual e auditiva, um bom tempo de reação e uma boa coordenação motora. Se é possuidor de um bom raciocínio lógico, uma boa compreensão verbal, e uma atenção concentrada. No domínio dos traços de personalidade, pretende-se verificar que o mesmo é possuidor de uma boa estabilidade, boa sociabilidade e elevado sentido de responsabilidade.

Durante a formação pretende-se que para além da assimilação dos aspetos técnico - táticos, que o elemento desenvolva uma forte capacidade de decisão dentro da flexibilidade e da autonomia que a missão confere. Parafraseando Molina, que em situações de alto risco possa tomar as decisões tecnicamente mais adequadas, adotando uma “conduta irrepreensível, não apenas técnica e profissionalmente, como também ética e socialmente reconhecidas” (Molina, 2017).

Após formação e independentemente da sua posição hierárquica, projeta-se que o polícia se torne um técnico especialista em segurança pessoal. Que se torne em caso de necessidade num chamado *first responder* que “ocorra de imediato a um incidente marcado por uma imprevisibilidade e mobilidade de atuação” (Torres, 2018:29) e que não possa ser abordado pelos convencionais protocolos de atuação policial.

Polícia futuro frequentador - por via das suas funções policiais - de espaços e ambientes repletos de altas entidades nacionais ou estrangeiras, não pode interiorizar que o romanciamento do polícia protetor o possa contaminar, como Anabela Mendes (2004) chegou a escrever; “o agente perfeito da PSP mora no Corpo de Segurança pessoal”⁹¹, ao

⁹⁰ Área de treino físico funcional; Área técnica de segurança pessoal, Área de tiro de segurança pessoal; Área técnica de condução, Área técnica complementar. Regulamento do Curso de Segurança Pessoal, Disponível: <https://intranet.psp.mai.pt/DN/DF/Documentos%20Publicos%205/Regulamento%20do%20CFES%20P.pdf>. Acedido em 17 de julho de 2018.

⁹¹ Cfr. Jornal Público, edição de 21 de março de 2004.

mesmo tempo que também não pode ser afetado pela chamada “*delusions of grandeur*” (Aitch, 2012:109) em que o elemento projeta o seu estatuto social na relevância da entidade que protege.

4.5.3 O protegido

Aquele que tendo a qualidade de (AEA ou CID) é destinatário das ameaças ou ações hostis. O potencial alvo, “entidade ou objeto cuja abordagem é susceptível de execução imediata ou futura” (Frankel, 2011:1) visto como um ganho (valor) associado a um “objetivo” catalogado como “*soft target*” ou “*hard target*” (Libichi, M.Chalk, P.Sisson, M,2007). Destinatário de um processo denominado de “targeting”, identificado ou selecionado para que uma vez executado possa destruir ou danificar a sociedade onde se insere. Na definição mais simples, o protegido é aquele - independentemente de género - a quem as medidas securitárias se destinam. É aquele que pela via protocolar e pela ameaça ou apenas pela ameaça de que é alvo, passará a dispor de um dispositivo de segurança. Homem de negócios, líder político, líder religioso ou o mais humilde cidadão pode um dia “vestir” este papel. Consideramos no âmbito deste estudo como longínquos os tempos em que os protegidos eram usuais portadores de armas de fogo, caso do Rei D. Carlos, e do Presidente Sidónio Pais no dia em que foram mortos. Partindo assim desta permissão, torna-se necessário fazer a caracterização do protegido;

- I. Quem é?
- II. Como é?
- III. Como vive?
- IV. Como será trabalhar com o mesmo?

Na visão de Brown, existem uma série de indicadores que podem auxiliar os técnicos no trabalho de identificação e de personalização do protegido (Brown, 2007;57-60),

(Cooper, 1991:29-47), de forma a poderem desempenhar a missão. Explanam-se de seguida aqueles que consideramos como essenciais definindo-os com o acrónimo “HIPREC”, salientando os elementos constitutivos:

- I. História pessoal;
- II. Traços de personalidade;
- III. Preconceitos;
- IV. Permanências;
- V. Relacionamentos pessoais;
- VI. Estilo de vida;
- VII. Convicções pessoais.

Iniciamos pela sua história pessoal, a sua idade, o seu estado civil, a sua família, as suas habilitações académicas, bem como algumas “particularidades” em termos médicos⁹².

Abordamos de seguida alguns traços de personalidade ou categorizações de personalidade em que o ativo se pode enquadrar. Paranóide: pessoa que tem como característica marcante a desconfiança. Esquizoide: pessoa que costuma estar sempre isolada protegendo-se de qualquer interação. Esquizotípico: pessoa que denota deficiente comportamento social e interpessoal e tem com fraca capacidade de relacionamento. Narcisista: pessoa que busca a admiração daqueles que o rodeiam, possuidora de padrões de grandiosidade enormes, sendo muitas vezes considerada como arrogante. Evitante: pessoa que tem como marca a insegurança, a timidez e a baixa autoestima. Dependente: pessoa que necessita frequentemente de uma figura de apoio, que não consegue decidir mesmo nas

⁹² Neste domínio atente-se ao caso do Presidente Americano Roosevelt que mesmo tendo sido vítima de poliomielite enquanto novo, desempenhou o cargo de Presidente dos Estados Unidos mantendo durante muito tempo em segredo as suas dificuldades de locomoção - pois em atos oficiais aparecia amparado por elementos dos Serviços Secretos - recusando-se terminantemente a andar em cadeira de rodas.

Bem recentemente o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, foi operado no curto espaço de dois meses aos dois pulmões. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/ferro-rodrigues-foi-hoje-submetido-a-nova-intervencao-cirurgica-pulmonar-com-sucesso-9309140.html>. Acedido em 22 de maio de 2018.

situações simples. Obsessivo-compulsiva: pessoa que identifica o controlo como algo de fundamental na sua maneira de ser e que evita delegar algo pois teme que o resultado não seja ao adequado.⁹³

Esta identificação - ainda que forçosamente simples - permitirá aos polícias adotarem as atitudes mais adequadas face ao ativo, que passam por não discutir qualquer assunto que envolva convicções pessoais, políticas ou desportivas. Por antecipar comportamentos de compreensão ou de relutância do ativo face a segurança pessoal. Entender de forma pontual ou sistemática excessos de emocionalidade ou baixa tolerância à frustração são demonstrados pelo protegido, e identificar quando o mesmo se considera ou projeta como glamoroso ou fascinante.

Continua-se com aquilo que denominamos de preconceitos, considerando os mesmos como juízos pré-concebidos do nosso ativo e que podem manifestar-se em atitudes discriminatórias face a pessoas, crenças religiosas, marcas, lugares, países entre outros. A sinalização precoce deste tipo de sentimentos por parte do dispositivo policial evita a exposição do protegido a situações incómodas.

Aborda-se agora as permanências do nosso protegido tendo em consideração o espaço físico. Que lugares frequenta? Onde permanece? Onde habita? Onde trabalha ou estuda? A importância desta variável é sempre tida em conta especialmente em momentos em que esse espaço físico pode ser nosso favorecedor ou adversário na segurança.

No domínio dos relacionamentos pessoais, com quem se relaciona no trabalho? Na universidade? No partido político? Que notoriedade pública tem ou cultiva?

Que estilo de vida tem? Pratica atividades radicais? É adepto de uma vida mais sedentária? Viaja com frequência? Se sim para que destinos?

⁹³ Excerto do trabalho apresentado no âmbito do seminário sobre Gestão da Segurança Pessoal - Lisboa 2007, pela Dr^a. Adriana Esteves do Gabinete de Psicologia da PSP.

E por fim quais são as suas convicções pessoais. A nível religioso, é crente? Se sim que religião professa e com que regularidade? Não crente? Qual o seu posicionamento sobre matérias fraturantes da sociedade? Expõe as mesmas? Tece comentários públicos? Tem um papel mais passivo ou interventivo?

A caracterização supra - ainda que não exaustiva - consideramo-la como fundamental, pois apenas na posse desta informação se pode proceder à escolha dos polícias que farão parte do dispositivo securitário, numa adequação entre protegido e protetor que se deseja a mais equilibrada possível. O protegido não pode interiorizar que esta informação limita o seu âmbito de atuação, bem pelo contrário. A mesma permite que face à personalidade do ativo, aos seus hábitos pessoais e estilos de vida, os elementos da segurança possam antecipar comportamentos e adaptar procedimentos.

A visão já propalada de “missão focalizada e egoísta” encontra respaldo no seu único destinatário. É assim fundamental caracterizá-lo o melhor possível.

4.6 O modelo securitário

A materialização da segurança pessoal a um protegido assenta como vimos até ao momento nas seguintes dimensões:

- i. Um enquadramento legal existente - Constituição da República Portuguesa e legislação diversa;
- ii. Necessidade de Inteligência Policial - Graus de Ameça e de Análise de Risco;
- iii. Existência de Intervenientes - Perpetrador, Protetor, Protegido.

Considera-se necessário trazer à colação mais variáveis de estudo que complementam o modelo apresentado:

- i. Os locais de proteção;
- ii. A capacidade técnica;

- iii. Os dispositivos técnico - táticos.

4.6.1 Locais de proteção

Termo utilizado para denominar todos os lugares onde o ativo se encontra na sua vida diária, seja em termos académicos, pessoais, profissionais, governativos ou outros. Em sùmula é toda a instalação física onde permanece. Viver ou trabalhar numa zona populacional ou rural, habitar ou permanecer num edifício com segurança permanente, não pode ser matéria alheia ao serviço de segurança pessoal.⁹⁴ Não é despicienda esta preocupação com o local de habitação ou de trabalho, senão vejamos: um ativo que habite num prédio constituído em propriedade horizontal, com frações autónomas, com andares e garagens, com saídas e entradas de acesso não controlado, que visão securitária pode o mesmo edifício apresentar? Quem habita nos pisos superiores, inferiores ou adjacentes? Que sistema de segurança dispõe o edifício ao nível de captação e da gravação de imagem?

Explorando outro tipo de instalações para além da habitação, podemos identificar o gabinete de trabalho, salas de conferências, unidades hoteleiras entre um mundo quase inenarrável de locais que por um lado podem contribuir para o sucesso da missão ou potenciar o fracasso da mesma.

4.6.2 A capacitação técnica

É nos dias de hoje essencial para o desempenho de qualquer missão policial. O mundo atual que em termos geográficos se mantém inalterado há várias décadas, tornou-se, porém,

⁹⁴ É consabido que depois do ex. Presidente Ramalho Eanes, mais nenhum chefe de Estado viveu em Belém. Num país politicamente estabilizado, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva, optaram por continuar a morar nas suas casas particulares, apesar de Cavaco Silva ter habitado em São Bento durante o tempo em que foi primeiro-ministro na década de 1980. O uso da residência oficial da presidência guardado quer por polícias, quer por militares conferiu uma segurança adicional ao Presidente.

mais pequeno face às constantes evoluções tecnológicas. Tome-se como exemplo as comunicações - sejam feitas em rede rádio ou por telemóveis – que são possíveis de e para todo o lugar no mundo. *Iphones* que possibilitam conferências entre múltiplos utilizadores, telemóveis com acesso a redes via satélite tornaram-se ativos quase vulgares numa chamada sociedade digital. A possibilidade tecnológica de barramento de chamadas - impedindo escutas em momentos específicos e em casos mais extremos - impedindo o acionamento de engenhos explosivos à distância tornou-se uma mais-valia para os serviços protetivos.⁹⁵ A georreferenciação - sistema que tem por base a atribuição de coordenadas a determinados locais ou veículos permitindo a sua localização - o acesso a mapeamento *on -line* disponível de imediato para os polícias encarregues da segurança pessoal, são mais duas ferramentas nesta capacitação às quais se junta a possibilidade de utilização de aeronaves não tripuladas. Os sistemas de alarme, pequenos dispositivos de segurança que possibilitam aos protegidos em momentos mais “privados” mesmo estando fora da visão dos protetores, avisá-los em tempo útil de algum imprevisto, têm um papel precioso.⁹⁶ Neste domínio mencionamos ainda como factor de primeira intervenção a existência de desfibrilhadores portáteis e a de extintores de combate a incêndio para intervenções que consideramos como básicas no

⁹⁵ A utilização desta valência conferida pela Lei de Segurança Interna insere-se no domínio das medidas de polícia e especiais de polícia de onde constam ainda: a identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial; a interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea; a evacuação ou abandono temporários de locais ou meios de transporte; a remoção de objectos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicionem a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança; a realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas para detectar a presença de armas, substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência e pessoas procuradas ou em situação irregular no território nacional ou privadas da sua liberdade; a apreensão temporária de armas, munições, explosivos e substâncias ou objectos proibidos, perigosos ou sujeitos a licenciamento administrativo prévio; a realização de acções de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público; as acções de vistoria ou instalação de equipamentos de segurança; O encerramento temporário de paióis, depósitos ou fábricas de armamento ou explosivos e respectivos componentes; a revogação ou suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos na alínea anterior; O encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos; a cessação da actividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem ao terrorismo ou à criminalidade violenta ou altamente organizada.

⁹⁶ Exemplo de uma doença súbita que acometa o nosso ativo a meio da noite e encontrando-se o mesmo hospedado num hotel, em quarto contíguos aos dos protetores, estes, nada podem fazer se não forem avisados atempadamente.

domínio do *safety*. Fazemos apenas mais duas alusões neste domínio os equipamentos de proteção balística. Uma primeira ao nível dos coletes usados pelos polícias e também destinados a protegerem a entidade caso necessário e uma segunda ao nível da viatura em que o protegido circula ⁹⁷ e na importância crítica que a mesma pode representar em caso de atentado sendo que na atualidade são inúmeros os Chefes de Estado e de Governo que não prescindem das mesmas. A capacitação técnica ao nível das potencialidades que podem ser aplicadas nesta missão são meramente ilustrativas de um universo que por um lado tem como limite a imaginação humana mas que pelo outro comporta uma componente financeira exigente.

4.6.3 Dispositivo técnico - táticos

4.6.3.1 Coordenação securitária

Não existe na nossa visão análise mais anacrónica que partir do pressuposto da autossuficiência securitária em termos de segurança pessoal. As medidas desta natureza são apoiadas e complementadas por outras levadas a efeito por outras forças e serviços que exercem funções de segurança interna não esquecendo o papel das forças armadas no quadro das competências que a lei lhes confere bem como outras entidades extra vertente *security* e que concorrem para uma coordenação desejada.

A coordenação baseia-se no nosso entendimento em dois critérios importantes, o da jurisdição territorial - plasmado em lei - e o das competências específicas ou exclusivas de cada força ou serviço de segurança. Se no domínio da jurisdição territorial não existem dúvidas da delimitação que permite a cada força de segurança exercer as suas competências, o mesmo já não ocorre no âmbito das atribuições específicas ou exclusivas onde se vão

⁹⁷ No dia 9 de fevereiro de 1988, Eduard Shevardnadze, ex. Presidente da Geórgia, foi vítima de um atentado, tendo a sua viatura sido atingida por 3 rockets. O Presidente escapou ileso ao mesmo.

verificando algumas sobreposições entre forças policiais. O desejável neste domínio é que existisse “uma redução da fragmentação, da competição e do corporativismo atualmente existente” (Elias, 2018:88), potenciando assim um funcionamento mais cooperativo e menos adversarial.

Mas esta coordenação estende-se também ao domínio do *safety* integrando o acompanhamento e apoio médico prestado pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) com especial incidência em visitas de entidades não residentes a Portugal e durante a realização de grandes eventos em território nacional. Uma coordenação que conta frequentemente com a participação do Protocolo de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que tem na diplomacia “com o seu conjunto de regras, rituais, vocabulário específico e um corpo de funcionários especializados” (Elias, 2018:261) um papel fundamental na organização dos grandes eventos que se realizam em Portugal.

4.6.3.2 Conceito e medidas a adotar

O conceito a implementar na segurança pessoal resulta assim de uma cultura securitária e de uma filosofia global que nas palavras de Torres “assenta numa tecnologia inteligente, aliada à concentração de meios com capacidade de os projetar, suportada por um estudo sistemático de informações e de operações” (Torres, 2015:97) um conceito de “*Segurança Just-in-Time*” (Torres, 2011).

Por outro lado, as medidas a adotar distinguem-se essencialmente pela sua natureza entre medidas preventivas e medidas reativas. Nas primeiras enquadramos todas as que contribuem para a mitigação do risco como por exemplo o policiamento dos locais realizado por polícias fardados, as buscas preventivas de deteção de objetos explosivos, o isolamento eletromagnético ou o barramento do serviço telefónico, a montagem de material de recolha de imagem, a montagem de diferentes perímetros de segurança com recurso a dispositivos de interposição, a remoção de mobiliário urbano ou a selagem de sistemas de águas pluviais,

acreditação de pessoas e de veículos, entre outros. No domínio das medidas de natureza reativa enquadrámos todas as respostas às ações dirigidas contra o ativo como por exemplo as formações de segurança pessoal a pé, as deslocações em viatura, o desembaçamento de trânsito, a afetação equipas de reação tática, a colocação de contra atiradores, entre outros.

A natureza das medidas de segurança supra expostas resultam, por um lado dos graus de segurança constantes no PCCCOFSS fundados nos graus de ameaça atribuído ao ativo, mas não limitam ou balizam de forma alguma medidas complementares ou adicionais que o comandante operacional ou comandante tático decidam implementar. A lógica custo - benefício - ainda que não aprofundada no âmbito deste trabalho - não pode ser ignorada e o impacto contraproducente que a saturação de meios e de medidas de segurança excessivas acarreta, tem de ser considerada, pois uma afetação desmesurada de homens e de meios pode ter o efeito perverso de, por um lado atrair atenções indesejadas e por outro lado impossibilitar uma coordenação desejada entre todos os intervenientes no sistema.

4.6.3.3 Afetação de meios humanos

Qual será o número ideal de polícias a afetar a um serviço de segurança pessoal? Questão colocada frequentemente na forma vocês quantos são? O nosso entendimento de partida é que não existe uma resposta taxativa a esta questão seja ela mais ou menos generosa na afetação dos meios humanos. Existem serviços de polícias que apostam fortemente na vertente humana - até porque em determinadas forças a afetação deste tipo de recursos baseia-se numa concentração de meios - rodeando o ativo com um número exagerado de protetores em momentos que denominamos como de ridículo securitário ou de mero

exibicionismo⁹⁸. Por outro lado, existem outros serviços policiais que são mais criteriosos e equilibrados na afetação de recursos humanos a um protegido e é frequente ser afeto apenas um protetor à uma entidade.

Na nossa visão as necessidades humanas que os dispositivos técnico-táticos devem incluir, baseiam-se na chamada lógica contrastante. De um lado a necessidade protetiva efetiva e não apenas percecionada pelos protetores e por outro lado a liberdade e o espaço pessoal do ativo. Espaço esse que se torna tão ou mais importante se o mesmo for uma alta entidade que tenha necessidade de “promover a sua imagem”. As múltiplas variáveis a ter em consideração não permitem de uma forma simples emitir uma resposta taxativa ou apresentar um molde que sirva para todas as missões, senão vejamos à guisa de exemplo:

- I. Em que local o protegido se encontra ou para onde se dirige?
- II. E de que forma se dirige?
- III. Que itinerário vai utilizar e qual a celeridade da deslocação?
- IV. Que afluência de pessoas ou volume de trânsito encontrará no seu caminho?

Estas simples questões são o suficiente para aumentar ou diminuir o número de elementos destinados ao serviço, bem como as distâncias protetivas entre os mesmos e o ativo. No entanto se não somos taxativos a indicar o limite ideal de elementos, podemos afirmar de forma perentória que o limite mínimo pode ser definido e é nessa base de trabalho que um serviço de segurança pessoal se inicia com a afetação de um polícia. Sem um elemento do CSP a trabalhar, não existe um serviço de segurança pessoal em Portugal. Acrescentamos ainda outra evidência, é que por cada polícia - protetor que podemos identificar, seja pela visualização do famoso aparelho auricular que discretamente sai do seu ouvido, seja pelo seu posicionamento em locais específicos, seja pela proximidade ou postura junto ao ativo,

⁹⁸ Como denota uma foto célebre de Benjamin Netanyahu na qualidade de Primeiro-ministro de Israel no primeiro mandato, em que aparece sentado na praia acompanhado pela sua mulher a brincar com a sua filha na areia, ladeado de quatro elementos de segurança pessoal no espaço físico de 2 metros quadrados.

haverá seguramente outros, que numa versão mais preventiva ou mesmo reativa não serão assinalados pois a sua área de atuação não é onde se encontra o protegido, mas sim um ou vários passos à frente, aquilo que denominamos de equipas avançadas. Neste domínio da quantificação dos elementos, a afetação de polícias nunca é vista apenas pela fórmula quantitativa, mas sim valorada na visão qualitativa e que permita, quando chegar a hora de intervenção que todos saibam desempenhar perfeitamente as suas missões.

Associado amiúde ao número de protetores afetos ao protegido, vem sempre uma questão concomitante, a que distâncias devem então os elementos da segurança pessoal encontrarem-se ou posicionarem-se face ao mesmo? De novo a doutrina não é unânime, pois enquanto alguns serviços nomeadamente os americanos e israelitas, valorizam um encurtamento de espaços entre a entidade e os restantes cidadãos impedindo mesmo qualquer tipo de contacto, existem outros serviços, nomeadamente os espanhóis e os franceses, que gerem essas distâncias com maior parcimónia, possibilitando uma interação maior entre o protegido, os seus pares e os restantes cidadãos.

Em Portugal essa gestão tem em consideração variáveis momentâneas que ditarão a abertura ou o encurtamento de espaços entre os técnicos e o protegido impondo assim uma avaliação casuística. Estes dispositivos securitários podem ser mais abertos ou mais fechados atendendo desde logo ao local onde são aplicados, pelas necessidades securitárias da entidade e pela possibilidade da mesma poder interagir com os seus pares ou usufruir de uma maior privacidade. Estes dispositivos não necessitam de estarem perto do ativo em todo o local e a toda a hora, o que tem de estar sempre adquirido é que a distância implica acréscimo de tempo, e esse acréscimo de tempo pode ser imprescindível para fazer face a qualquer imprevisto.

4.6.3.4 Estados de vigilância

Os polícias que exercem a segurança pessoal estão sujeitos aos mesmos condicionalismos e limitações experienciadas por outros elementos da PSP. Situações de missões prolongadas, deslocações auto e formações a pé, trabalho em diferentes fusos horários, planeamento e reajustamentos de programas, reuniões e reconhecimentos a locais, visitas inopinadas, substituição de elementos - entre outras - podem potenciar lacunas protetivas em hiatos temporais que devem e tem de ser evitados. Se considerarmos ainda que durante a missão, a concentração, a observação e a deteção atempada de potenciais riscos são essenciais para uma boa missão. Os estados de vigilância pessoais, assumem assim uma relevância muito grande, pois são estes que irão pautar quer os níveis preventivos, quer os reativos dos elementos.

Entendemos assim que estes estados de vigilância podem e devem ser identificados por um simples código no intuito de sinalizar os diferentes níveis de alerta que os técnicos devem ter durante os vários momentos das missões. Nesta senda recorre-se a uma visão de representação em cores tipo semáforo, idealizada pelo Coronel Jeff Cooper⁹⁹ e que adaptada à segurança pessoal permite a qualquer técnico identificar o seu nível de alerta face a cada momento que vivencia durante a missão, preparando-se assim para uma intervenção.

Figura 5: Estados de Alerta



Fonte: Autor adaptado do Coronel Jeff Cooper

⁹⁹ John Dean "Jeff" Cooper antigo militar do Exército Americano que foi o criador da moderna utilização das armas de fogo em situação de combate.

Esse código de cores inicia-se na cor branca, a mais baixa da escala e que significa que os policiais se encontram desatentos e impreparados para a missão. É uma cor que apenas é admissível em situações de repouso ativo e não em serviço efetivo. A segunda cor é o amarelo, identificando que os graus de atenção dos policiais já se encontram presentes, é considerada como a cor mínima para um elemento em efetividade de funções. O terceiro nível é representado pela cor laranja a qual corresponde um estado de alerta considerável. Nesta fase os policiais já consagram planos mentais para cenários de contingência. É uma fase em que a atenção dos elementos a movimentações inesperadas, sinalização de elementos suspeitos, alterações da ordem pública, mudança de planos previamente estabelecidos entre outras já se encontra consagrada. A cor vermelha significa que o técnico já se encontra em modo de “reação”, seja para se interpor face a uma ameaça dirigida ao seu alvo seja para abandonar o local ou mesmo adequar os seus níveis de força face à ameaça.

Estes estados de alerta ou de vigilância destinam-se a aferir a prontidão para a reação dos elementos policiais e a identificar em sede de acompanhamento do serviço o desgaste quer físico quer psicológico que cada um vive em determinado momento, permitindo assim que o polícia mais importante que é o que está mais próximo do protegido seja o que se encontra com um estado de vigilância mais elevado nunca inferior à cor laranja. Assinalamos a relevância destes estados de vigilância dada a rapidez com que os atentados são realizados e assim aferir se da parte dos elementos da segurança pessoal existe ou não uma capacidade interventiva. Tomemos como exemplo da duração de um atentado concreto para termos uma noção da fugacidade do mesmo. O atentado que ocorreu contra o ex-presidente americano Ronald Reagan em 1981 e que beneficiou da cobertura televisiva de três cadeias de televisão que se encontravam a cobrir o evento e que permitiu assim estudar o atentado de diversos ângulos.

No dia 30 de março de 1981 John Hinckley¹⁰⁰ encontrava-se no exterior do Hotel Hilton em Washington à espera que o Presidente abandonasse o mesmo. Imiscuído no meio dos jornalistas que ali se encontravam, sacou do seu revólver Röhm RG 14 de calibre.22 e após ter visualizado Reagan à saída do hotel disparou seis tiros na sua direção. Esta ação terá durado aproximadamente dois segundos. No livro *Rawhide Down*¹⁰¹, Wilber chega a ser mais preciso “o atentado durou 1,7 segundos” (Wilber, 2011) e durante esta ação nenhum dos polícias dos Serviços Secretos que compunham o esquema de segurança do Presidente disparou da sua arma de fogo distribuída, o que aparentemente possa parecer estranho, pois legalmente podiam tê-lo feito e reagido contra o atacante. A rapidez com que o atentado ocorreu criou inclusive dúvidas em algumas pessoas que se encontravam em serviço no local. Charlie Wilson¹⁰² que se encontrava a trabalhar cobrindo o evento para uma das televisões, inicialmente pensou tratar-se de bombinhas de carnaval o que só por si seria uma péssima ideia, apenas mais tarde se apercebeu tratar-se de disparos de arma de fogo. O atentado tinha começado e terminado sem que quase ninguém se tivesse apercebido, a exceção tinha sido a reação dos elementos dos serviços secretos.

Não são conhecidos por nós - a nível científico - estudos que determinem os tempos de reação dos polícias da segurança pessoal face à perceção ou identificação de um estímulo contra o protegido e a ação levada a efeito para o enfrentar. O que consideramos ser do domínio empírico é que uma vez que um adversário inicia um ataque contra o nosso protegido, o nosso cérebro necessita de frações de tempo para processar essa informação e emitir o estímulo correspondente de reação Colliver, é perentório ao afirmar,” que a ação bate sempre o tempo de reação” (Colliver, 2011:187)¹⁰³. É nossa forte convicção que esse

¹⁰⁰ Cidadão que desenvolveu uma obsessão pela atriz Judie Foster e ao não ser correspondido pela mesma fantasiou que ao tentar assassinar o Presidente Americano atingiria assim um lugar de destaque na história e seria alvo de atenção por parte da mesma.

¹⁰¹ *The Near Assassination of Ronald Reagan*, 2011, Henry Holt and Company – New York.

¹⁰² Antigo Operador de câmara da CBS News.

¹⁰³ Tradução livre do autor.

tempo de reação depende de uma série de factores, uns atribuíveis ao elemento - como seja a sua condição física, a sua idade, o seu grau de treino, o seu estado de fadiga - outros com origem no próprio estímulo, a sua complexidade e sobretudo a sua duração.

O que é desejável que não aconteça, é que os elementos da segurança que são treinados para reagirem, fiquem paralizados. A mecânica muscular tem de ser ativada, a memória muscular tem de vir à “tona”. É o conceito de reproduzir gestos ou ações previamente assimiladas pelo nosso corpo durante o treino que ocorre face “ às muitas repetições perante uma situação e que possibilita que a mente subconscientemente assuma ações e agirmos sem pensar” (Colliver, 2011:187)¹⁰⁴. William Kraemer¹⁰⁵ define de forma simples o conceito “a memória muscular advém do nosso corpo aprender a desempenhar uma tarefa”. Este processo de educação dos nossos músculos tem origem no nosso cérebro, quando aprendemos a executar uma tarefa “este processo de aprendizagem ocorre no cérebro e não nos músculos¹⁰⁶. Adam Knight¹⁰⁷ reforça a ideia, “quando nos movemos ativamos sensores nos tendões e nos músculos que estão constantemente a dar e a receber informações ao cérebro acerca do espaço onde nos inserimos, o nosso cérebro sabe sempre que músculos necessita de avocar de seguida ”¹⁰⁸. O que se pretende assim, é que pela via do treino e pelas repetições constantes, o nosso corpo seja ensinado ainda de que forma subconsciente a reagir quando o momento chegar sem ter que parar para pensar.

A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) elaborou uma abordagem técnica sobre o tempo de reação dos condutores durante o exercício da condução de veículo automóveis, atribuindo aos mesmos, entre o "ver" e o "agir" - num condutor em situações e

¹⁰⁴ *Idem.*

¹⁰⁵ Ph D. Professor in department of Kinesiology at the University of Connecticut at Storrs.

¹⁰⁶ Ainslie Johnstone, DPhil Student in the Wellcome Centre for Integrative Neuroimaging. Disponível em <https://medium.com/oxford-university/the-amazing-phenomenon-of-muscle-memory-fb1cc4c4726>. Acedido em 4 de Setembro de 2018.

¹⁰⁷ Ph D. Assistant Professor of biomechanics at Mississippi State University.

¹⁰⁸ Tradução livre do autor.

condições normais - o tempo aproximado de três quartos de segundo a um segundo¹⁰⁹. Este, sendo aquele organismo é o tempo necessário para a deteção do estímulo através dos sentidos, sendo que na condução o sentido mais utilizado é a visão e depois a audição.

No caso do atentado por nós supramencionado, como se processou a percepção dos elementos da segurança pessoal no local? Como foram assimilados esses estímulos? Foram essencialmente através da audição. As declarações de Jerry Parr, antigo segurança do Presidente Reagan são elucidativas, *“I heard one shot there was a short interval then three or four other shots”*¹¹⁰. O estudo das imagens recolhidas pelas televisões presentes no local não deixam dúvidas que a percepção foi essencialmente auditiva, mas foi a suficiente para desencadear a reação dos elementos da segurança. Um dos elementos Jerry Parr - elemento de segurança mais próximo do Presidente - reduziu a área corporal exposta do Chefe de Estado ao baixar o seu centro de gravidade e empurrou o mesmo para dentro da limusine ao mesmo tempo que o “cobria” com o seu próprio corpo. Um segundo elemento de segurança, Tim McCarthy que momentos antes tinha aberto a porta da limousine presidencial para que Reagan entrasse, expandiu a sua área corporal de forma ostensiva na direção do local onde o atirador estaria, conferindo assim uma maior proteção ao ativo acabando por ser atingido por um projétil.

Estas reações instantâneas foram fruto de uma aprendizagem construída durante a formação inicial e complementar que assim “veio ao de cima”. Foi este “sinónimo de aprendizagem motora e de toda a motricidade humana” como refere Gundersen quando a define como o “processo fisiológico através do qual o nosso corpo produz determinados movimentos face de estímulos” (Gundersen, 2016:235-242) que lhes permitiu salvarem a

¹⁰⁹Disponível: <http://www.ansr.pt/SegurancaRodoviaria/Conselhos/Documents/TEMPO%20DE%20REA%C3%87AO%20NA%20CONDU%C3%87%C3%83O.pdf>. Acedido em 14 de Junho de 2018.

¹¹⁰ Disponível em: <http://rawhidedown.com/wordpress/wpcontent/themes/RawhideDown/PDFs/ParrFBI.pdf>. Acedido em 19 de junho de 2018.

vida do Presidente. A reação dos elementos existiu, apesar da vantagem estar sempre do lado do perpetrador que escolheu o espaço geográfico - a saída do Hotel Hilton em Washington D.C. - e que identificou a hora de saída do Presidente. A reação dos elementos ocorreu contrariando os instintos de auto preservação que cada pessoa tem e que foram identificadas no local ao visualizar-se elementos policiais fardados que se “assustaram” e se baixaram para não serem atingidos, sendo que tal não se passou com aqueles que estavam no local para protegerem o Presidente, os elementos da segurança pessoal. Estes reagiram porque a filosofia dos elementos da segurança pessoal é, nas palavras de David Carpenter antigo agente de segurança do Presidente Bill Clinton “de eliminar esse instinto de auto proteção e enfrentar o perigo”. Reagiram e abandonaram o local de perigo não ficando a ver o desenrolar da situação *à posteriori*. Reagiram e retiraram com a única pessoa que no momento interessa, o ativo e retiraram mesmo sabendo que para trás deixaram tombados o assistente do Presidente James Brady e o Agente Tim McCarthy atingidos por disparos. Retiraram à procura de um local seguro pois o atentado tinha imposto isso mesmo, retirar da zona de perigo e deslocar-se rapidamente para a Casa Branca mesmo não sabendo ainda que o Presidente tinha sido atingido por um disparo.

Retiraram porque o treino assim o impõe.

4.7 A implementação do serviço da segurança pessoal

A atividade de segurança pessoal tem na sua base a avaliação do risco que impende sobre o protegido. Consideramos como redutor e anacrónico iniciar um serviço sem essa permissão estar garantida. Ferrara considera que “é impossível determinar o nível de proteção adequado sem que previamente o grau de ameaça tenha sido definido” (Ferrara, 1991:22)¹¹¹,

¹¹¹ Tradução livre do autor.

é a mesma linha defendida por Thompson, quando afirma que “apenas quando o grau de ameaça for definido, o nível de proteção pode ser decidido”(Thompson, 2003:19)¹¹².

Podemos caracterizar os serviços de segurança pessoal em Portugal em dois grandes patamares, os prestados aos protegidos não residentes no território nacional e aos prestados aos residentes. Trata-se de uma distinção muito simples baseada apenas na execução dos serviços de carácter temporário - caso de visitas de autoridades estrangeiras - ou de missões que se prolongam no tempo – exemplo dos dignitários radicados em território nacional, sejam eles portugueses ou estrangeiros. Por paradoxal que possa parecer, os dois patamares obedecem à mesma dinâmica de enquadramento, ambos consagram uma fase de preparação, uma fase execução e uma fase de cessação.

4.7.1 A fase de preparação – protegidos não residentes

O início da medida ocorre após a comunicação oficial feita por intermédio da Embaixada ou diretamente ao MNE da intenção da visita. Recebida essa “nota verbal” é a mesma remetida ao Sistema de Segurança Interna para despacho superior, podendo o documento oficial consagrar desde logo uma série de informações de natureza classificada. Em primeira linha saber-se-á quem será o protegido, quem o acompanhará, a natureza da visita, (visita de Estado, visita oficial, visita privada, trânsito em aeroporto ou outra) a duração da mesma, a composição da comitiva e uma versão do programa ainda que de carácter provisório.

Na posse destes dados os serviços de segurança da República e o Protocolo de Estado levam a efeito um conjunto de reuniões de trabalho, onde as delegações nacionais e estrangeiras nas palavras de Serrano, “desencadeiam um conjunto de iniciativas com vista a garantir uma segurança integral que é transversal a toda a visita” (Serrano, 2011:582). O

¹¹² Tradução livre do autor.

fecho do programa é o grande objetivo das partes e é o primeiro passo para que a missão possa ser operacionalizável. Os passos seguintes podem ser a continuação de reuniões de natureza técnica e ou deslocações bem como visitas aos locais onde o evento vai decorrer, os denominados reconhecimentos.

Toda esta fase - que pode durar meses - termina quando o protegido chega a território nacional, por via aérea, marítima ou terrestre e é dado início ao serviço de segurança pessoal propriamente dito.

4.7.2 A fase de preparação – protegidos residentes

Percurso semelhante ao supramencionado desenrola-se no patamar dos protegidos residentes quando os serviços da República têm conhecimento de quem será o novo protegido. Ocorra antes da tomada de posse como foi o caso de Pedro Passos Coelho em que “os primeiros contactos foram estabelecidos no dia de encerramento da campanha eleitoral”¹¹³, que se materialize apenas lugar no dia da tomada de posse de um novo governo, de um titular de uma pasta ministerial, na nomeação de um embaixador ou mesmo com a posse de um novo Chefe de Estado, o objetivo é o mesmo: “fechar” o dossier de preparação.

4.7.3 A fase de execução – protegidos não residentes

A fase executória vai materializar todo o trabalho desenvolvido durante a preparação e pode ser de difícil operacionalização. Se na fase anterior o processo era de alguma forma negociado entre as partes nesta altura trata-se de encontrar o equilíbrio ou compromisso entre as medidas de segurança e a liberdade de ação do protegido tendo em conta que a responsabilidade pela proteção das personalidades oficiais pertence ao Estado-Membro de

¹¹³ Entrevista de Pedro Passos Coelho, concedida a Magalhães, em 30 de janeiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo A.

acolhimento¹¹⁴, bem como a adoção das medidas de proteção necessárias que se baseiam exclusivamente nas disposições legais em vigor no território nacional. É chegada a altura agora que o protegido chegou a território nacional, de organizar os cortejos oficiais de viaturas (colunas de segurança) com todas as entidades intervenientes: (viaturas do protocolo de estado, da segurança, viaturas e motos de desembarçamento de trânsito e de honras de Estado, viaturas de embaixadas, dos órgãos de comunicação social, de emergência médica entre outras), de garantir a segurança e acompanhamento de bagagens, a proteção de aeronaves, o enquadramento dos membros da imprensa e finalmente iniciar do cumprimento da agenda ou do programa acordado na fase anterior. Nesta fase uma das variáveis mais importantes a ter em conta prende-se com a cooperação entre os polícias nacionais e os estrangeiros que acompanham o protegido e que de forma direta vão participar no esquema securitário. O conhecimento por parte dos colegas estrangeiros do protegido (HIPREC) é fundamental para que os polícias nacionais possam desempenhar a missão com sucesso.

Durante os serviços desta natureza de carácter temporária é usual encontrar protegidos que estão de alguma forma habituados a este tipo de ações securitárias até porque são destinatários das mesmas nos países de origem e que atendendo à curta estada em território nacional, permitem que o serviço se torne fluido. A presença de elementos do Protocolo de Estado nestes eventos contribui decisivamente para a fluidez que se deseja.

4.7.4 A fase de execução – protegidos residentes

O início do serviço aos protegidos residentes exige uma densificação mais profunda face aos ativos não residentes em território nacional. O desempenho de funções ou a duração de um cargo, distendidos no tempo, impõem-nos uma abordagem de trabalho diferente, motivo

¹¹⁴ Cfr. n.º 2 - Decisão do Conselho de 04 de junho de 2009 (2009/796/JAI).

pelo qual e dentro deste âmbito dividimos esta fase de execução em duas etapas; a iniciação e a consolidação.

4.7.4.1 A iniciação

Nesta fase inicial do serviço, as reações do protegido face à segurança podem ser várias: a aceitação total e sem reservas, a aceitação com algumas reservas ou a aceitação com relutância, - a segurança vista quase como uma imposição - mas sempre aceitando a segurança. Em caso de recusa da aceitação do serviço, este não chega sequer a iniciar-se dado que o serviço de segurança pessoal em Portugal - contrariamente a alguns países como seja os Estados Unidos da América em que o Presidente Americano não o pode recusar - não é imposto.

A previsão legal da atribuição é apenas isso mesmo, não consagra qualquer imposição do mesmo contra a vontade do seu destinatário. É uma faculdade que assiste ao ativo, aceitar ou recusar a medida e esta nem sempre é aceite. A comunicação social já relatou casos de recusa que entraram no domínio público, um referente à magistrada Maria José Morgado e outro ao Juiz Adelino Salvado¹¹⁵.

A segurança pessoal a um protegido residente é uma segurança muito específica, muito concreta e diríamos mesmo, única. É o resultado do estudo prévio que foi elaborado tendo em conta o HIPREC aplicado e é tão exclusiva como o chamado “*customer’s need’s*” (Colliver, 2011:193). Na realidade nacional e durante o tempo em que exerceu funções de primeiro-ministro, Passos Coelho (2018)¹¹⁶ aceitou a sua segurança pessoal de “forma natural sabendo de antemão que o cargo para o qual tinha sido nomeado tinha um protocolo

¹¹⁵ Cfr. Jornal Correio da Manhã, edição de 10.01.2007 e Revista Focus nº. 167 de 2002, respectivamente.

¹¹⁶ Cfr. Entrevista de Pedro Passos Coelho, concedida a Magalhães, em 30 de janeiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo A.

que assim o impunha” e foi com essa qualificação que António Guterres (2018)¹¹⁷ também na qualidade de chefe do executivo português, a “aceitou muito bem”. Esta visão é comungada por Constança de Sousa (2018)¹¹⁸ na qualidade de Ministra da Administração Interna, que aceitou a sua segurança pessoal pelo “cumprimento de obrigações institucionais”. Na visão de Cavaco Silva (2018)¹¹⁹ o “desempenho de um alto cargo público envolve sempre riscos e aceitar portanto a segurança pessoal é algo normal”. Ramalho Eanes (2018)¹²⁰ comunga da mesma linha ao mencionar que aceitou a sua segurança pessoal como “uma necessidade, um direito e um dever”.

Aceite o serviço é adquirido que a atividade da segurança pessoal irá colocar alguma pressão não só na pessoa a proteger, mas também na sua estrutura familiar, social e profissional.

Uma das ideias centrais é o permitir que o protegido possa ser capaz de levar uma vida tão normal quanto possível, dentro de algumas limitações das medidas securitárias. Jorge Coelho, (2007) ex. Ministro da Administração Interna entre 1997-1999, em declarações proferidas num seminário sobre Segurança pessoal realizado em Lisboa em 2007, corroborou esta ideia; “tive uma segurança pessoal que com as funções que desempenhava, me permitiu que pudesse ter a possibilidade de ter a vida o mais normal possível e tive-a”, Ramalho Eanes (2018)¹²¹ referiu que por vezes, se sentiu incomodado com a sua “presença constante” mas que se sentiu mais limitado pelas funções que exercia do que pela segurança

¹¹⁷ Cfr. Entrevista de António Guterres, concedida a Magalhães, em 19 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo C.

¹¹⁸ Cfr. Entrevista de Constança Urbano de Sousa, concedida a Magalhães, em 07 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo B.

¹¹⁹ Cfr. Entrevista de Cavaco Silva, concedida a Magalhães, em 16 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo E.

¹²⁰ Cfr. Entrevista de Ramalho Eanes, concedida a Magalhães, em 03 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo D.

¹²¹ Cfr. Entrevista de Ramalho Eanes, concedida a Magalhães, em 03 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo D.

peçoal. Passos Coelho (2018)¹²² por seu lado considera que “ nunca se sentiu constrangido nem nunca viu a sua vida profundamente alterada pelo facto de ter sempre a sua segurança” a mesma linha defendida por António Guterres (2018) Constança de Sousa (2018) e Cavaco Silva (2018).¹²³

Todavia, estudos académicos realizados indicam que a medida de segurança peçoal quando aplicada pela primeira vez, é potenciadora de *stress* e pode influenciar o ativo tanto a nível físico como a nível psicológico. O Academic Medical Centre, da Universidade de Amesterdão, em estreita colaboração com o Coordenador Nacional para o Contra Terrorismo Holandês, efetuou uma abordagem em 2008 muito objetiva aos efeitos que a medida de segurança peçoal tem, não só nos protegidos como nos protetores. Os graus de *stress* ou pressão psicológica que a pessoa sente, dependem em parte de vários fatores psicológicos, como os seus traços de personalidade, perceção, interpretação e forma de lidar com novas realidades, e a atitude em relação à proteção (Gersons, B., Martens, W., NIjdam, M., Olff, M., & Vries, M. (2008).

4.7.4.2 A consolidação

Esta é considerada a fase mais duradoura do processo e é durante a mesma que se vão delinear uma série de princípios fundamentais entre o protegido e o protetor, a partir do momento que o mesmo começa a ter sempre alguém a andar atrás de si.” É o primeiro hábito a ser interiorizado e não tem um tempo de adaptação específico para tal. No caso de Jorge Coelho, ex. Ministro da Administração Interna esta situação segundo o mesmo¹²⁴ durou

¹²² Cfr. Entrevista de Pedro Passos Coelho, concedida a Magalhães, em 30 de janeiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo A.

¹²³ Cfr. Entrevista de António Guterres, concedida a Magalhães, em 19 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo C; Cfr. Entrevista de Constança Urbano de Sousa, concedida a Magalhães, em 07 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo B; Cfr. Entrevista de Cavaco Silva, concedida a Magalhães, em 16 de abril de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo E.

¹²⁴ Cfr, Revista Focus edição n.º 167 de 2002.

“apenas dias” embora admitimos que para outros protegidos tal tempo de adaptação possa ser superior.

A cooperação entre ambas as partes é o outro princípio a ser estabelecido e aprofundado. Ganhar e fomentar a cooperação com o protegido não significa forçosamente estreitar laços pessoais que podem em última instância prejudicar o serviço. Significa sim o construir de um respeito mútuo que nasce de uma aceitação, de cedências e compromissos entre ambos. Há que ter sempre presente que a efetividade do nosso trabalho depende assim sempre da receptividade do ativo como bem espelha O'Connor “*as he, or she, is allowed to be by the principal*”(O'Connor, 1996:8), mas também tem de se fundar em regras claras e definidas entre ambos os protagonistas embora sempre com a possibilidade de tal não ser aceite como sustenta Hipp “nós podemos sempre recomendar boas práticas, mas a mesmas podem ser rejeitadas” (Hipp, 2012:41)¹²⁵. Revemo-nos ainda na visão de Lewis Merletti Diretor dos Serviços Secretos Americanos, 1997-1999 quando afirmava que “a nossa missão não é dizer-lhe o que pode ou não fazer - ao Presidente Americano Bill Clinton - é aconselhá-lo sobre o que é mais seguro de fazer.”

Esta fase sustenta-se ainda de grandes doses de dinamismo por parte dos elementos policiais e de um constante equilíbrio face às exigências securitárias da missão e da liberdade a autonomia do ativo. Mas para ser frutuosa necessita de tempo de maturação, de tempo que tem de ser dado aos técnicos para que em trabalho contínuo e diário tal possa ser conseguido. Mesmo no domínio das rotações entre elementos junto do ativo estas têm de ser comedidas, evitando-se que com constantes substituições tal desiderato não possa ser atingido.¹²⁶

¹²⁵ Tradução livre do autor.

¹²⁶ As situações recentes em que as mudanças da segurança da Monarca Inglesa foram abordadas nos jornais ingleses. “*Her Majesty is not the only one who has expressed concerns. A number of senior officers are not happy either. Personal protection is all about building a relationship with the principal. How on earth is that supposed to happen if the officers are rotated every five minutes with new faces?*” Disponível em www.standard.co.uk/news/uk/revealed-queens-concern-at-security-shakeup-for-royal-family-a3715821.html. Consultado em 31 de julho de 2018.

Mas de que forma é que antes de cooperarem, os protegidos se adaptaram à sua segurança pessoal? A visão dos entrevistados no nosso estudo é comum, variando entre o “muito fácil” de António Guterres (2018) ao “ não foi difícil” de Ramalho Eanes (2018), Constança de Sousa (2018) e Passos Coelho (2018), terminando com a “naturalidade” com que Cavaco Silva (2018) se adaptava à segurança.

No entanto, este princípio da cooperação é frequentemente negligenciado, quer no âmbito dos afazeres públicos ou institucionais, quando a segurança pessoal é temporariamente dispensada por algumas horas pelo protegido, quer quando o nosso ativo sobrevalorizando apenas a sua qualidade de cidadão e olvidando a qualidade de titular do cargo público que desempenha, abdica ou suspende a sua segurança, por dias ou mesmo por semanas. A comunicação social nacional faz por vezes “eco” que o dirigente A ou B decide fazer férias em Portugal ou no estrangeiro e sem se fazer acompanhar da sua segurança pessoal pois vai numa qualidade particular: de simples cidadão. É aquilo que Ângelo Correia (2006) ex. ministro da Administração Interna 1981-1983, denomina de “liberalidade escusada”¹²⁷. Para o ex. governante, qualquer protegido esteja onde estiver será sempre o “titular do cargo que ocupa e tem um dever de Estado” um dever crê-se muito simples, o de permanecer vivo. A segurança pessoal nas suas palavras, “não é um exercício de demonstração do poder, é algo necessário para o cargo que se desempenha”.

Face ao exposto é lícito perguntar em que medida então é que o titular de um cargo público com segurança pessoal e que tenha funções ao mais alto nível, é, quando assim o deseje, um simples cidadão? Densifiquemos um pouco esta visão tendo em atenção a recente viagem do Papa Francisco a Portugal por ocasião do centenário das aparições em Fátima, em 2017 que, embora tenha vindo na qualidade peregrino, pois tratou-se de uma visita apostólica, também incorporou a qualidade de Líder da Igreja Católica, de Bispo de Roma e

¹²⁷ Cfr. Jornal 24 horas edição de 6 de janeiro de 2006.

de Chefe de Estado do Vaticano. Academicamente permite-se-nos a seguinte questão: o que aconteceria ao Papa, se o peregrino Francisco fosse vítima de um atentado em Portugal?

Ainda no domínio dos princípios fundamentais, a lealdade e o sigilo para com o protegido emergirão de forma natural e os polícias responsáveis pela segurança tornar-se-ão gradualmente os fiéis depositários de muita informação, há matéria do foro pessoal do protegido que é preciso a todo o custo manter sigilosa. Irwin Ike¹²⁸ sobre este tema declarou que o “secretismo, a lealdade e a discrição na Casa Branca era total (...), o ambiente seria intolerável se o Presidente tivesse de encarar todos os seus auxiliares como bisbilhoteiros” (Brower, 2016). É algo interiorizado pelos especialistas nesta área como fundamental, “manter toda a confidencialidade”, (Colliver, 2011:87)¹²⁹, em todos os assuntos ou matérias para com o protegido, Thompson, chega mesmo a afirmar que “os protegidos devem confiar naqueles que os protegem, pois são capazes de manter segredo” (Thompson, 2003:13)¹³⁰. Neste domínio tão sensível são públicas as declarações do ex. Presidente dos Estados Unidos da América, George H. W. Bush, 1989 - 1993, quando confessava “a Bárbara e eu sempre falamos muito francamente em frente dos serviços secretos, tenho confiança total no seu profissionalismo, eles sabem muitos segredos sobre a nossa família”.¹³¹ A regra central é que tudo aquilo que se vê e que se ouve independentemente da natureza pública, ou privada, permaneça em segredo. O sigilo é a pedra angular da relação que se estabelece em termos de lealdade que apenas poderá ser quebrado em questões muito especiais, foi o que aconteceu com o depoimento que Larry Cockell, ex. chefe da segurança do ex. presidente americano Bill Clinton que teve de o fazer, aquando do chamado caso Mónica Lewinsky, em que o

¹²⁸ Ex. Secretário-geral da Casa Branca entre 1931-1933.

¹²⁹ Tradução livre do autor.

¹³⁰ *Idem.*

¹³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHkvtmEyas8> inside the US Secret Service - National Geographic Documentary – 2004. Acedido em 16 de junho de 2018.

procurador independente Kenneth Starr não prescindiu do depoimento dos elementos da segurança pessoal no processo que moveu ao ex. chefe de Estado americano.

A discrição dos polícias que desempenham funções de segurança pessoal no desenrolar do serviço passará a ser um atributo que caracterizará o mesmo, será uma regra central! Um equilíbrio difícil de garantir entre a discrição e a onnipresença dos elementos, mas que começa por coisas simples como vestir-se como se veste o protegido, o chamado “*blend in to an environment*”, (Colliver, 2011:87) continua com os gestos ou atitudes por parte dos polícias que não atraíam atenções desnecessárias junto da personalidade e que termina com a aplicação das medidas estritamente necessárias para o regular funcionamento da missão. Uma discrição que pode não ser completa, mas será a adequada e não terá o folclore cinematográfico, nem as falsas realidades aventureiras ou as ações arrojadas que se desenvolvem numa tela de cinema e que deitariam por terra a eficácia desta missão, “o nível de discrição dos elementos permitia-me andar à vontade” (António Guterres 2018)¹³². Esta discrição estará sempre interligada com uma ambientação que se deseja constante, não só no espaço geográfico onde se encontra o protegido, mas também no ambiente social, cultural, académico em que tenha de seguir uma apropriada “*etiquette for the protection specialist*” (Colliver, 2011:87) em eventos em que tenha que interagir com entidades defendendo e garantindo assim a imagem do protegido, num mundo em que quer a comunicação social quer as redes sociais valorizam de sobremaneira qualquer “incidente”.

A proactividade será outra imagem de marca deste serviço. Esta permitirá ao protetor adaptar-se a uma missão onde “a observação e a deteção dos potenciais riscos” (Hipp, 2012:12)¹³³ estará sempre na primeira linha, mas também saber abordar as vicissitudes que o serviço “da segurança pessoal do século XXI, exige profissionais capazes de se adaptarem

¹³² Cfr. Entrevista de António Guterres, concedida a Magalhães, em 19 de fevereiro de 2018 e reproduzida na íntegra em anexo C.

¹³³ Tradução livre do autor.

a situações cada vez mais complexas” (Crozat, 2010:52)¹³⁴ tendo sempre presente a oportunidade da intervenção que mesmo com a condição de órgão de polícia criminal dos elementos, há que ponderar o enquadramento de cada atuação tendo sempre em mente o interesse do protegido.

Mas a segurança pessoal a alguém exige a criação em seu redor de uma zona segura, “*une bulle de sécurité*” (Crozat, 2010:52) alicerçada em protocolos de atuação definidos, “frequentemente testados e consolidados” (Torres, 2015:96) que possibilitem numa fase inicial impedir que qualquer elemento perturbador possa ter acesso ao protegido e se necessário reagir num segundo momento. Protocolos que sejam o fruto de um trabalho de casa bem feito, sem grandes alaridos e que com o treino sistemático e sistematizado se possam apurar técnicas e táticas de intervenção adequadas.

A fase de consolidação nunca se esgota. Ela vai assim prolongar-se até a fase final do serviço de segurança pessoal - de que falaremos de seguida - sendo construída e reconstruída diariamente entre protegido e protetor.

4.7.5 A fase de cessação – protegidos não residentes

No patamar dos protegidos não residentes, a curta visita terminará num espaço programado logo que a entidade abandone o território nacional. Nessa altura cessarão todas as medidas securitárias.

4.7.6 A fase de cessação – protegidos residentes

No patamar dos protegidos residentes, verificamos que um serviço de segurança pessoal termina, quando existe uma alteração do grau de ameaça – para um grau inferior – ou ocorre a cessação de funções num determinado cargo.

¹³⁴ *Idem.*

É o chamado restabelecimento da condição de origem. Verifica-se assim o carácter transitório e a natureza efémera dos cargos, conforme muito bem retratou Eduardo Portella na célebre frase “não sou ministro, estou ministro”.

Após o término do serviço o protegido pode experienciar duas situações distintas e contraditórias. Por um lado, o reganhar de uma liberdade de ação perdida - que muitas das vezes julgava perdida - ao mesmo tempo que sentimentos de insegurança podem aparecer ou reaparecer. Este sentimento pode ocorrer geralmente em protegidos que durante muito tempo foram destinatários de proteção.

Situações muito especiais podem fazer com que o fim do serviço de segurança coincida com a morte - neste caso - por causas naturais do protegido mesmo quando há muitos anos havia deixado de exercer cargos de relevância nacional. Veja-se o caso do Dr. Mário Soares (nos seus últimos anos de vida) em que um elemento da segurança pessoal – Agente Principal Luís Branquinho - “mesmo na situação de pré - aposentação, não deixou de estar presente nos momentos difíceis (...) que o tinham como garante da segurança de todos”¹³⁵.

Existe ainda uma situação de cessação de serviço com retoma automática do mesmo - sem fase de iniciação que excecionalmente ocorre quando o protegido cessa funções em território nacional e ao passar a desempenhar funções em organismos internacionais, decide incorporar o seu dispositivo securitário nas novas missões que vai desempenhar. O caso mais exemplificativo, foi o do Dr. Durão Barroso que cessou funções em Portugal como Primeiro-ministro e que ao desempenhar funções como Presidente da Comissão Europeia¹³⁶ solicitou que cinco dos polícias do CSP constituíssem a sua equipa de segurança enquanto desempenhou o cargo.

¹³⁵ Louvor conferido pela Ministra da Administração Interna n.º 148/2017 e publicado no Diário da República n.º 95/2017, Série II de 17.05.2017.

¹³⁶ Despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, n.º 61/2005. Publicado no Diário da República n.º 11, II parte de 17 de janeiro de 2005.

CAPÍTULO V - COOPERAÇÃO TÉCNICO - POLICIAL

“Grandes descobertas e progressos invariavelmente envolvem

A cooperação de várias mentes”

Alexandre G. Bell

O tratado de Roma assinado em 25 de março de 1957 pelos pais fundadores da Europa Comunitária “adotando o método de curar o económico através do económico, mas não apenas através do económico” (Costa,2004:14), permitiu iniciar a reunificação europeia no pós Segunda Guerra Mundial e materializar uma ideia de Europa que começou por ser apenas um “sonho de filósofos e visionários antes de se tornar um verdadeiro projeto político” (Fontaine,2014:3).

O caminho iniciado e antes de conquistar uma matriz política, estabeleceu pequenos passos com o objetivo da criação de um mercado comum, no qual mercadorias, bens, serviços, capitais e pessoas circulassem livremente. Se no domínio económico as diferentes etapas foram atingidas, a questão da circulação de pessoas dentro do espaço europeu, o desafio foi maior e por seguinte mais demorado.

O Ato Único Europeu¹³⁷ previa uma liberdade de circulação plena até final de 1992 no entanto e mesmo com a solução Maastricht¹³⁸, considerada como “Híbrida” (Govers,1999. cit, in Farinha, 2004:418), tal desiderato não é alcançado e acabam por serem os acordos de

¹³⁷ Assinado em 17 de fevereiro de 1986 o Ato Único Europeu (AUE) revê os Tratados de Roma com o objetivo de relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno.

¹³⁸ Assinado em 7 de fevereiro de 1992, o Tratado da União Europeia (TUE) constituiu uma nova etapa na integração europeia, dado ter permitido o lançamento da integração política. Este Tratado criou uma União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a cooperação policial e judiciária em matéria penal (JAI). Instituiu igualmente a cidadania europeia, reforçou os poderes do Parlamento Europeu e criou a União Económica e Monetária (UEM). Além disso, a CEE passou a constituir a Comunidade Europeia (CE).

Schengen¹³⁹ que “materializam de forma mais fácil e fora do quadro comunitário aquilo que neste não tinha sido alcançável – a liberdade de circulação de pessoas” (Farinha, (2004:420).

Destarte esta liberdade de circulação de pessoas - apesar de fisicamente as fronteiras continuarem a existir - feriu de morte a “dimensão psicológica e simbólica” que esse controle significava para os Estados (Anderson,1995. cit, in Farinha, 2004:418) pois desde 1648 que o sistema “Vestefaliano preconizava a existência de fronteiras definidas, o respeito pela soberania dos Estados e pelo postulado da não intervenção nos assuntos domésticos de cada um” (Elias, 2011:224). Esta mudança de paradigma de “supressão de controlos de pessoas nas fronteiras internas e o deslocamento da mesma para as fronteiras externas, tornou a cooperação necessária” (Costa, 2004:83).

A cooperação entre instituições policiais, segundo Bigo é “historicamente tão antiga quanto a sua criação enquanto corpos organizados” (Bigo,1996. in Farinha 2004:391) e constitui um fator indispensável para o combate de inimigos comuns, tornando-se ainda mais necessária num mundo mais globalizado. Esta cooperação pode ser definida como “a atuação combinada ou a assistência entre os Estados membros da União, no vasto espectro que abrange a prevenção e o combate à criminalidade em geral e em particular a que, assumindo natureza transnacional, pode afetar diversos Estados-membros (...) ou a que atenta contra os valores mais basilares das sociedades democráticas (...), tendo como objetivo último garantir um elevado nível de proteção dos cidadãos” (Gomes, 2006: 228), uma cooperação que se baseia na “colaboração técnica e não política” (Farinha, 2004:393) motivo pelo qual a sua implementação foi mais célere de que uma cooperação entre Estados.

A atividade terrorista na Europa durante a década de 70 do século passado, impeliu os Estados Membros para um processo de “cooperação informal fora do Tratado de Roma e das

¹³⁹Assinados em 14 de junho de 1985 por Wim van Eekelen (NL), Robert Goebbels (LU), Catherine Lalumière (FR), Waldemar Schreckenberger (DE) e Paul Keersmaeker (BE).

instituições comunitárias” (Brandão, 2011:45-54) tendo a cooperação iniciado através do grupo de Trevi,¹⁴⁰ uma rede intergovernamental de representantes do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

Um segundo impulso é dado pelo tratado de Maastricht, que introduziu a cooperação JAI no tratado da União Europeia onde ficaram plasmadas as questões de interesse comum que justificaram a cooperação policial - terrorismo, droga e criminalidade organizada - e que estabeleceu ainda a criação de um serviço europeu de polícia, a EUROPOL¹⁴¹.

Os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos da América e os atentados posteriores na Europa nomeadamente os de 11 de março em Espanha, fizeram despertar os europeus para uma realidade violenta alicerçada numa ameaça presente em que a partir de agora qualquer país podia ser alvo deste novo tipo de ataques.

A Europa tomava assim consciência das suas fragilidades e de que os “novos perigos reticulares” (Farinha, 2005: 1) só podiam ser combatidos uma cooperação entre Estados e por conseguinte, com as suas forças e serviços de segurança mas com uma abrangência não apenas local, mas a nível regional e mundial.

A aprovação no Conselho Europeu de Bruxelas, em 12 e 13 de Dezembro de 2003, de uma Estratégia Europeia em matéria de Segurança¹⁴² – Uma Europa Segura num Mundo Melhor, é a primeira grande resposta a nível concertado que a Europa apresenta, mas é uma resposta a reboque dos acontecimentos e que apenas surge pela perceção de que “numa era de globalização, as ameaças longínquas poderem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós” (Elias, 2011:317). Não obstante esta estratégia surge numa Europa

¹⁴⁰ A criação do Grupo resultou dos debates havidos na reunião do Conselho Europeu de Roma de 1 e 2 de dezembro de 1975.

¹⁴¹ Criada pela Decisão 2009/371/JAI do Conselho para apoiar e reforçar a ação das autoridades competentes dos Estados-Membros. A Decisão 2009/371/JAI substituiu a Convenção, elaborada com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, que cria um Serviço Europeu de Polícia «Convenção Europol».

¹⁴² Disponível: <http://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/publications/european-security-strategy-secure-europe-better-world/>. Acedido em 13 de abril de 2018.

“dividida e traumatizada pela sua desunião face à intervenção americana no Iraque” (Vinhas, 2013) em resultado do 11 de setembro. Contudo e apesar do seu escopo se limitar à dimensão externa da Europa se outros méritos não teve, ajudou “a sarar algumas das feridas surgidas dentro da União Europeia” (Vinhas, 2013).

No espaço europeu a cooperação de nível técnico - ainda sem a estratégia de Segurança Europeia de 2010 - fortaleceu-se com a criação de Agências e de outros órgãos de cooperação policial nomeadamente:

1) O Serviço Europeu de Polícia, que se assume como sendo “o serviço policial da União Europeia, responsável pelo tratamento e intercâmbio da informação criminal (...), tem por missão prestar assistência aos serviços policiais dos Estados-membros na sua luta contra a criminalidade organizada internacional, através da estreita colaboração com e entre os Estados-membros, os países candidatos e outras organizações internacionais” (Elias, 2011: 330).

2) A Academia de Polícia (CEPOL)¹⁴³ que se assume como uma referência no âmbito formativo da UE, ao desenvolver, implementar e permitir as boas práticas de ações de formação de natureza policial em matérias que digam respeito a pelos menos dois estados membros, bem como ao articular com outras agências da UE o seu funcionamento.

3) O Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna (COSI)¹⁴⁴ que assegura uma cooperação operacional eficaz no domínio da segurança interna da UE, inclusive no âmbito da aplicação da lei, do controlo das fronteiras e da cooperação judiciária em matéria penal, que avalia a orientação geral e a eficácia da cooperação operacional e que assiste o Conselho na reação aos atentados terroristas ou às catástrofes naturais.

¹⁴³ Criada em 2000, sob a forma de rede de institutos nacionais de formação, adquire a forma de uma agência da EU por decisão 2005/681/JAI de 20 de setembro de 2005.

¹⁴⁴ Criado pelo Tratado de Lisboa, art.º 71, que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009.

Quanto aos diferentes grupos de trabalho em matérias específicas com relevância na segurança nacional, salientamos; A rede “ATLAS”¹⁴⁵ e a sua intervenção no combate ao terrorismo, não só doméstico, como no prestar assistência a um Estado-membro ou a um Estado aderente no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista, a “*European Explosive Ordnance Disposal Network*”¹⁴⁶ com a relevância não só ao nível das matérias explosivas como também nas substâncias químicas, biológicas, radiológicas e nucleares.

A vertente da segurança pessoal, também viu no plano legislativo, o Conselho criar uma Rede Europeia de Proteção de Personalidades Oficiais¹⁴⁷ colmatando desta forma uma lacuna existente na proteção de personalidades oficiais dentro do espaço comunitário. Inicialmente destinada a proteger pessoas às quais é atribuído um serviço de proteção por força da legislação nacional de um Estado-Membro ou da regulamentação de uma organização ou instituição internacional ou supranacional, viu o seu escopo alargado às pessoas que não sejam titulares de cargos públicos, mas que se considerem ameaçadas devido à sua contribuição para o debate público ou à sua influência sobre ele.¹⁴⁸ No entanto, os objetivos desta rede desde o início foram os de pura cooperação técnica entre Polícias onde através de pontos de contacto (POC) pudessem desde logo cooperar, nomeadamente no fomento e no intercâmbio de informações entre os serviços, no desenvolvimento de um conjunto de boas práticas comuns no tocante às atividades operacionais - que ajudem a

¹⁴⁵ Começou por ser uma estrutura informal de cooperação entre as unidades especiais de contra terrorismo europeias. Pretendia-se, como objetivo inicial, elevar o profissionalismo das unidades especiais de contra-terrorismo dos Estados-membros, com vista a combater eficazmente a ameaça terrorista através de uma intensa cooperação, partilha de experiências e lições aprendidas. Para além do treino conjunto, o grupo Atlas, visa criar uma doutrina única nas técnicas e táticas usadas, por forma a uniformizar procedimentos com vista a facilitar as ações conjuntas. Após os atentados terroristas em Madrid, a 11 de março de 2004, o Grupo Atlas passou a revestir-se de uma estrutura formal.

¹⁵⁰ Estabelecida com base no plano de ação da segurança em explosivos e aprovada no conselho JHA de abril de 2008.

¹⁴⁷ Conselho de 28 de Novembro de 2002 (2002/956/JAI).

¹⁴⁸ Conselho de 04 de junho de 2009 (2009/796/JAI).

robustecer e a consolidar uma intervenção integrada em cenários de atuação conjunta - e no destacamento mútuo de funcionários dos serviços que integram a rede. Mais uma vez foi a cooperação entre forças e serviços de segurança, mais lesta que a cooperação entre Estados.

No sentido de materializar este objetivo, a PSP desde o início tornou-se membro efectivo da rede e os primeiros projetos de cooperação técnica materializaram-se em 2006 com deslocações de polícias nacionais à *École National de Police de Oissel* - França e à *Police Academy* - Ljubljana - Eslovénia para a frequência de estágios temáticos, onde outras Polícias também se fizeram representar.

As boas práticas entre as Polícias dos Estados Membros neste domínio securitário, impulsionaram também a ENPPF para novos e mais ousados projetos de natureza operacional. Um deles foi a materialização de um *Handbook* comum no sentido de harmonizar não só procedimentos operacionais - que variam de país para país - como estabelecer uma linguagem técnica semelhante e realizar uma série de treinos partilhados com vista a integrar e maximizar o trabalho de todos os técnicos envolvidos. A aplicabilidade deste conhecimento e experiência comum é vital numa atividade em que com as constantes deslocações a Portugal de AEA estrangeiras - que trazem consigo polícias especialistas segurança pessoal nas suas comitivas - permite à PSP fazer a integração plena dos mesmos nas equipas nacionais que são adstritas ao protegido. Outros projetos comuns continuam a receber o contributo dos estados membros fala-se a título de exemplo da articulação de plataformas ao nível de comunicações, das *Mixed Closed Protection Teams and Common Training* e dos veículos aéreos não tripulados.

No entanto e nesta atividade de segurança pessoal - enquanto processo dinâmico de aquisição e partilha de conhecimento e experiências - a PSP não se limitou a uma dimensão europeia e projetou a cooperação técnico policial a outros espaços geográficos e a outros atores. Num plano mais global, é membro da APPS uma organização criada em 1993,

aquando da realização da sua primeira conferência e que tem como principal missão promover a cooperação policial entre os seus membros no domínio da segurança pessoal e que engloba, para além dos países europeus que fazem parte da ENPPF, países de outros continentes como os Estados Unidos da América, Israel, Federação Russa, República Popular da China, Austrália, entre outros e que faz dos fóruns internacionais que organiza, local de partilha de experiências e das melhoras práticas destinadas a combater problemas comuns e emergentes.

Para além da cooperação supra mencionada, Portugal tem ainda um papel extremamente importante no quadro quer da lusofonia, em especial com os países africanos de língua portuguesa, quer com a vizinha Espanha, quer com países da zona do Magrebe. Neste domínio, e embora muito se possa continuar a desenvolver, o quadro de cooperação técnico-policial, que formalmente a PSP iniciou a partir de 2005 - com projetos em Moçambique, alargado depois a Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo verde - e que se mantém até ao presente, teve a sua génese em 1996, quando o CSP começou a acolher alunos cooperantes oriundos de Cabo verde e Angola em cursos mistos com alunos Portugueses, ministrados em Portugal, depois extensível aos territórios africanos e que conta já com números bastante significativos por país (Cfr Anexo J).

Numa vertente mais “arrojada” e com uma duração mais prolongada no tempo a PSP acolheu num processo formativo durante aproximadamente 16 semanas nas instalações da UEP em Belas, dois polícias do *Corpo Nacional de Polícia de Espanha* num curso de segurança pessoal ministrado em Portugal em 2015. Este projeto inédito estreitou o intercâmbio com a força policial espanhola e permitiu desde então que diversos polícias nacionais frequentassem ações de aperfeiçoamento em Espanha de natureza semelhante e que perduram até ao presente.

Em 2017 esta cooperação entendeu-se à zona do Magrebe nomeadamente à Argélia com a formação de polícias nesta especialização em Argel, na Escola de Polícia de *Dar El Beida* tendo sido a primeira vez que polícias Portugueses formaram seus congéneres argelinos no seu próprio país.

Mas a cooperação no domínio da segurança pessoal não se faz somente no desenvolvimento e na partilha de boas práticas de natureza dinâmica e assim a PSP promoveu em novembro de 2007 um seminário internacional subordinado ao tema *Close Protection Management* onde representantes de 15 países europeus estiveram presentes, bem como os oficiais de ligação das embaixadas de Israel e dos EUA em Portugal.

No mesmo e de um leque variado de temáticas de interesse para o *core business* dos serviços de segurança pessoal, foram escolhidas os seguintes temas: a gestão da segurança pessoal em grandes eventos, a gestão das informações, a reação tática, o suporte médico e a exploração técnica no relacionamento interpessoal entre protetores e protegidos.

Foram ainda estudados vários atentados ocorridos com especial destaque para a morte do ex-Primeiro-ministro de Israel Yitzhak Rabin, em 4 de novembro de 1995, na Praça Malchei Israel em Telavive - com apresentação do Oficial de Segurança na Embaixada de Israel em Lisboa - tendo sido abordado a forma de atuação da *Dignitary Protection Unit*, pertencente à *Israeli Security Agency* antes do evento, bem como as causas ou fatores facilitadores da ação. A importância dos serviços de informações durante uma ação de segurança pessoal também mereceu destaque com o Oficial Regional de Segurança na Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, a sublinhar a importância dos avanços tecnológicos na evolução dos métodos dos assassinos e terroristas e as contramedidas adotadas pelos serviços de segurança.

Portugal hodiernamente e no que à cooperação diz respeito, posiciona-se em diferentes hemisférios de influência. A nível global com a APPS, a nível da lusofonia com os países

Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no quadro europeu com a rede ENPPF com especial proximidade com Espanha, ao nível do Magrebe com a Argélia e num caminho a ser percorrido a curto prazo com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia.

Contudo, todo o processo de cooperação tem sido e deve continuar a ser feito de forma sustentada como refere Gomes, em relação ao caminho europeu nesta matéria que “tem sido construído lentamente, pedra sobre pedra, com sucessivos avanços e recuos. Duas premissas estão subjacentes ao sucesso da cooperação policial no espaço europeu: ela começa no seio de cada Estado-membro e será aquilo que os Estados-membros quiserem” (Gomes, 2006: 232).

CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

*“We’ve already seen that assassinations lasts a matter of seconds,
(...) , there is no time to think,
question or weigh up the pros and cons; he or she has to act”
(O’Connor, 1996: 134)*

No início da presente investigação propusemos-nos elaborar uma reflexão sobre a segurança pessoal em Portugal, contribuir para uma definição conceptual do tema e contextualizá-la na segurança interna. Foi ainda nosso objetivo contribuir para a sistematização de doutrina neste domínio de competências da PSP e cooperar no desenvolvimento de um manual sobre esta matéria. Por fim, pretendemos refletir sobre o impacto das novas ameaças às Altas Entidades Ameaçadas nacionais e estrangeiras e aos restantes cidadãos em território nacional

Abordamos a segurança como um conceito polissémico de difícil conceptualização e em evolução constante. Identificamo-la como um estado, como um direito mas também como um bem ou ativo necessário que assegura a previsibilidade e a confiança das sociedades e dos decisores políticos.

No domínio das ameaças verificamos que as sociedades modernas estão expostas a ataques perpetrados em qualquer lugar que podem ocorrer em pontos turísticos, em salas de espetáculos, em ruas ou avenidas movimentadas. Ataques esses perpetrados muitas vezes por apenas por um elemento que procura atingir de forma espontânea e inopinada grandes concentrações de pessoas, com ou sem alvos definidos mas gerando um efeito de imprevisibilidade constante.

Assinalamos com preocupação o regresso à Europa de ex. combatentes radicalizados que estiveram presentes em conflitos armados recentes e que são possuidores de *know-how*

operacional e que potenciam um acréscimo de perigo dirigido não só aos cidadãos incógnitos mas também aos líderes políticos, aos chefes de Estado e de Governo.

Identificamos vários domínios de risco ligados à ordem pública, à proteção da imagem da entidade, ao terrorismo sublinhando uma preocupação com as formas de ataque químico indireto - o envenenamento - e às ciberameaças contra as entidades.

Elaboramos uma reflexão sobre o papel da segurança pessoal desde o 25 de abril de 1974 quando passou a ser uma competência desempenhada pela PSP até à hodiernidade com um acervo de mais de quatro décadas de atividade e um património ao nível da memória histórica assinalável.

Revisitamos um sentimento securitário esquecido face ao atual panorama que nos é favorável em termos de ranking internacional, mas que durante o século XX registou o assassinato de um Rei, de um Presidente, de um Primeiro-ministro e outros atentados de diferente impacto em termos de mortes, mas que abalaram a sociedade nacional durante algumas décadas.

Referenciamos de forma clara quem são os ativos da segurança pessoal e quais os graus de ameaça que sobre os mesmos recaem, fazendo o paralelismo entre as entidades nacionais e estrangeiras e o grau protocolar das mesmas quando aplicável.

Centrámo-nos na segurança pessoal como atividade, desmistificando a visão cinematográfica que impende sobre a mesma e posicionamo-la no princípio da atuação preventiva que a PSP desempenha, identificando os elementos constitutivos da atividade; o protegido o protetor e o perpetrador conferindo uma especial centralidade à caracterização do nosso ativo para o sucesso da cada missão.

Contextualizamos este produto de segurança no modelo de segurança interna ao nível da sua consagração legal, das suas competências específicas, no seu âmbito de atuação geográfico nacional e no estrangeiro, na coordenação com outras forças e serviços de

segurança e com uma ligação muito próxima com o Protocolo de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Analizamos a fugacidade dos atentados e a importância que os estados de vigilância que os polícias da segurança pessoal devem ter para poderem intervir numa área securitária onde as vantagens de oportunidade estão sempre do lado do perpetrador, apenas combatidas se os treinos e a preparação em cenários realisticamente prováveis com base na ameaça identificadas forem feitos e registamos também que em contexto de incerteza a flexibilidade mental assume um papel relevante para os elementos da segurança pessoal.

Contribuímos para um aprofundamento conceptual da segurança pessoal ao identificá-la como focalizada e egoísta e ao defini-la como atividade policial de natureza integrada e multidisciplinar, desenvolvida pelo CSP, de carácter temporário ou contínuo com vista a no plano preventivo e reativo, salvaguardar a proteção dos membros dos órgãos de soberania, de altas entidades nacionais ou estrangeiras ou outros cidadãos, na sequência da atribuição de grau de ameaça, na sua integridade física, na sua reputação ou condição protocolar e contribuir para a sua qualidade de vida, numa base compromissória entre protetores e protegidos num processo de lógicas contrastantes.

Analizamos o processo da segurança pessoal como atividade ao nível das entidades residentes e não residentes, desde a sua fase de preparação, à execução e à cessação e indicamos as ideias centrais de consolidação no âmbito da fase executória dos protegidos residentes. Identificamos a cooperação como pedra angular da atividade e assinalamos a lealdade e o sigilo entre as partes como essencial para o sucesso da mesma. Aferimos a relevância da descrição e da ambientação dos polícias. Salientamos a proactividade como imagem de marca e por fim a importância dos protocolos securitários testados e consolidados.

Identificamos a cooperação internacional nas suas diferentes vertentes como um eixo relevante para um processo evolutivo que se deseja constante quer na realização de eventos de carácter teórico ou na participação em estágios, em seminários ou congressos.

Registamos a importância da PSP pertencer às organizações internacionais, mundiais ou europeias sobre segurança pessoal o que lhe permite um processo de melhoria contínua, assinalando ao mesmo tempo a pluralidade de espaços geográficos onde atualmente a nossa Polícia tem este tipo de cooperação que se estende desde os espaços da Lusofonia ao norte de África nomeadamente ao Magrebe.

Registamos que à pergunta dirigida aos entrevistados se numa situação em que fosse alvo de uma atitude hostil ou mesmo de um atentado, confiaria nos seus elementos para o protegerem? Todos foram unânimes na resposta.

“Sim! Claro de sim” (António Guterres), “Sim! Confiaria a 100% sempre os vi muito atentos” (Constança de Sousa), “Sim! Sem dúvida” (Passos Coelho), “Sim! A competência dos mesmos se manifestaria por completo” (Ramalho Eanes), “Confiava totalmente. A minha resposta é inequívoca” (Cavaco Silva).

A segurança pessoal como produto securitário específico existe desde sempre. A visão mais remota e arcaica em que o mais forte defende o mais fraco desde que existam contrapartidas foi sendo substituída por uma visão mais organizada ao nível dos Estados e dos Governos. Destinada a ser isenta perante convicções religiosas, orientações políticas ou visões sectárias apenas tem uma função, a de proteger aqueles que as sociedades consideram como peças relevantes para o equilíbrio das mesmas. Os riscos deste produto securitário não existir são demasiado grandes para sequer ousar tal.

No final deste percurso académico é nossa intenção deixar à comunidade académica as seguintes propostas de estudos:

- A relevância da segurança pessoal nos grandes eventos;

- O perfil do atacante a Altas Entidades;
- O impacto político-económico-financeiro em resultado da morte de uma Alta Entidade num atentado.

Bibliografia

- ADAM, Charles. (1910). *Vie e Oeuvres de Descartes - Étude Historique*. Paris: Imprimeur Éditeur.
- AITCH, Richard. (2012). *Close Protection. A Close Observation of the Protection Equation*. Lithuania: Spindulio Spaustuve, UAB.
- ALMEIDA, Leandro., & FREIRE, Teresa. (1997). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Lusografe.
- ANNAN, Kof. (20 de setembro de 1999). Intervenção Assembleia Geral das Nações Unidas. SG/SM/7136. Nova Iorque - Nações Unidas.
- BALDWIN, David. (1997). The Concept of Security. *Review of International Studies - British International Studies Association*, pp. 5-26.
- BECK, Ulrich. (2007). *Sociedade de Risco Mundial em busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Bíblia Sagrada*. (2000). Lisboa: Difusora Bíblica .
- BIGELOW, John. (Autumn de 2005). The Psychology of Close Protection. *Protection News*, pp. 4-6.
- BRANDÃO, Ana Paula. (2004). Segurança um Conceito Contestado em Debate. In *Informações e Segurança , Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 37-56). Lisboa: Prefácio.
- BRANDÃO, Ana Paula. (Setembro de 2011). Os Gaps da União Europeia. *Relações Internacionais* , pp. 045-054.
- BRODIE, Bernard. (1950). *National Security Policy and Economics Stability*. University of Virginia: Yale Institute of International Studies.
- BROWER, Kate Anderson. (2016). *O Mundo Privado dos Presidentes dos Estados Unidos*. New York: Harper Collins Publishers.
- BROWN, James. (2007). *The Bodyguard's Bible - The Definitive Guide to Close Protection*. Bible Publications.
- BUZAN, Barry, & HANSEN, Lance (2009). *The Evolution of International Security Studies*. New York: Cambridge University Press.

- CAMERON, Rondo. (2000). *Histórica Económica do Mundo*. Sintra: Publicações Europa América.
- CARDINI, Franco. (1989). O Guerreiro e o Cavaleiro. In J. L. Goff, *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença.
- CARDOSO, L. (1981 janeiro a março). Defesa Nacional - Segurança Nacional. In *Nação e Defesa n.º 17*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- CARRILHO, Luís. (2007). Proteção de Testemunhas - O Papel do CSP. In *Estudos de Homenagem ao Juíz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*. Coimbra : Almedina.
- CLEMENTE, Pedro. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil de Lisboa.
- CLEMENTE, Pedro. (2009). Polícia - O caminho. In *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente - chefe Afonso de Almeida* (pp. 87-107). Coimbra: Almedina.
- COLLIVER, Rick. (2011). *Principal Protection , Lessons Learned*. Ohio: Terrapin Group Publishing.
- CONSTERDINE, Peter. (1996). *The Modern Bodyguard*. UK: Protection Publication.
- COOPER, H.H. (1991). Operational intelligence Profiling your Principal. In R. KOBETZ, *Providing Executive protection* (pp. 29-47). Virginia: Executive Protection Institute.
- COSTA, José Barra. (2004). *O Terrorismo e as FP 25 Anos depois*. Lisboa: Colibri.
- COUTO, Abel. (1988). *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso (Vol I)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CROZAT, Mélanie. (2010). *Service de Protection des Hautes Personnalités*. Crépin-Leblond.
- DEATHERAGE, Robert. (2008). *Security Operations*. Santa Fé: Turtle Press.
- DIAS, Manuel Antunes. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- DIAS, Manuel Antunes. (2012). Um Olhar Conjuntural em Torno das Políticas de Segurança. In R. DUQUE, & E. CORREIA, *O Poder Poítico e a Segurança* (pp. 59-70). Lisboa: Fonte da Palavra.
- DIGESER, P. (1994, 14 de setembro). The Concept of Security. *Annual Meeting of The American Political Science Association*.
- DOMINGUEZ, José. (2005). *Escolta Privado de Seguridad*. Madrid: Editorial Cep.

- DUQUE, Raquel, & PEREIRA, Eduardo. (2012). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- ELIAS, Luís. (2007). Principios e Fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. In *Estudos de Homenagem ao Juíz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, im Memoriam* (pp. 465-536). Coimbra: Almedina.
- ELIAS, Luís. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- ELIAS, Luís. (dezembro de 2013). A Externalização da Segurança Interna - As Dimensões Globais, a Europeia e Lusófona. *Relações Internacionais*, pp. 009-029.
- ELIAS, Luís. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna - Desafios e Prospetiva*. Lisboa: ISCPSI.
- FARINHA, Luís. (2004). Cooperação Internacional Policial. In *Volume Comemorativo dos 20 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Almedina.
- FARINHA, Luís. (2005). *A Polícia de Segurança Pública e a Cooperação Policial na União Europeia - Curso de Direção e Estratégia Policial*. Lisboa: ISCPSI.
- FARINHA, Luís. (2007). O Dever de Obediência Hierárquica. In *Estudos de Homenagem ao Juíz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, im Memoriam* (pp. 553-568). Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, António José. (2005). Poder Político e a Segurança Interna. In *I Colóquio de Segurança Interna*. Lisboa: Almedina .
- FERNANDES, Luís Fiães. (2004). As Sociedades Contemporâneas e a Ameaça Terrorista. In *Terrorismo, Moreira, A* (pp. 461-481). Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, Luís Fiães. (2005). As Novas Ameaças como Instrumento de Mutação do Conceito de Segurança. In *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 123-152). Lisboa: Almedina.
- FERNANDES, Luís Fiães. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- FERRARA, Eugene. (1991). Threat Assessment in Personal Protection. In R. KOBETZ, *Providing Executive Protection* (pp. 22-28). Virginia: Winchester Printers, Inc.
- FETZER, Amy. (1998). *The Unlikely Bodyguard*. Ed. Silhouette Books.
- FONTAINE, Pascal. (2014). *A Europa em 12 lições*. Comissão Europeia.

- FRANKEL, Matt. (january de 2011). The ABC's of HVT: Key Lessons from High Value Targeting Campaigns Against Insurgents and terrorists . *Studies in Conflit & Terrorism*, 34, pp. 17-30.
- GALLIE, W.B. (1956). Essentially contested concepts . In *Proceedings of the Aristotelian Society* vol. 56 (pp. 167-198). Oxford University Press.
- GERSONS, B., MARTENS, W., NIJDAM, M., OLFF, M., & VRIES, M. (2008). *Psychosocial effects of threat and protection. Commissioned report for the National Coordinator for Counterterrorism*. Amsterdam: University of Amsterdam.
- GIDDENS, Anthony. (1996). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- GOMES, Paulo. (2007). A Prevenção Criminal através do Ordenamento do Espaço Urbano; Subsídios para uma Agenda Nacional. In M. VALENTE, *Urbanismo, Segurança e Lei*. Coimbra: Almedina.
- GUAPO Carla, C. (2004). *A Economia e Política da Construção Europeia*. Edições Terramar.
- GUNDERSEN, K. (2016). Muscle Memory and a New Cellular Model for Muscle Atrophy and Hypertrophy. *Journal of Experimental Biology*, 219 (2), pp. 235-242.
- HAIMES, Y. (2004). *Risk Assessment and Management 4ª Edition*. New Jersey: John Wiley & Son Inc.
- HENRIQUES, Mendo., MEDEIROS, Maria., REGALADO, Jaime., ROSA, João., BANDEIRA, Luiz (2008). *Dossier Regicídio - O Processo Desaparecido*. Lisboa. Tribuna.
- HIPP, Terry. (2012). *Executive Protection. The Essentials*. Edição de Autor.
- HOBBS, Thomas. (s.d.). *Leviathan - Reprinted from Edition 1651*. Oxford University Press.
- HOLDER, Philip., & HAWLEY, Donna. (1998). *The Executive Protection Professionals Manual*. Butterworth- Heinemann.
- HOME FRONT - Secret Service Secrets . (14 de junho de 2018). Obtido de Discovery Channel: <https://www.youtube.com/watch?v=o42RQPONdII>
- INSIDE- The US Secret Service. (14 de junho de 2018). Obtido de National Geographic Documentary: <https://www.youtube.com/watch?v=BHkvtmEyas8>
- JACKSON, A. (2003). *Bodyguard*. Genesis Press Inc.

- JONES, Trevor. (2000). *A História do Guarda Costas*. Braga: Bertrand Editora.
- KESSLER, Ronald. (2009). *In The Presidents Secret Service*. New York: Crown Publishers.
- KOBETZ, Richard. (1991). *Providing Executive Protection*. Virginia: Winchester Printers Inc.
- LAMANO, David. (2000). *Executive Protection Specialist*. BTI Press.
- LAQUEUR, Walter. (1999). *The New Terrorism - Fanaticism and The Arms of Mass Destruction*. Oxford: University Press.
- LIBICKI, Martin., CHALK, Peter., & SISSON, Melanie. (2007). *Exploring Terrorist Targeting Preferences*. Santa Mónica: Rand Corporation.
- LOPES, Azeredo. (29 de março de 2016). *Intervenção . Comissão de Defesa Nacional . Lisboa - Assembleia da República*.
- LOPES, Figueiredo. (2006 out - dez). Conceitos e políticas Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia. In *Segurança e Cidadania*. Edições Culturais da Marinha.
- LUCAS, Paulo. (2005). *As Medidas de Polícia e a Atuação da Polícia de Segurança Pública - Curso de Direção e Estratégia Policial*. Lisboa: ISCPSI.
- LUNDEN, J. (14 de junho de 2018). *Behind Closed Doors: United States Secret Service*. Obtido de Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=Vfgd5N_MFFs
- MACNAMARA, Patrick. (2012). *Sentinel*. Charleston: Universe Inc.
- MADEIRA, João. (2013). *O Atentado a Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- MALTEZ, Adelino. (2012). Descodificando a falsa clara ideia de Segurança Nacional. In E. CORREIA, & R. DUQUE, *O Poder Político e a Segurança* (pp. 145-173). Lisboa: Fonte da Palavra.
- MARTON, Dana. (2010). *The Socialite and the Bodyguard*. Ed, Harlequin Books.
- MATOS, Hermínio. (2016). *Terrorismo e Contraterrorismo - Sistemas de Segurança Interna*. Casal de Cambra: Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas SA.
- METER, Kimberly. (2010). *Tusting the Bodyguard*. Harlequin Books.
- MOLINA, J. (2017 - Amayo | Junio). Ciencia Y Doctrina Policial. In *Ciencia Policial - Revista Técnica des Cuerpo Nacional de Policía, nº. 142* (pp. 7-35).
- MOREIRA, Adriano. (2003). *Ciência Política*. Lousã: Almedina.
- MOREIRA, Adriano. (2004). *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.
- O'CONNOR, Richard (1996). *Bodyguards*. London: Cassel Group Wellinton House.

- OATMAN, Robert. (2006). *Executive Protection : New Solutions for a New Era*. Noble House.
- OLIVEIRA, José Ferreira. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- PAVIA, José Francisco. (2012). Ameaças à Segurança Internacional. de Acordo com o novo conceito estratégico da Nato, aprovado em Lisboa, em 2010. In E. CORREIA, & R. DUQUE, *O Poder Político e a Segurança* (pp. 191-200). Lisboa: Fonte da Palavra.
- PENEDA, Juvenal Silva. (2012). Discurso de Encerramento. In D. CORREIA, & R. DUQUE, *O Poder Político e a Segurança* (pp. 201-203). Lisboa: Fonte da Palavra.
- PEREIRA, Rui. (2012). Política e Segurança : Antinomia ou Compatibilidade. In E. CORREIA, & R. DUQUE, *O poder Político e a Segurança* (pp. 11-22). Lisboa: Fonte da Palavra.
- POCINHO, Margarida. (2014). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel.
- POWELL, Richard. (junho de 2012). The Concept of Security. In *Social legal Review*. University of Oxford.
- QUIVY, Raymond., & CAMPENHOUDT, Van. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, Trad)*. Lisboa: Gradiva (Obra original publicada em 1995).
- RAMOS, Rui. (2006). *Carlos*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- RAMOS, Santa., & NARANJO, Ernan. (2014). *Metodologia da Investigação Científica*. Angola: Escolar Editorial.
- RANE, M. (2010). *Her Bodyguard*. Harlequin Books.
- RÉMOND, René. (1994). *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Gradiva - Publicações.
- ROTHERG, Robert. (2004). *When States Fail - Causes and Consequences*. New Jersey: Princeton University Press.
- ROTHSCHILD, Emma. (1995). What is Security? *The Quest for World Order, vol 124, n.º. 3 MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences*, pp. 53-98.
- SAMARA, Maria Alice, & TAVARES, Rui. (2008). *O Regicídio*. Lisboa: Tinta- da - china.
- SARAIVA, José. (2007). *História Consisa de Portugal (24ª Ed)*. Sintra: Publicações Europa América.

- SARMENTO, Manuela. (2013). *Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- SERRANO, José. (2011). *Livro do Protocolo*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- SHEPHERD, Bob. (2008). *The Circuit*. London: Pan Macmillan Uk.
- SHKLAR, Judith. (1989). The Liberalism of Fear. In N. L., *Liberalism and the Moral Life* (p. 21). Harvard University Press.
- SPÍNOLA, António. (1974). *Portugal e o Futuro*. Arcádia.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna. Relatório Preliminar*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa.
- TELO, António José. (2011). *Primeira República Vol II - Como Caí um Regime*. Editorial Presença.
- THOMPSON, Leroy. (2003). *The Bodyguard Manual*. London: Greenhill Books.
- TORRES, José Matos. (2009). *Terrorismo Islâmico : Gestão de riscos para a Segurança Nacional*. Lisboa: UAL.
- TORRES, José Matos. (2011). *Segurança Just- in - time - Abandonar de vez o paradigma da mão - de - obra intensiva*. Lisboa: ISCPSI.
- TORRES, José Matos. (2015). *Gestão de Riscos : No planeamento, execução e auditoria de segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- TORRES, José Matos. (janeiro - março de 2018). Terrorismo no Século XXI : lidar com o risco ou a incerteza. *Segurança e Defesa* n.º. 38, pp. 14-.
- TZU, Sun. (1974). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Ed Futura.
- ULLMAN, Richard. (1983). Redefining Security . In *International Security*, vol 8, n.º. 1 (summer, 1983) (pp. 129-153). MIT Press.
- VALENTE, Manuel Guedes. (2012). Desafios aos fundamentos do Estado de Direito. In E. CORREIA, & R. DUQUE, *Poder Político e a Segurança* (pp. 106-115). Lisboa: Fonte da Palavra.
- VALENTE, Manuel Guedes. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial 3ª. edição*. Coimbra: Almedina.
- VIANA, Vitor Rodrigues. (2002). *Segurança Coletiva - A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edição Cosmos.

- VINHAS, Rui. (10 de abril de 2013). A Importância da Revisão Estratégica Europeia de Defesa: Desafios pós 2008. *O Futuro da Segurança*. ULHT - Auditório Agostinho da Silva.
- WHARFE, Ken. (2003). *Diana um Segredo bem Guardado*. Lisboa: Editorial Estampa.
- WILBER, Quentin. (2011). *Rawhide Down - The Near Assassination of Ronald Reagan*. New York: Henry Holt and Company.
- WILLIAMS, Paul. D. (2008). *Security Studies*. New York: Routledge.
- WILLIS, Henry. H. (2007). Guiding Resource Allocations Based on Terrorism Risk. In *Homeland Security Center* (pp. 597-606).
- WOLFERS, Arnold. (Dezembro de 1952). National Security as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, vol 67, n.º. 4, pp. 481-502.
- ZEDNER, Lucia. (2009). *Key Ideas in Criminology*. New York: Routledge.

Legislação Nacional

- Constituição da República (1976).
- Lei n.º 7/1996 de 29 de fevereiro.
- Lei n.º 5/1999 de 27 de janeiro.
- Lei n.º 40/2006 de 25 agosto.
- Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto.
- Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto com as devidas alterações, Rect n.º. 66-A/2008 de 28 de outubro, atualizada pela Lei n.º 59/2015 de 24 de junho, atualizada pelo Decreto - lei n.º 49/2017 de 24 de maio, Lei n.º 50/2014 de 13 de agosto, republicada pela Lei n.º 9/2017 de 19 de fevereiro.
- Lei n.º 16/2018 de 27 de março.
- Decreto-lei n.º 49401 de 24 de novembro de 1969.
- Decreto-lei n.º 368/1972 de 30 de setembro.
- Decreto-lei n.º 321/1994 de 29 de dezembro.
- Decreto-lei n.º 28-A de 1996 de 4 de abril.
- Portaria n.º 613/1979 de 24 de novembro.
- Resolução do Conselho de Ministros, deliberação n.º 230/2006 de 18 de maio.
- Diário do Governo I Série n.º. 112 de 14 de maio de 1974.
- Diário da República n.º 95/2017, serie II de 17 de maio de 2017.

Legislação Internacional

- Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes cometidos contra Pessoas Internacionalmente Protegidas, 14 de Dezembro de 1973, na Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Recomendação do Conselho da União Europeia n.º 2001/C356/01 de 6 de dezembro de 2001.
- Decisão do Conselho de 28 de Novembro de 2002 (2002/956/JAI), alterada pela decisão de 04 de junho de 2009 (2009/796/JAI).
- Uma Europa Segura num Mundo Melhor”. Estratégia Europeia em Matéria de Segurança. Aprovada no Conselho Europeu em Bruxelas a 12 de dezembro de 2003.
- Estratégia Europeia de Segurança Interna. Documento adotado Conselho (Justiça e Assuntos Internos) na reunião de 25 e 26 de fevereiro de 2010 e aprovado no Conselho Europeu de 25 e 26 de março de 2010.
- Decisão do Conselho de 10 de junho de 2013, documento classificado com o registo n.º 10478/ENFOPOL173.
- Estratégia Renovada de Segurança Interna da União Europeia 2015-2020, Doc 9798/15 de 10 de junho de 2015, JAI 442 COSI 67.

Relatórios

- Human Development Report 1994; Published for United Nations Programme, 1994, New York- Oxford University Press.
- Psychosocial effects of threat and protection. Commissioned report for the National Coordinator for Counterterrorism. University of Amsterdam, 2008.
- Relatório Anual de Segurança Interna 2017.
- Institute for Economics & Peace. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World, Sydney, June 2018.

Ordens de Serviço da PSP / Regulamentos Internos

- Regulamento do Curso de Segurança Pessoal.
- O.S. n.º 231 de 09 de novembro de 1974, do CG|PSP.
- O.S. n.º 157 de 13 de julho de 1977, do Comando de Lisboa.

Jornais e Revistas

- Jornal Expresso edição de 22 de fevereiro de 1986.
- Jornal Tal & Qual edição de 23 de março de 1989.
- Jornal Independente edição de 11 de agosto de 1989.
- Jornal o Liberal edição de 19 de agosto de 1989.
- Jornal Independente edição de 05 de agosto de 1994.
- Jornal Público edição de 13 de novembro de 1994.
- Jornal Expresso edição de 06 de novembro de 1999.
- Revista Focus n.º 167 de 2002.
- Jornal Público edição de 21 de março de 2004.
- Jornal Correio da Manhã edição de 07 de março de 2005.
- Jornal Correio da Manhã edição de 08 de abril de 2005.
- Revista Focus n.º 317 de 2005.
- Jornal Tal & Qual edição de 20 de agosto de 2005.
- Jornal 24 Horas edição de 06 de janeiro de 2006.
- Jornal Público edição de 15 de fevereiro de 2006.
- Jornal Correio da Manhã edição de 10 de janeiro de 2007.
- Jornal 24 Horas edição de 01 de novembro de 2007.
- Revista Sábado de 07 de fevereiro de 2008.
- Jornal 24 Horas edição de 09 de fevereiro de 2008.
- Jornal Correio da Manhã edição de 15 de fevereiro de 2008.
- Jornal 24 Horas edição de 23 de fevereiro de 2008.
- Jornal 24 Horas edição de 29 de junho de 2008.
- Jornal 24 Horas edição de 19 de julho de 2008.
- Jornal 24 Horas edição de 26 de julho de 2008.
- Jornal Público edição de 11 de janeiro de 2010.
- Jornal Correio da Manhã edição de 24 de maio de 2012.
- Jornal Expresso edição de 29 de setembro de 2012.
- Jornal Diário de Notícias edição de 23 de fevereiro de 2013.
- Jornal Correio da Manhã edição de 28 de fevereiro de 2013.

Anexo A – Entrevista ao Dr. Pedro Manuel Mamede Passos Coelho



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Esta entrevista enquadra-se no estudo científico com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, sob o tema segurança pessoal e segurança interna.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada do entrevistado sobre a segurança pessoal que lhe foi ou é prestada pelo Corpo de Segurança da PSP.

Nome do entrevistado: Dr. Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Função: Primeiro-ministro de Portugal entre 2011 a 2015.

Local: Sede do Partido Social Democrata – Rua de Sº Caetano à Lapa – Lisboa.

Data: 30 de janeiro de 2018.

Hora de início: 10h05.

Hora de fim: 10h45.

1. Considerando o cargo governativo que exerceu como é que aceitou a segurança pessoal que lhe foi adstrita?

De forma natural. Era algo que tinha a ver com o cargo para o qual tinha sido nomeado e sabia que o próprio protocolo assim o impunha. Os primeiros contactos foram estabelecidos uns dias antes das eleições de 2011 no dia de encerramento da campanha eleitoral.

1.1. Como a entendeu; como um direito ou uma imposição?

Como um dever.

1.2. Sentiu que teve de se adaptar à mesma ou foi algo compromissório?

Não foi difícil a adaptação, era feita de forma muito profissional.

1.3. Em algum momento se sentiu limitado na sua liberdade em virtude de estar sempre enquadrado por elementos da sua segurança?

Não. Nunca! Nunca me senti constrangido nem nunca vi a minha vida profundamente alterada pelo facto de ter sempre a minha segurança.

2. Em algum momento sentiu que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado?

De um atentado não. Nunca me pareceu. Embora tivesse governado num período muito difícil senti que em determinados momentos havia uma espécie de agitação ou turbulência para ser explorada em termos mediáticos. Para uma foto, para sair na comunicação social.

2.1. Nessa situação confiaria nos seus elementos para o protegerem?

Sim! Sem dúvida!

3. Numa visão integrada (social, política e economicamente), qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

Não se consegue saber qual. Relembro o facto de o Ex Primeiro-ministro Sá Carneiro ter sido vítima de um atentado, não creio que ele fosse o alvo, seria o Ministro da Defesa de então o Eng. Adelino Amaro da Costa, mas acabou por ver-se envolvido no mesmo. Como seria Portugal hoje se ele tivesse continuado como chefe do Governo? Ninguém sabe.

4. Que crítica (s) aponta ao serviço de segurança pessoal que lhe foi prestado?

Não posso apontar críticas, mas sim reparos sem relevância.

5. Como encararia num futuro vir a ser novamente destinatário deste tipo de serviço policial – segurança pessoal?

Com naturalidade. Fiquei com muito boa impressão.

Anexo B – Entrevista à Professora Doutora Constança Urbano de Sousa



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Esta entrevista enquadra-se no estudo científico com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, sob o tema segurança pessoal e segurança interna.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada da entrevistada sobre a segurança pessoal que lhe foi ou é prestada pelo Corpo de Segurança da PSP.

Nome da entrevistada: Professora Doutora Constança Urbano de Sousa.

Função: Ministra da Administração Interna entre 2015 a 2017. Atual deputada à Assembleia da República.

Local: Assembleia da República – cafetaria do edifício novo – Lisboa.

Data: 07 de fevereiro de 2018.

Hora de início: 14h05.

Hora de fim: 14h45.

1. Considerando o cargo governativo que exerceu como é que aceitou a segurança pessoal que lhe foi adstrita?

Aceitei pelo cumprimento de obrigações institucionais, mas foi-me difícil ao início.

1.1. Como a entendeu; como um direito ou uma imposição?

Como uma imposição. Mas prescindi do policiamento à minha habitação.

1.2. Sentiu que teve de se adaptar à mesma ou foi algo compromissório?

Não foi difícil, foi uma adaptação mútua, mas também senti que os elementos se adaptaram ao meu estilo.

1.3. Em algum momento se sentiu limitada na sua liberdade em virtude de estar sempre enquadrado por elementos da sua segurança?

Não. Até porque a minha segurança nunca foi muito ostensiva. Pedia-lhes para andarem a meu lado, não gostava de ver pessoas atrás de mim. Se entrava num estabelecimento para tomar algo, gostava que eles se sentassem e que não ficassem em pé. Eram discretos sempre o foram.

2. Em algum momento sentiu que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado?

Não. Nunca! Apenas uma vez fui aconselhada a reforçar a minha segurança, mas não achei necessário.

2.1. Nessa situação confiaria nos seus elementos para o protegerem?

Sim! Confiaria a 100% neles. Sempre os vi muito atentos e muitas vezes mesmo a “sofrerem” por mim. Havia um que a sua dedicação era tanta que nem gostava de ser substituído nem para tomar a refeição.

3. Numa visão integrada (social, política e economicamente), qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

Seria enorme!

4. Que crítica (s) aponta ao serviço de segurança pessoal que lhe foi prestado?

Nenhuma, nunca me falharam.

5. Como encararia num futuro vir a ser novamente destinatário deste tipo de serviço policial – segurança pessoal?

Encararia bem, mas apenas se me fosse novamente “imposto” pelo cargo.

Anexo C – Entrevista ao Engenheiro António Manuel de Oliveira Guterres



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Esta entrevista enquadra-se no estudo científico com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, sob o tema segurança pessoal e segurança interna.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada do entrevistado sobre a segurança pessoal que lhe foi ou é prestada pelo Corpo de Segurança da PSP.

Nome do entrevistado: Engenheiro António Manuel de Oliveira Guterres.

Função: Primeiro - ministro de Portugal, entre 1995 a 2002. Atual Secretário-geral das Nações Unidas.

Local: Sala VIP - A do Aeroporto de Lisboa.

Data: 19 de fevereiro de 2018.

Hora de início: 15h50.

Hora de fim: 16h10.

1. Considerando o cargo governativo que exerceu como é que aceitou a segurança pessoal que lhe foi adstrita?

Aceitei-a muito bem. Os elementos portugueses são muito discretos e muito eficientes nesta matéria.

1.1. Como a entendeu; como um direito ou uma imposição?

Como um direito pelo cargo que passei a exercer.

1.2. Sentiu que teve de se adaptar à mesma ou foi algo compromissório?

Não foi difícil a adaptação, foi até muito fácil.

1.3. Em algum momento se sentiu limitado na sua liberdade em virtude de estar sempre enquadrado por elementos da sua segurança?

Nunca me senti limitado na minha liberdade, o nível de discricção dos elementos permitia-me andar à vontade.

2. Em algum momento sentiu que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado?

De um atentado não. Mas lembro-me de duas ou três vezes em que como primeiro-ministro, tive algumas situações de risco, mas os elementos da segurança senti-os por perto. Senti-me seguro.

2.1. Nessa situação confiaria nos seus elementos para o protegerem?

Sim! Claro que sim!

3. Numa visão integrada (social, política e economicamente), qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

Seria muito grave para o País, considerando agora o facto de estarmos tão bem cotados ao nível da segurança em termos internacionais.

4. Que crítica (s) aponta ao serviço de segurança pessoal que lhe foi prestado?

Não tenho críticas a fazer, nada tenho a apontar-lhes. Quem me dera a mim hoje ter comigo elementos da segurança Portugueses em vez dos americanos que de discretos não têm nada. Pelo contrário chegam a ser eles a chamar a atenção quer quando vamos a pé ou de carro. Chegam mesmo a empurrar as pessoas.

5. Como encararia num futuro vir a ser novamente destinatário deste tipo de serviço policial – segurança pessoal?

Tem atualmente um destacamento de segurança pessoal das nações unidas com elementos de várias nacionalidades.

Anexo D – Entrevista ao General Doutor António Ramalho Eanes



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Esta entrevista enquadra-se no estudo científico com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, sob o tema segurança pessoal e segurança interna.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada do entrevistado sobre a segurança pessoal que lhe foi ou é prestada pelo Corpo de Segurança da PSP.

Nome do entrevistado: General Doutor António Ramalho Eanes.

Função: Ex- Presidente da República entre 1976 a 1986. Atual Conselheiro de Estado.

Local: Avenida Miguel Bombarda, nº. 36. 3º A Lisboa.

Data: 03 de abril de 2018.

Hora de início: 11h30.

Hora de fim: 12h15.

1. Considerando o cargo governativo que exerceu como é que aceitou a segurança pessoal que lhe foi adstrita?

Aceitei a “segurança pessoal” como uma necessidade, um direito e um dever.

Primeiro, como uma necessidade, porque se vivia (em especial, no meu primeiro mandato) um clima político de intolerância. A existência comum (nacional) não transcendentalizara, ainda, o particularismo militante das diferentes concepções político-ideológicas e a intenção de as impor pela violência. Neste quadro de exacerbação político-ideológico e, até antidemocrática, tudo era possível, mesmo o atentado contra pessoas e bens. Ter segurança pessoal era, pois, uma necessidade real.

Depois, como um direito, porque me cabia papel político importante desempenhar na instauração e consolidação da democracia e fazê-lo com inteira dedicação, em paz e com a segurança possível.

Por último, como um dever, para reduzir as hipóteses de ser vítima de uma qualquer acção de violência que pudesse, além do mais, vulnerabilizar a confiança da maioria dos cidadãos na capacidade do Estado em garantir a paz interna, garantir o caminho para uma sociedade justa, enfim, uma sociedade que, também, respeitasse o desacordo, o protesto e, mesmo, a reivindicação, pacífica e social, respeitando a lei e submetendo-os ao arbítrio de justiça ou ao eleitoral democrático.

1.1. Como a entendeu; como um direito ou uma imposição?

Como um direito. Embora o exercício do cargo a isso impusesse.

1.2. Sentiu que teve de se adaptar à mesma ou foi algo compromissório?

Uma interacção – qualquer que seja a sua natureza – só tem continuidade, natural e eficaz, se resultar gratificante para todos os intervenientes.

Creio que assim terá acontecido com a interacção entre mim e a segurança pessoal: nunca nenhum dos seus elementos (tanto quanto sei) terá pedido para ser substituído e, nunca, eu pedi a substituição de qualquer deles.

Uma interacção assim, mutuamente gratificante, proporcionadora de “aprendizagem positiva” para todos os intervenientes, exige sempre adaptação e compromisso. Adaptação e compromisso nem sempre fáceis, porque a todos os intervenientes de uma organização, mesmo efémera, como é o caso da segurança pessoal da PSP (efémera porque perdura um tempo antecipadamente limitado; em princípio, a do exercício da função política da personalidade a que se proporciona segurança pessoal), se exige sempre a coordenação de esforços de todos para atingir um fim, um objectivo, que a todos, de maneira diferente, interessa.

Essa coordenação de esforços pressupõe e exige sempre, de todos os seus participantes – da personalidade a “proteger” inclusive – adaptação e compromisso. Tive, pois, de me adaptar, estabelecer e aceitar comportamentos compromissórios.

1.3. Em algum momento se sentiu limitado na sua liberdade em virtude de estar sempre enquadrado por elementos da sua segurança?

Senti-me, com frequência limitado, não pela “segurança pessoal”, mas, sim, pela função que me cabia exercer e que voluntariamente procurara e aceitara.

Nesta perspectiva, a “segurança pessoal” representava uma consequência natural da função que desempenhava, que me impunha aceitar com responsabilidade liderante, isto é, com respeito e ética.

Confesso, no entanto, que, por vezes, incomodado me senti com a sua “presença constante”, sempre que saía do Palácio de Belém. Uma vez, uma só vez, mostrei essa incomodidade, saindo, de Belém, só com os meus familiares, numa viatura que eu próprio conduzia. Saí utilizando o portão de serviço de Belém. Pretendia, como era nosso hábito (meu e da minha mulher), que os nossos filhos visitassem, semanalmente (sempre que isso era possível), a nossa residência familiar, no Bairro Madre Deus (pretendíamos que eles se consciencializassem de que a nossa “casa” não era o Palácio de Belém, mas, sim, aquela residência). E pretendia fazê-lo, como sempre, sem aparato, para que os nossos vizinhos sentissem que guardávamos a nossa velha relação.

Aconteceu que alguém terá alertado a segurança pessoal para a minha saída pela “porta do cavalo”, o que a terá levado a sair de imediato e a interceptar-me na Praça do Marquês de Pombal.

Entendi, então, que era procedimento a não repetir, porque ele representava, objectivamente, menos compreensão e respeito pela função e responsabilidade da segurança pessoal, e poderia afectar a relação de confiança, que a mim me cabia liderar, isto é, salvaguardar e desenvolver.

2. Em algum momento sentiu que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado?

Na minha função, e no tempo de perturbação em que a exerci (como já referi, sobretudo, no primeiro mandato), tinha de admitir como possível a ocorrência, quer de qualquer manifestação hostil, quer, mesmo, de um eventual atentado.

Entendia eu, até por razões de coerência com o que publicamente defendia (nomeadamente, na primeira campanha eleitoral), que não poderia minimamente transigir perante notícias de ameaças de manifestações hostis ou de eventual atentado. Entendia que só assim responderia à minha responsabilidade funcional-social perante a sociedade civil e a democracia.

Assim, nunca aceitei alterar datas de visitas já programadas ou, mesmo, de percursos já estabelecidos e anunciados, mesmo quando tal me era sugerido pelo líder da minha segurança pessoal. Aliás, sempre entendi que dificilmente seria evitável um atentado pessoal, apesar da competência e entrega dos agentes da equipa de segurança pessoal, se houvesse convicção, ousadia e competência para o tentar.

2.1. Nessa situação confiaria nos seus elementos para o protegerem?

No caso de manifestação hostil, confiança completa tinha nos elementos da minha segurança pessoal para me protegerem (aliás, isso ocorreu algumas vezes).

No caso de um eventual atentado, sabia bem que a competência, a sua entrega à minha segurança se manifestariam por completo, mas que, apesar disso, poderiam não ser suficientes.

Como exemplo demonstrativo da competência e entrega da minha “segurança pessoal” à sua missão, referiria, a título de mero exemplo, o seguinte: fora apazada e noticiada uma ida minha ao Algarve. Do programa constava uma visita a uma fábrica de conservas. Notícia com alta classificação, recebida na Presidência da República, dava conta da preparação de um atentado durante a visita à fábrica, no momento em que, à entrada, fosse cumprimentado pelos seus governantes. Como era meu hábito, não aceitei alterar, quer a data da visita, quer o trajecto, apesar de insistência (natural) do líder da segurança. Fez-se a visita. No seu decurso, demorei uns momentos mais do que seria necessário para cumprimentar os dirigentes da fábrica. E, nessa altura, reparei que os elementos da segurança, discretamente, tinham estabelecido, entre mim e o executor do eventual atentado, uma barreira, a barreira com as suas próprias pessoas.

3. Numa visão integrada (social, política e economicamente), qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

A experiência histórica, a nossa e a de outras democracias, mostra que uma situação dessas teria manifestas consequências, obviamente negativas, na confiança, dos cidadãos, nas Instituições de Segurança e, mesmo, no Estado, que pareceria incapaz de garantir a segurança e o funcionamento democrático (garantir a paz, fazer com que os diferentes conflitos, que percorrem a sociedade, sejam dirimidos pela justiça ou pelas eleições).

Uma tal situação influência negativa teria, também, na confiança internacional no País, e afectaria, pelo menos temporariamente, o investimento externo.

Politicamente, o seu efeito negativo seria operacionalmente menor, pois a democracia dispõe de leis e mecanismos que permitem a unidade e continuidade da sua existência, a afirmação do poder democrático e a eficácia do seu exercício, em qualquer situação.

4. Que crítica (s) aponta ao serviço de segurança pessoal que lhe foi prestado?

Nenhuma.

5. Como encararia num futuro vir a ser novamente destinatário deste tipo de serviço policial – segurança pessoal?

Não aplicável. Mantém um dispositivo de segurança pessoal.

Anexo E – Entrevista ao Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Esta entrevista enquadra-se no estudo científico com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, sob o tema segurança pessoal e segurança interna.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada do entrevistado sobre a segurança pessoal que lhe foi ou é prestada pelo Corpo de Segurança da PSP.

Nome do entrevistado: Professor Doutor. Aníbal Cavaco Silva.

Função: Primeiro – ministro entre 1985 a 1995, Presidente da República entre 2006 a 2016.
Atual Conselheiro de Estado.

Local: Convento do Sacramento – Alcântara – Lisboa.

Data: 16 de abril de 2018.

Hora de início: 15h00.

Hora de fim: 15h40.

1. Considerando o cargo governativo que exerceu como é que aceitou a segurança pessoal que lhe foi adstrita?

O exercício de um alto cargo político envolve sempre alguns riscos, eu aceitei portanto a segurança pessoal com normalidade respeitando sempre o trabalho dos homens que me acompanhavam.

1.1. Como a entendeu; como um direito ou uma imposição?

Nem uma imposição nem um direito, vi sim a mesma como uma tarefa daqueles que sabem avaliar os riscos de quem exerce as funções.

1.2. Sentiu que teve de se adaptar à mesma ou foi algo compromissório?

Passei a respeitar e a seguir com naturalidade os comportamentos que me eram sugeridos, sem me preocupar com o trabalho deles, a segurança fazia um trabalho com toda a naturalidade e eu adaptava facilmente.

1.3. Alguma vez se sentiu limitado na sua liberdade em virtude de estar sempre enquadrado por elementos da sua segurança?

Eu nunca me senti limitado na minha liberdade, sempre tive comigo bons profissionais que nunca me impediram em nada.

2. Alguma vez equacionou que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado?

Não fazia parte das minhas preocupações, eu tinha toda a confiança naqueles que faziam parte da minha segurança. Isso não me tirava o sonho. Eu não era distraído das minhas funções por preocupações de segurança.

2.1. Nessa situação confiaria nos seus elementos para o protegerem?

Confiava totalmente. A minha resposta é inequívoca.

3. Numa visão integrada (social, política e economicamente), qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?

Seria um choque muito, muito forte. E que difundiria na sociedade Portuguesa um sentimento de insegurança. Portugal é visto como um país seguro, o impacto político e social seria muito forte porque abalava um dos pilares em que assenta a vida normal dos países. Somos Um país seguro. Seria um choque muito violento.

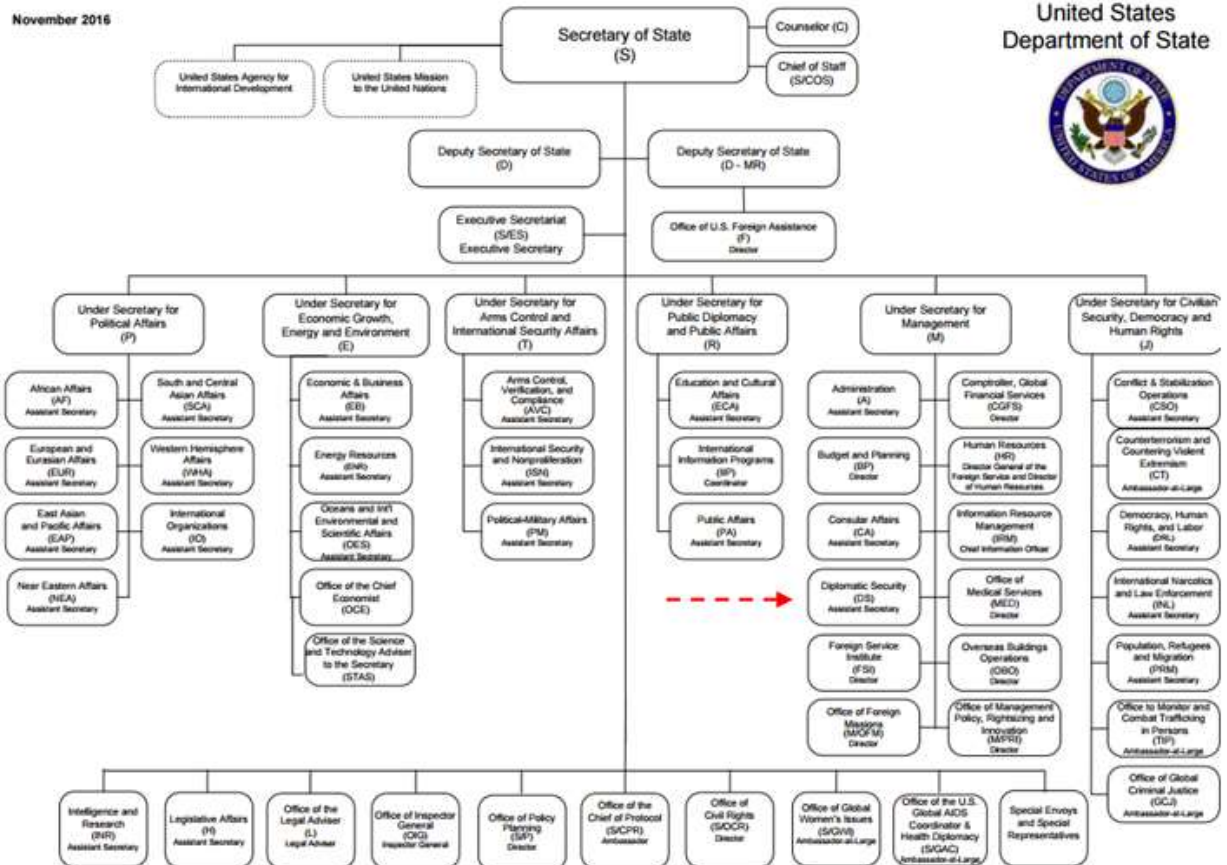
4. Que crítica (s) aponta ao serviço de segurança pessoal que lhe foi prestado?

Eu não tenho críticas substantivas a apontar. Sempre compreenderam as minhas funções não só no exercício do cargo mas também em campanha eleitoral.

5. Como encararia num futuro vir a ser novamente destinatário deste tipo de serviço policial – segurança pessoal?

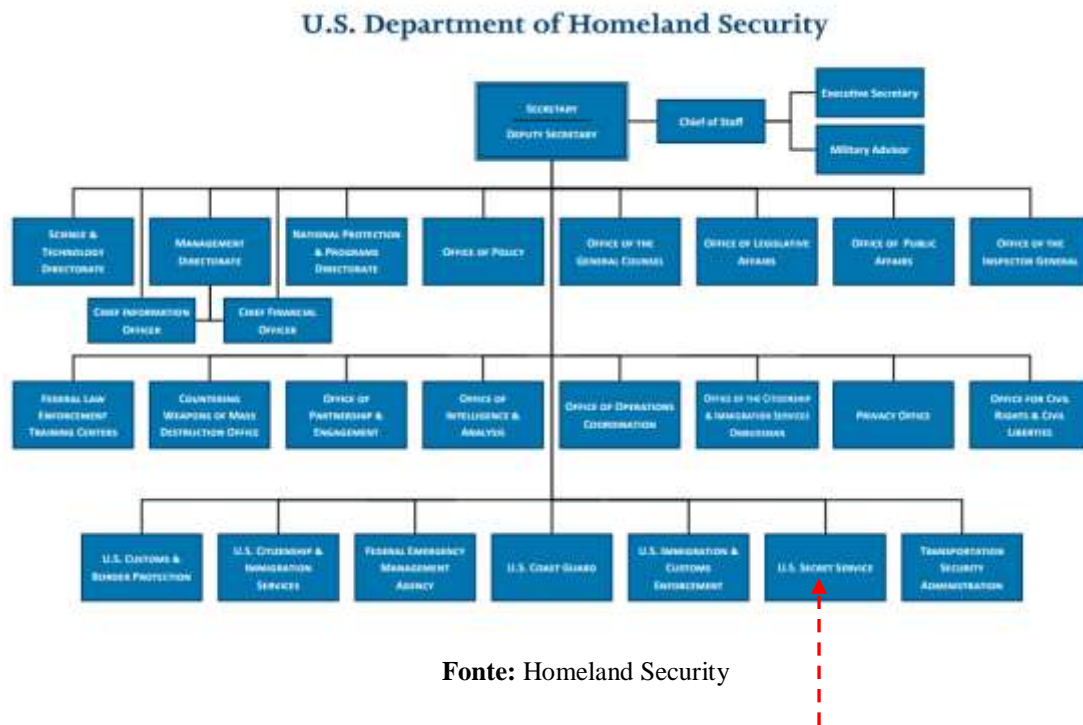
Não aplicável. Mantém um dispositivo de segurança pessoal.

Anexo F – Organograma do *Department of State*



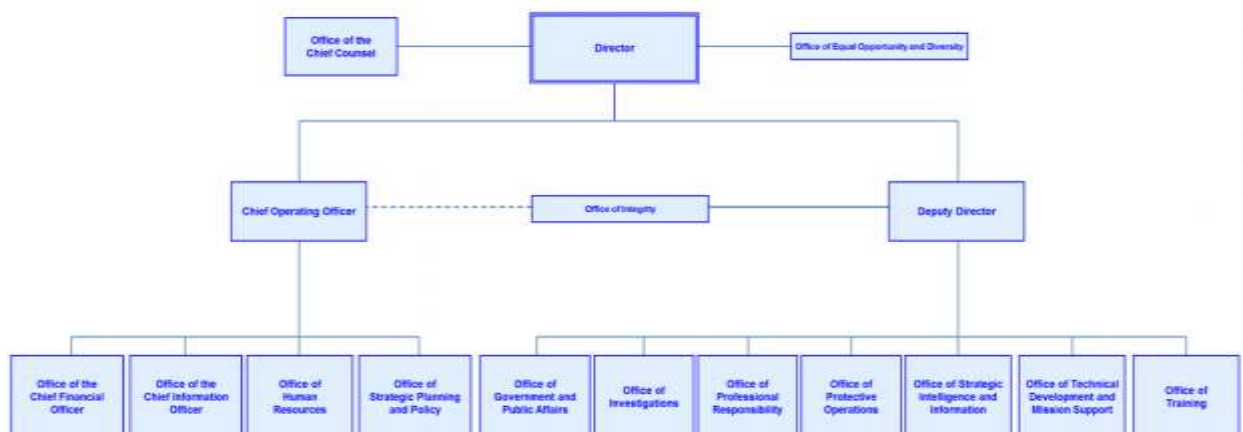
Fonte: United States Department of State

Anexo G – Organograma do *Department of Homeland Security*



United States Secret Service

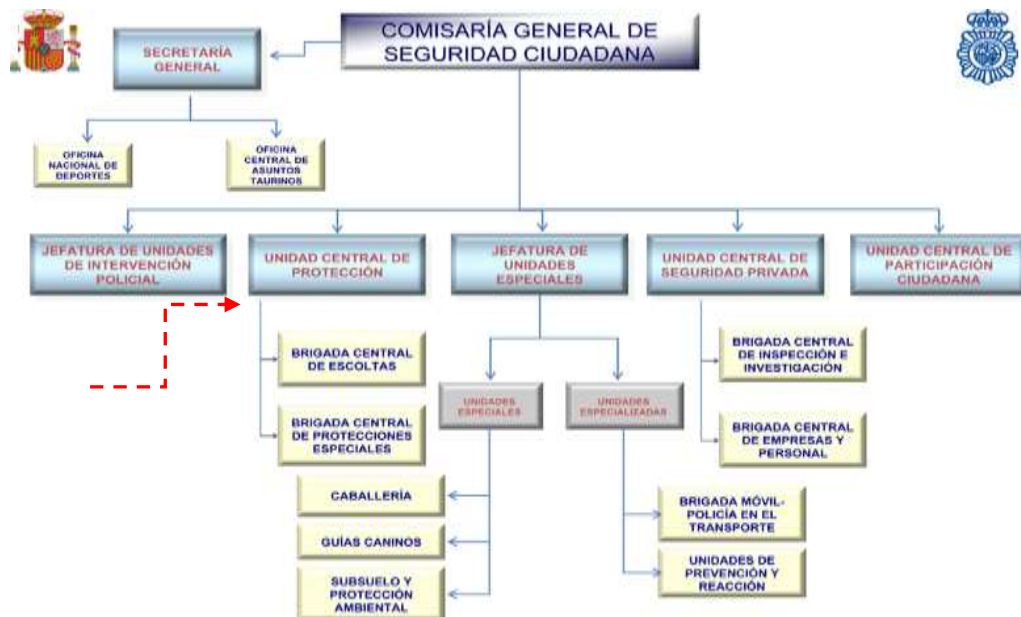
Organization Chart



Anexo H – Organograma da Polícia Nacional de Espanha

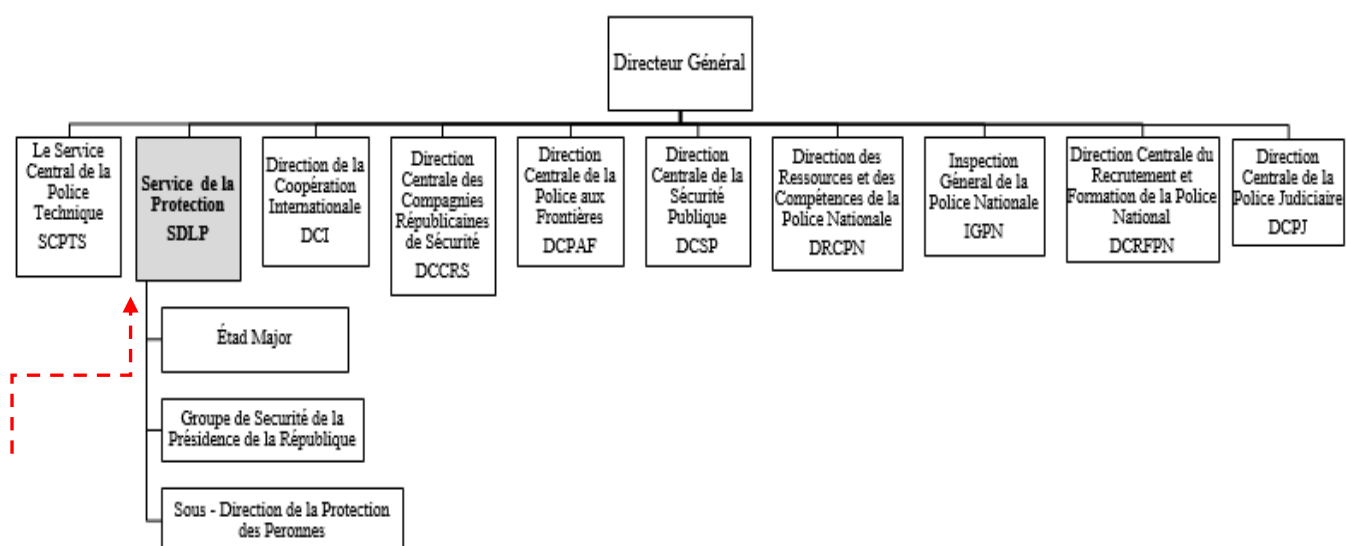


Fonte; Polícia Nacional



Fonte: Polícia Nacional

Anexo I – Organograma da Police Nationale de França



Fonte: Elaboração própria

Anexo J – Cooperação Técnico Policial

Formações realizadas no estrangeiro						
Ano	Angola	Argélia	Cabo - Verde	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Total
2017		30				30
2016						
2015			57			57
2014						
2013			34			34
2012						
2011	30			55	60	145
2010	32		30			62
2009	34			30	30	94
2008	36				44	80
2007	24			36		60
2006				36		36
2005				46		46
Total	156	30	121	203	134	644

Fonte: Elaboração própria

Formações realizadas em Portugal						
Ano	Angola	Espanha	Cabo - Verde	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Total
2015		2				2
2010					1	1
1999	10					10
1998	16					16
1997	13		6			19
1996	17		3		2	22
Total	56	2	9		3	70

Fonte: Elaboração própria